



**UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA**

---

**CENTRO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Guilherme Parmezani Moraes**

**CONSUMO (DES)CONTROLADO DE “DROGAS”:  
ANÁLISE DE DISCURSO ENTRE EDUCADORES**

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Leila Sollberger Jeolás

---

**Londrina, PR**

2012

**Guilherme Parmezani Moraes**

**CONSUMO (DES)CONTROLADO DE “DROGAS”:  
ANÁLISE DE DISCURSO ENTRE EDUCADORES**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de  
Ciências Sociais da Universidade  
Estadual de Londrina, como requisito  
para a obtenção do título de Bacharel.**

**Orientadora:**

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Leila Sollberger Jeolás**

**Londrina – Paraná**

**2012**

**Guilherme Parmezani Moraes**

**CONSUMO (DES)CONTROLADO DE “DROGAS”:  
ANÁLISE DE DISCURSO ENTRE EDUCADORES**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de  
Ciências Sociais da Universidade  
Estadual de Londrina, como requisito  
para a obtenção do título de Bacharel.**

**Comissão examinadora:**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Leila Sollberger Jeolás**

Orientadora  
UEL – Londrina - PR

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Martha Celia Ramírez-Gálvez**

UEL – Londrina - PR

---

**André Luiz Joanilho**

UEL – Londrina – PR

Londrina, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.

## **Dedicatória**

Dedico esse trabalho àqueles que dedicaram  
suas vidas a mim, Áurea e Jair.

## AGRADECIMENTOS

O sentimento de gratidão está entre as mais belas experiências humanas que se pode experimentar. Para ser grato é preciso antes de tudo amar. E aí o amor aparece como um sair-de-si.

A minha orientadora e amiga Leila Jeolás, sempre carinhosa e serena, por ser antes tudo mestra apaixonada, por confiar em mim mesmo diante das confusões e atrasos, por me ensinar que Antropologia é mais do que uma ciência, é sensibilidade ao outro.

Ao professor Joanilho pela disponibilidade e cuidado dispensados ao meu trabalho e, especialmente, à professora Martha pelo carinho e profissionalismo com que sempre tratou a mim e minhas produções.

Aos colegas do Projeto de Pesquisa Corpos e Tecno-Máquinas pelo profundo clima de amizade e companheirismo desenvolvido durante as reuniões e fora delas, pelas saudosas conversas e pelo carinho com que me acolheram.

Ao LENPES e, principalmente, à professora Ângela, sempre atenciosa e amorosa, pelo enorme carinho que construímos um com o outro, pelo exemplo de compromisso ético e infindável ternura na docência, por me revelar uma prática pedagógica política e humana. Não tenho palavras para expressar minha admiração.

À Neuzeli pela sabedoria e ajuda nos momentos burocráticos mais difíceis, bem como pelos conselhos e cuidados fraternos.

À Larissa, minha companheira, por todos os sorrisos e carinhos que compartilhamos, pelo caminho percorrido, pela incansável paciência, por me ensinar a viver as sutilezas da vida em conjunto e por estar disposta a construir seu futuro ao meu lado.

À Carol, ao Alexandre (Kaleo) e à Luciana por partilharem seus sonhos, suas alegrias e suas dificuldades comigo, por estarem sempre ao meu lado mesmo quando distantes.

À Carla e à Paulinha pela fundamental colaboração nesse trabalho, pelo inabalável bom-humor e pelo apoio mútuo.

Aos interlocutores que aceitaram participar da pesquisa, pela confiança que depositaram em mim, pelo afeto e compromisso que tiveram.

A todos os amigos e amigas, enfim, por me ajudarem a compor minha vida, minhas histórias, minhas saudades, por tudo aquilo que me doaram, por tudo aquilo que aceitaram de mim receber, por todas as festas, cachoeiras, fogueiras e sentimentos compartilhados. Não me refiro a ninguém em específico por entender que a lista de pessoas queridas, companheiros de luta e seres cativantes que influíram em minha jornada é enorme. Sou grato por terem me tornado aquilo que sou.

E, finalmente, às substâncias que me proporcionaram estados corpóreos e mentais adequados ao trabalho intelectual, ao café, ao mate, ao chá verde e às demais “plantas e entidades de poder”.

*É necessário estar sempre bêbado.  
Tudo se reduz a isso; eis o problema.  
Para não sentirdes o fardo terrível do Tempo, que vos abate e  
vos faz pender para a terra, é preciso que vos embriagueis sem  
tréguas.  
Mas de quê? De vinho, de poesia ou de virtude, como  
achardes melhor.  
Contanto que vos embriagueis.  
E, se algumas vezes, sobre os degraus de um palácio, sobre a  
verde relva de um fosso, na desolada solidão de vosso quarto,  
despertardes, com a embriaguez já atenuada ou desaparecida,  
perguntai ao vento, à vaga, à estrela, ao pássaro, ao relógio, a  
tudo que foge, a tudo que geme, a tudo que rola, a tudo que  
canta, a tudo que fala, perguntai-lhes que horas são; e o vento,  
e a vaga, e a estrela, e o pássaro, e o relógio, hão de vos  
responder:  
– É a hora da embriaguez! Para não serdes os martirizados  
escravos do Tempo, embriagai-vos; embriagai-vos sem cessar!  
De vinho, de poesia ou de virtude, como achardes melhor.*

Baudelaire

MORAES, Guilherme Parmezani. **Consumo (des)controlado de “drogas”**: análise de discurso entre educadores. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, 2012.

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a interdiscursividade presente nas falas, nos enunciados, nas práticas, nas estratégias e nas políticas sobre “drogas” do século XX, tendo como foco os discursos de professores e estudantes por ocasião das *Oficinas sobre ‘drogas’ em sala de aula*, por mim coordenadas em 2011. Procuo demonstrar como o “fenômeno das drogas” emergiu e foi apropriado em diversos processos sociais, políticos e econômicos, como o saber científico se baseia em consensos morais e os (re)produz e como essa complexa trama discursiva se condensa nas “falas” dos pesquisados. Também é intenção dessa pesquisa compreender a agência dos sujeitos em sua constante retomada, transformação e ressignificação dos poderes e saberes que envolvem a questão das “drogas”. Por fim, pretende-se problematizar as categorias e consensos acionados pelos interlocutores para dar sentido às práticas em relação aos psicotrópicos, suas e de outrem. O método foucaultiano de análise dos discursos orienta esse trabalho na compreensão dos enunciados emergidos durante as atividades das oficinas – exercícios de sensibilização e dinâmicas de grupo –, o grupo focal e as entrevistas formais realizadas com os participantes. Em síntese, concluo que os opinantes deslocam e reorganizam/resignificam o léxico biomédico e, principalmente o da psicologia, para formular seu entendimento sobre o “fenômeno das drogas” utilizando categorias como *vício* e *(des)controle*.

**Palavras-chave:** “Fenômeno das drogas”, análise de discurso, oficina.

MORAES, Guilherme Parmezani. **(Un)controlled “drug” consumption**: discourse analysis between educators. 2012. End of course paper (Graduating at Social Sciences) – Universidade Estadual de Londrina, 2012.

## **ABSTRACT**

This paper aims to analyze the interdiscursivity present in the speeches, the statements, practices, strategies and policies on "drugs" of the twentieth century, focusing on the teachers' and students' discourses at the Workshops about "drugs" in classroom, which I coordinated in 2011. Seeking to demonstrate how "drug phenomenon" emerged and was appropriated in numerous social, political and economic processes, how scientific knowledge is based on moral consensus and (re)produces them and how this complex discursive web condenses on the surveyed "speeches". It is also research intention to understand the individual's agency in their constant recovery, transformation and remeaning of the power and knowledge surrounding the issue of "drugs". Finally, it intends to problematize the categories and consensus driven by the interlocutors to mean the psychotropics practices, their and others. The Foucaultian method of discourse analysis guides this paper in understanding the sentences emerged during the workshops activities – awareness exercises and group dynamics -, focus group and formal conferences. In summary, I conclude the surveyed shift biomedical lexicon, especially psychology, to develop their "drug phenomenon" understanding using categories such as: addiction and (lack of) control.

**Keywords:** “Drug phenomenon”, discourse analysis, workshop.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1 SUBSTÂNCIAS E CONSENSOS: EMERGÊNCIA E APROPRIAÇÃO DO “FENÔMENO DAS DROGAS”</b> .....	<b>21</b>
1.1 SUBSTÂNCIAS MATERIAIS E JULGAMENTOS MORAIS .....	23
1.2 O MAPEAMENTO GEOPOLÍTICO DO “FENÔMENO DAS DROGAS” .....	28
1.3 PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE AS “DROGAS” .....	36
1.3.1 Perspectiva Substancialista .....	38
1.3.2 Perspectivas Biopsicossociais .....	41
1.3.2.1 Redução de Danos e “teorias da falta” .....	43
<b>CAPÍTULO 2 O CAMPO QUE FALA: SOBRE O MÉTODO E OS INTERLOCUTORES DE PESQUISA</b> .....	<b>47</b>
2.1 O DITO E O JÁ-DITO: UM OLHAR METODOLÓGICO .....	48
2.2. O IMPONDERÁVEL VIÉS: SOBRE AS OFICINAS E OS OFICINANDOS .....	51
2.2.3 Substâncias que Definem: Apresentação dos Principais Interlocutores de Pesquisa .....	59
2.3. DEBATE ENTRE SUJEITOS: GRUPO FOCAL E ENTREVISTA .....	65
<b>CAPÍTULO 3 SUJEITOS, SUBSTÂNCIAS E POTENCIALIDADES SOB CONTROLE</b> .....	<b>72</b>
3.1 “DROGA”: EXAGERO E AMEAÇA AO HUMANO .....	72
3.2 ENTRE O IMAGINADO E O ACONTECIDO .....	76
3.3 SUBSTÂNCIAS QUE (DES)EQUILIBRAM .....	78
3.4 (DES)CONTROLE E VÍCIO NO USO DE “DROGAS” .....	85
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>91</b>

<b>NOTAS.....</b>	<b>93</b>
-------------------	-----------

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>98</b>
--	-----------

<b>ANEXOS.....</b>	<b>106</b>
--------------------	------------

ANEXO A.....	106
--------------	-----

ANEXO B.....	108
--------------	-----

ANEXO C.....	109
--------------	-----

ANEXO D.....	110
--------------	-----

ANEXO E.....	111
--------------	-----

ANEXO F.....	112
--------------	-----

## INTRODUÇÃO

Este trabalho se debruça sobre o modo como os sujeitos tecem sentidos acerca do “fenômeno das drogas”, para isso persegue a interdiscursividade presente nos enunciados sobre as “drogas”<sup>1</sup>. Ao assumir que a relação entre substâncias e sujeito transcende a simples escolha individual e autônoma, pretendo também focar a relação entre (1) a emergência do atual “fenômeno das drogas” em sua articulação com processos geopolíticos, instituições jurídico-penais e a prática discursiva biomédica hegemônica; (2) a difusão e a atualização dos consensos morais que envolvem o consumo de “drogas” entre o saber científico e acadêmico; (3) bem como a forma que essas noções, regulações e prescrições ressoam nas “modalidades de uso” (Vargas, 2001, p. 78) de psicotrópicos dos sujeitos pesquisados. O foco de pesquisa são os discursos produzidos nas *Oficinas sobre ‘drogas’ em sala de aula: abordagem teórica e metodológica*, por mim coordenadas durante o ano de 2011<sup>2</sup>.

Trata-se de analisar os discursos dos oficinasandos<sup>3</sup>, transformando-os em principais interlocutores desta pesquisa. Através deles procuro evidenciar a ancoragem cultural do uso de “drogas” a partir de três instâncias que interagem umas com as outras: (a) noções fundamentais e de “longa duração” para o modo de vida das sociedades ocidentais, como, por exemplo, a concepção do humano enquanto “criatura imperfeita” (Sahlins, 1988 *apud* Vargas, 2001, p. 209); (b) grandes discursos (Foucault, 1996, p. 22)<sup>4</sup> que envolvem o atual “fenômeno das drogas”, quais sejam, prática discursiva médica, aparato jurídico-penal e saber científico; e (c) elaboração de sentido e constituição de padrões e modalidades de uso de cada oficinasando.

O objetivo central do estudo, portanto, é apreender a significação que os pesquisados atribuem ao uso de “drogas”, o seu próprio e o de outrem. O que pressupõe uma perspectiva capaz de enxergar a porosidade e os fluxos das fronteiras dos níveis do discurso<sup>5</sup>: tanto a difusão das grandes narrativas para o mundo dos pesquisados, quanto a integração dos julgamentos de valor, presentes no senso comum, nesses saberes e poderes<sup>6</sup>.

A assunção dos riscos de realizar uma pesquisa dentro de uma ambígua relação com o campo, no qual eu exercia tanto o papel de pesquisador como o de oficinheiro – me esforçando para ter o olhar distanciado, necessário a toda

investigação científica, ao mesmo tempo que mergulhado na mediação de debates<sup>7</sup> – faz parte de uma escolha política. Entendo que a questão das “drogas” necessita ser amplamente discutida e revisada. Dadas a recente abertura de espaços institucionais para a reanálise do “fenômeno das drogas” (como a Comissão Brasileira sobre Drogas e Cidadania – <http://cbdd.org.br>, por exemplo) e as condições atroztes que historicamente o envolvem, julgo que é urgente repensarmos paradigmas, consensos e políticas. Por isso, essa pesquisa se pauta em duas ações eminentemente políticas: a confecção e a divulgação do saber científico e o estabelecimento de um grupo de multiplicadores de ações reflexivas.

A situação de pesquisa, acima descrita, foi intencionalmente construída visando estabelecer um espaço-tempo pertinente para a exposição de posicionamentos políticos, conflito de ideias e revisão de consensos sobre as “drogas”. O que se configura como campo de pesquisa e também campo de atuação política e educacional. Entendo que a escola, apesar de ter perdido parte de seu potencial socializador entre os jovens (Sposito, 1993), ainda é um ambiente propício para reavaliar normas e valores e, portanto, fazer emergir novas estratégias e ações (Dayrell, 1999, p.137).

Iniciei minha inserção no ambiente educacional em 2010 quando convidado para auxiliar na coordenação de um conjunto de oficinas: o *Ciclo de Debates Sobre Drogas*. Nessa oportunidade, as reflexões teóricas sobre o “fenômeno das drogas” com as participantes da oficina, resultou na produção do documentário *Drogas?*. Nessa ocasião, participaram duas estudantes do terceiro ano do Ensino Médio do Colégio de Aplicação da UEL. Nas reuniões, as estudantes puderam construir concepções reflexivas sobre o uso de psicotrópicos, a partir do material lido e discutido, e participar intensamente da elaboração, confecção e edição do filme<sup>8</sup>.

Nesse mesmo ano tive a satisfação de poder lecionar no Ensino Médio da rede pública de Londrina-Pr, em diversas escolas, através do estágio que a graduação em Licenciatura do curso de Ciências Sociais oferta. Nessas ocasiões, acompanhado de outro professor (ou não), pude estabelecer um diálogo com os estudantes, abordando questões como: (des)construção do conceito “droga”, forças econômicas e sociais que fundamentam as políticas públicas, proibicionismo em sua relação com a lógica capitalista, bem como

outras perspectivas em relação aos psicotrópicos (como a Redução de Danos, por exemplo). A relação ensino/aprendizagem, nessas inserções, tenderam para o diálogo e a mútua disposição para o auto-questionamento, próximo à pedagogia histórico crítica (Silva, 2009) e à pedagogia da autonomia (Freire, 1996)<sup>9</sup>.

Com o mesmo enfoque, no ano de 2011, empreendi o conjunto de oficinas – que serve de recorte dessa pesquisa – durante as quais desenvolvi reflexão com professores atuantes na rede básica de educação e também com licenciandos do curso de História e Ciências Sociais (futuros professores). Fui auxiliado pelas professoras Ângela Maria S. Lima e Leila Sollberger Jeolás<sup>10</sup>. As oficinas duraram quatro meses e visavam, pelo menos, a três objetivos: (a) apresentação de algumas correntes teóricas que tratam do uso de psicotrópicos, (b) discussão sobre quais seriam os elementos básicos a se tratar com estudantes do Ensino Médio, (c) e reflexão sobre procedimentos pedagógicos mais adequados para abordar a questão em sala de aula.

Conforme já explicitado, apenas cinco oficinas permaneceram até a conclusão do curso dos quinze inscritos, sendo que: dez pessoas iniciaram realmente as oficinas, o restante apenas fez a inscrição. Desses, dois foram apenas no primeiro dia e três evadiram durante o decorrer das oficinas. No capítulo 2 essa questão será melhor explicitada, por enquanto basta saber que aqueles que ficaram já configuravam um grupo coeso antes das oficinas (tanto geracional e com respeito ao seu padrão de uso de “drogas”), o que se intensificou através do processo de ensino/aprendizagem.

Levanto algumas hipóteses sobre o motivo da grande desistência: (a) incompatibilidade de horário, afinal a carga de horária das oficinas era extensa (três horas semanais); (b) discordância dos oficinasandos com os pressupostos teóricos e políticos das oficinas; (c) dificuldade em explorar um tema tão fortemente ligado a julgamentos morais; (d) e frustração na expectativa dos objetivos da oficina (como será demonstrado adiante, os oficinasandos buscavam um produto, ou seja, respostas para “problemas sociais”, e não um processo de construção de conhecimento, através de metodologia participativa). Um dos primeiros “imponderáveis do campo” a surgir é a desistência do curso e a formação de um grupo com opiniões e práticas muito coesas. Fato que já configura o principal viés da presente pesquisa, pois todos aqueles que

permaneceram assíduos às oficinas são consumidores frequentes ou ocasionais de substâncias de uso ilícito.

A partir dessa configuração de pesquisa, busco entender como os sujeitos confeccionam sua prática e a reflexão sobre essa prática amparados pela (re)leitura de consensos médicos, jurídicos e científicos. Como se os interlocutores da pesquisa tecessem entre os “jogos de verdade” suas “falas” utilizando fios discursivos de diferentes níveis. Reflito, enfim, sobre o movimento de expansão e condensação presente na intertextualidade dos enunciados que dizem respeito ao “fenômeno das drogas”. São processos de simbolização e subjetivação que, apesar de não terem uma materialidade explícita, objetificam corpos, experiências e desejos.

O que ponho em cena é o modo como são significadas as diferentes seleções de qual substância usar, sob quais circunstâncias, com qual objetivo, em que quantidade e combinada com quais outros psicotrópicos. As miríades de práticas e discursos podem protagonizar tensões entre diferentes formas de conceber o que é saúde, vida e indivíduo, por exemplo. Entendo que o papel do antropólogo é analisar as forças presentes nesse conflito e dar voz às convergências e divergências elaboradoras de sentido.

O material de campo coletado durante a realização das oficinas é composto por: (a) exercícios de autorreflexão, na forma escrita, produzidos pelos opinantes durante o curso, (b) diário de campo, (c) discussão empreendida num grupo focal, e (d) entrevistas individuais em profundidade. Os dados de análise foram confeccionados tanto pelo pesquisador (durante minha intensa participação nas oficinas) quanto pelos pesquisados. A pesquisa demanda, portanto, técnicas qualitativas de abordagem do material de campo. A proposta é estabelecer uma relação dialógica entre esse universo de dados e a bibliografia levantada, tentando compreender os pontos de contato e conflito, perseguindo consensos morais, categorias e conceitos que se desdobram e se influenciam.

Para isso, pretendo acionar o método antropológico para desnaturalizar noções *a priori* sobre as “drogas” e inscrever sobre o material de campo uma análise das práticas discursivas<sup>11</sup>, discursos e enunciados inspirados no método proposto por Michel Foucault (1996). Tento perseguir as dependências históricas e paradigmáticas na produção dos enunciados. A análise caminha no

sentido de vincar o percurso lógico das “falas” dos opinantes para evidenciar seus fundamentos históricos e as concentrações semânticas balizadoras de julgamentos morais e classificações simbólicas. Por exemplo: ao refletir sobre o próprio consumo, as categorias *controle*, *razão* e *consciência* se adensam para explicar um uso saudável de “drogas”; por outro lado, *sair do corpo*, *ficar muito louco*, *perder a consciência* e *vício* são noções ligadas ao uso abusivo e/ou dependente de psicotrópicos.

É preciso estar atento tanto para o que é dito, como para o que é silenciado – e também o modo como a afirmação ou o velamento são emitidos. As contradições e lacunas encontradas nos enunciados analisados podem ser entendidas como sintomas da complexidade do cenário atual do “fenômeno das drogas”. Faz-se necessário, então, ampliar o olhar para além do uso ilícito e se lançar nos jogos de forças que disputam a verdade sobre as “drogas” para compreender a ambiguidade das políticas públicas sobre o uso de psicotrópicos.

A relação das sociedades contemporâneas com a produção, a distribuição e o consumo de “drogas” vem se intensificando ao longo do século XX, tanto na forma de repúdio quanto de proximidade. Até a segunda metade do século anterior a esse, nenhum país tinha uma política institucional definida de redução de oferta ou demanda de “substância que alteram”. Aliás, substâncias que hoje são entendidas como perigosas – tanto à saúde do consumidor como à sociedade em geral – já foram largamente usadas em práticas de cura: o ópio foi considerado, em 1680 por um médico inglês, o remédio mais universal e eficaz de todos (Escohotado, 1997, p. 58), a maconha e cocaína podiam ser facilmente prescritas, durante o início do século XX, para combater diversos males, de asma à depressão (Fiore, 2002, p. 5). Por outro lado, psicoativos que são corriqueiramente empregados atualmente já sofreram fortes sistemas de regulação: como o café na Rússia do século XVII e a bebida de cacau durante a sociedade asteca (Escohotado, 1997, p. 137; Carneiro, 2005a, p. 100)

A partir de 1911, diversos tratados internacionais se seguiram a fim de estipular substâncias que além de não terem uma aplicação médica foram consideradas perigosas à saúde da pessoa que as consome. De fato, o que assistimos, especialmente depois da década de 1980, foi uma rigorosa ação

militar, jurídica e médica tendendo a analisar, quantificar, controlar e a anular o “problema das drogas”. No século XX a medicina se fortaleceu enquanto prática de saúde hegemônica, inserindo em sua terapêutica um grande leque de substâncias psicoativas, consideradas remédios ou fármacos. Ou seja, este século foi marcado pela institucionalização de um corte moral estabelecido entre as substâncias permitidas (que trazem saúde, revigoram, anestesiaram, alimentam) e aquelas não permitidas (que matam, degradam, viciam e são fonte de problemas sociais).

O entendimento do termo “droga” é ampliado ao assumir que é toda substância capaz de provocar rápidas alterações fisiológicas e psicológicas no consumidor, mesmo que em pequenas quantidades. A humanidade tem se relacionado com “substâncias que alteram” há milhares de anos haja vista que há registros da extração de ópio pelos assírios desde o século VII a.C. (Carneiro, 2005a, p. 77). Através de diversos usos durante a história, as “drogas” se tornaram objetos de desejo e poder, foram índices de distinção social, estiveram envolvidas em disputas econômicas e políticas, fizeram parte do cotidiano de grandes personagens históricos, bem como ainda enredam a rotina das bilhões de pessoas do mundo.

Porém, recentemente a prática discursiva médica, aliada a procedimentos técnicos científicos mais gerais, produziu um saber sobre as “drogas” e a constituiu como um objeto do conhecimento. Articulado a isso, regulamentou, em seu imbricamento com o aparato estatal, a produção, distribuição e consumo de certas substâncias. Essa díade poder/saber sobre os psicotrópicos é dotada de sentido e efetividade em políticas públicas, produções acadêmicas, repressões policiais, ações pedagógicas, abordagens midiáticas e também na variada “modalidade de uso” de psicotrópicos pelos sujeitos.

A estrutura jurídico-penal emerge, nesse contexto, como uma ramificação importante do “dispositivo das drogas”<sup>12</sup>. Tem o papel de coibir tanto a oferta (produção e distribuição) quanto a demanda (consumo) de “drogas” de uso ilícito. Assim, conhecimento científico especializado, força repressiva do Estado e consensos morais são forças atuantes na constituição de políticas proibicionistas em relação às “drogas”. Porém, não podemos perder de vista a heterogeneidade dessas linhas de força. Segmentos teóricos

das áreas da Saúde Pública e da Psiquiatria, por exemplo, são vozes dissonantes nesse cenário.

O campo de disputa política que envolve o “fenômeno das drogas” se complexificou durante o século XX e a proposta do proibicionismo, qual seja, promover uma sociedade sem uso de “drogas ilícitas”, tem sido duramente questionada por diversas correntes. Atores partidários da Redução de Danos<sup>13</sup> – Bastos e Mesquita (1994), Nardi e Rigoni (2005), Soares e Jacobi (2000) – têm proposto novas abordagens à questão haja vista a ineficácia das políticas públicas baseadas nos acordos internacionais em reduzir, ou anular, a produção e o consumo de “drogas”. Como pode ser deduzido a partir do relatório feito pelo órgão da ONU sobre Drogas e Crime, o “World Drug Report” de 2011<sup>14</sup> e também pelo “Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas”<sup>15</sup> do mesmo ano. Esse trabalho pretende apontar pistas para caminhos novos e necessários nas ações, recursos didáticos ou políticas sobre o tema.

É também intenção desse estudo contribuir para diminuir a lacuna teórico-metodológica das práticas pedagógicas voltadas à prevenção<sup>16</sup> de abuso de “drogas”. Cássia Baldini Soares e Pedro Roberto Jacobi (2000) apontam que a visão proibicionista (atualmente hegemônica) que embasa as ações docentes nas escolas públicas está fadada a ser autoritária e repressiva, retirando do educando sua capacidade crítica e autorreflexiva. Os manuais de treinamento de professores, segundo os autores, se limitam a incentivar estratégias behavioristas de condicionamento pela repetição (op. cit., p. 220). Se profícua, a discussão aqui efetuada pode se tornar um incentivo para novas abordagens pedagógicas e teóricas sobre o assunto.

Dessa forma, pretendo com esse trabalho contribuir para engrossar e diversificar as propostas de ações, programas ou políticas públicas mais eficientes em seus objetivos e menos lesiva em seus métodos. O que se pretende, então, é colaborar com a análise e o mapeamento dos discursos que entrelaçam o uso de substâncias psicoativas; e também para a detecção das linhas de força (filosóficas, morais, políticas e econômicas) que sustentam os diferentes modos de significação sobre os psicotrópicos. Este trabalho também se preocupa em como este campo discursivo de disputa se condensa na

subjetivação dos indivíduos, orientando engajamentos com o mundo, posições políticas, padrões de uso, etc.

O campo de pesquisa que dialoga com o arcabouço teórico-metodológico desse empreendimento se refere ao sistema educacional, entendido enquanto “*uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo*” (Foucault, 1996: 44). Assumo que a escola, o ambiente da sala de aula e as correntes pedagógicas, enquanto um “sistema disciplinar” (Foucault, 1987) podem dizer muito sobre as práticas discursivas existentes em dimensões mais gerais da sociedade.

O esforço teórico de analisar o modo como os oficinandos refletem acerca do “fenômeno das drogas” se insere na tradição antropológica na medida em que se esforça por desnaturalizar “categorias nativas” acionadas na experiência dos sujeitos com relação às substâncias psicoativas, tais como: *controle, vício, fissura, sair de si, viajar, bad trip*. Trata-se de perceber o impacto que processos sociais (no caso, o “fenômeno das drogas”) exercem sobre os sujeitos (nesse trabalho entendidos como consumidores de “drogas”) e como estes o ressignificam em suas práticas e significações.

Além disso, é possível entender tanto as políticas de redução de oferta e demanda de “drogas” quanto as de Redução de Danos (RD) como “culturas” que se chocam e se explicam através de suas contradições e heterogeneidades. E mesmo as práticas discursivas jurídica e médica podem ser lidas como complexos cognitivos, simbólicos e culturais que se tencionam com suas diferentes apropriações ao se expressar na ação dos sujeitos.

Se pudermos estabelecer, como indica o antropólogo Roberto DaMatta (1974), que o saber antropológico passa pelo exercício de familiarizar o exótico e também estranhar o familiar, me esforço em efetuar a segunda dimensão do encontro com a alteridade. Uma vez que os oficinandos que continuaram frequentando as oficinas são de círculos sociais próximos aos meus (inclusive uma das oficinandas é minha companheira), em sua maioria são colegas de curso. Dessa maneira minhas experiências pessoais me aproximam intensamente desse universo. Porém, para além da minha proximidade com os interlocutores, pude estabelecer uma relação pesquisador-pesquisados através de técnicas de coleta de dados bem demarcadas (grupo focal com presença de

um observador e entrevistas em profundidade), explicitação dos objetivos de pesquisa e olhar “disciplinado” sobre o campo.

Em síntese, me esforcei em analisar práticas e consensos para compreender as ancoragens morais, sociais, políticas e econômicas dos sentidos atribuídos ao uso de “drogas” elaborados pelos interlocutores desta pesquisa. Tal enfoque pode contribuir para uma política menos centrada na substância em si e mais atenta à dimensão biopsicossocial do uso de “substâncias que alteram”.

No primeiro capítulo, procuro aprofundar o marco teórico que baliza o entendimento do que se convencionou chamar de “fenômeno das drogas”, pautando-me, principalmente, nas reflexões teóricas de Eduardo Viana Vargas (2001, 2002), Henrique Carneiro (2005a, 2005b), Sérgio Vidal (2008), Maurício Fiore (2002, 2005), Andreas Domanico (2006), Antônio Escohotado (1997) e Alba Zaluar (2004). Busco compreender a produção, o comércio e o consumo de psicotrópicos de forma a fugir tanto do fisicalismo, quanto do moralismo que envolve a questão. É necessário contextualizar historicamente a constituição da relação que as sociedades atuais estabeleceram com as “drogas” e delinear duas perspectivas fundamentais nos estudos sobre as substâncias psicoativas: a visão fisicalista ou substancialista e a visão biopsicossocial. A primeira se ancora teoricamente no paradigma das ciências biomédicas, centrando sua reflexão na maior ou menor determinação biológica dos efeitos do consumo de psicotrópicos; e a segunda perspectiva entende que o contexto histórico e cultural em que o psicotrópico é consumido fundamenta a experiência do sujeito com as propriedades farmacológicas da substância.

No segundo capítulo, explicito o método foucaultiano que aplico sobre o material de pesquisa coletado, bem como descrevo inicialmente a minha entrada e constituição do campo de pesquisa. Além disso, pretendo focar a incidência dos grandes discursos que enredam “fenômeno das drogas” na prática e no entendimento dos oficinas sobre as substâncias psicoativas. Privilegio a análise de duas atividades e discussões feitas durante o curso das oficinas para formular um limite comparativo que dê conta de entender o processo de elaboração e mudança de concepções dos pesquisados.

No terceiro capítulo, busco perceber as continuidades e rupturas dos enunciados e práticas dos opinandos me aprofundando na análise das entrevistas e grupo focal.

## CAPÍTULO 1

### SUBSTÂNCIAS E CONSENSOS:

#### EMERGÊNCIA E APROPRIAÇÃO DO “FENÔMENO DAS DROGAS”

É unânime entre os teóricos do assunto que o consumo do que hoje chamamos de “droga” acompanha a humanidade há incontáveis eras. A maconha (*Cannabis*), por exemplo, já era utilizada em práticas terapêuticas chinesas em 2737 a.C.; a folha da coca (*Erythroxylum*) era consumida por populações da região andina antes mesmo da ocupação inca com registros arqueológicos que datam desde 2500 a.C.; há ainda evidências de que a efedra (*Ephedra*), uma planta encontrada em quase todas as partes do mundo, já era conhecida por seu valor excitante e estimulante pelos homens da cultura Neandertal há 50 mil anos atrás (Carneiro, 2005a).

As substâncias psicoativas cumpriram e cumprem variados papéis na sua relação com as diferentes organizações humanas: recreativo, religioso, laborativo, político, terapêutico. A característica em comum de todas essas práticas é uma alteração rápida, intensa, permanente ou não, tanto corpórea, como subjetiva, espiritual ou social do consumidor – dependendo da função que a substância contém nos diversos contextos culturais e históricos em que é empregada. Henrique Carneiro complementa:

...as drogas são alimentos espirituais, que consolam, anestesiaram, estimulam, produzem êxtases místicos, prazer intenso e, por isso, [são] instrumentos privilegiados de sociabilidade em rituais festivos, profanos ou religiosos (Carneiro, 2005b, p. 15-16).

É possível dizer que “droga” é um conjunto de substâncias que, mesmo em doses bem pequenas, tem o potencial de provocar intensa reação ao entrar em contato com um organismo vivo. Antônio Escotado (1997), sociólogo espanhol, diferencia as substâncias através da sua ação no corpo: (a) drogas somáticas são aquelas que afetam, em grande parte, o funcionamento de órgãos e sistemas periféricos do corpo humano; (b) drogas somático-sentimentais são substâncias que, além dessa primeira ação, tem sua maior efetividade no sistema nervoso central e/ou periférico. Fisiologicamente, essas

substâncias, também chamadas de psicoativas ou psicotrópicos, atuam acelerando, deprimindo ou perturbando a interação entre neurônios. Dessa forma, o efeito ou experiência que uma “droga” provoca estão condicionados por reações químicas estimulando ou inibindo áreas do cérebro.

Dessa forma, “droga” é um termo que engloba um conjunto de substâncias muito diverso, tanto por sua constituição química quanto por seu emprego. Nas palavras de Vargas,

Concretamente, o vocábulo [“droga”] costuma ser definido como referindo-se às substâncias químicas, naturais ou artificiais, misturadas ou não, utilizadas como medicamento, condimento, aromatizante, estimulante, inebriante, alucinógeno, estupefaciente, veneno ou na tinturaria (Vargas, 2001, p. 73).

O modo que é assumido o termo “droga”, nesse trabalho, vai além daquelas substâncias de uso ilícito (maconha, cocaína, *crack*, solventes, inalantes, MDMA, LSD-25) e as de uso controlado (tabaco e álcool). *A priori*, também estão inseridas na análise aquelas substâncias que há muito atravessam o cotidiano das sociedades contemporâneas, mas que não carregam a mesma carga simbólica que as anteriores (açúcar, cafeína, chás em geral, chocolate) – entendidas por Sidney Mintz como alimentos-droga (*apud* Vargas, 2002, p. 1) – e também os fármacos utilizados nas práticas biomédicas. Essa compreensão alargada possibilita analisar a emergência do “fenômeno das drogas” enquanto um problema social se distanciando da divisão moral entre lícito/ilícito ou uso terapêutico/uso recreativo.

É relevante lembrar que “drogas” são substâncias consumptíveis, ou seja, qualquer composto químico, natural ou sintético, necessita entrar em contato com o ser humano por qualquer via (oral, epidérmica, nasal, venosa, retal, vaginal, intramuscular ou subcutânea) para efetuar sua potencialidade de modificar a percepção, conduta, motricidade, etc. do consumidor. Nas palavras de Vargas: “(...) *nenhuma substância, considerada isoladamente, é ‘droga’ (...): ela só pode se tornar ‘droga’ (...) na medida em que entre em contato com corpos vivos*” (Vargas, 2001, p. 73). Entendimento que aparentemente é óbvio, mas que é raro nas políticas dominantes relacionadas às “drogas” de uso ilícito já que encerram suas ações proibitivas na substância em si (Nery Filho, 2010).

Porém, é preciso estar atento para a excessiva generalização que o termo “droga” implica, conforme Rosa Del Olmo aponta:

A palavra ‘droga’ não pode ser definida corretamente porque é utilizada de maneira genérica para incluir toda uma série de substâncias muito distintas entre si, inclusive ‘em sua capacidade de alterar as condições psíquicas e/ou físicas’ que tem em comum exclusivamente o fato de haverem sido proibidas (Olmo, 1990, p. 22).

Essa categoria não deve ser usada sem o devido rigor conceitual para que a imprecisão do termo não impeça seu emprego científico. Se a relação do ser humano com “substâncias que alteram” é tão antiga e disseminada geograficamente, não podemos perder de vista o contexto no qual o seu uso está inserido para não cair na armadilha de operacionalizar com noções genéricas de ser humano ou de “droga”, arditosamente ancoradas nos padrões ocidentais de corpo, saúde e pessoa. Deve-se assumir que o modo de produção, distribuição e consumo de psicotrópicos são tão diversos quanto o são os contextos culturais, políticos, econômicos e sociais que mediam a experiência das sociedades ou dos indivíduos com a substância. Dessa forma, a abrangência do conceito “droga” não pode pasteurizar os diversos empregos destas substâncias durante a História.

### **1.1 SUBSTÂNCIAS MATERIAIS E JULGAMENTOS MORAIS**

Para entender qual o significado que o termo “droga” atualmente detém, a maioria dos teóricos remonta à época das Grandes Navegações e da Idade Média europeia. O sentido que esse vocábulo carrega emerge no contexto da busca pelas especiarias orientais. Canela, pimenta, noz moscada eram entendidas como “droga” pelos homens daquela época. E todo esforço de traçar as rotas marítimas para as Índias Orientais era impulsionado pelo altíssimo lucro vindo do comércio dessas mercadorias de luxo (Ritchie, 1994). Assim, de acordo com Carneiro,

A palavra ‘droga’ provavelmente deriva do termo holandês *droog*, que significa produtos secos e servia para designar, dos séculos XVI ao XVIII, um conjunto de substâncias naturais utilizadas, sobretudo, na alimentação e medicina. Mas o termo também foi usado na tinturaria

ou como substância que poderia ser consumida por mero prazer (Carneiro, 2005b, p. 11).

As fronteiras semânticas entre alimento, condimento, remédio e veneno não estavam muito vincadas nessa época. Dessa forma, *droog* relacionava-se com aquilo que vinha de um lugar longínquo e exótico, geralmente substâncias secas carregadas de calor, picância e frescor. Essas mercadorias, além de serem signo de distinção social, concentravam sobre si a perspectiva que a Europa medieval tinha do Oriente; as especiarias eram a visão, o aroma e o sabor do Paraíso terreno. Assim como o cravo-da-índia é, ao mesmo tempo, adocicado e picante, essa concepção era temperada com um exotismo sedutor e aterrorizante (Vargas, 2001, p. 120).

Esse vocábulo (*droog*) anteriormente abarcava um número muito grande de substâncias. Depois do início do século XX a separação entre psicotrópicos de uso recreativo e terapêutico, por exemplo, aparece muito clara e rigidamente definida. O que fez com que esse termo sofresse uma grande restrição de sentido? E quais são as fronteiras discursivas que efetivam essa classificação? Para obter pistas das respostas, é necessário um entendimento histórico-social que desnaturalize a rígida demarcação simbólica existente hoje, afinal uma explicação que apenas leva em conta a farmacologia não dá conta de sustentar nem essa separação semântica nem a junção de todas essas substâncias sob a mesma categorização.

Se entendemos que os psicotrópicos são aquelas substâncias químicas que alteram intensamente o funcionamento do organismo consumidor, é correto afirmar que *a priori* as nomenclaturas e classificações não portam nenhum juízo moral. Porém, ao lançar um olhar mais aprofundado vemos que a transformação que o consumidor de psicotrópicos agencia através do uso de substâncias está articulada com modalidades de saúde, racionalidade e subjetividade, ou seja, um ideal de pessoa. Para definir se a substância será estimulante, narcótica, anestésica ou depressora é preciso olhar também para o ambiente cultural e social no qual se dará seu emprego. Como indica Howard Becker:

Os efeitos da droga têm um caráter multiforme, que varia de pessoa para pessoa e de lugar para lugar. Eles podem variar assim porque as drogas quase sempre têm mais de um efeito sobre o organismo.

As pessoas podem centrar o foco e reconhecer somente um ou alguns destes efeitos e ignorar todos os outros, considerando-os irrelevantes. (...) Na medida em que as drogas têm tantos efeitos, estes podem ser interpretados de várias maneiras e assim refletem influências contextuais extremamente sutis. (Becker, 1977, p. 181-2)

As “drogas” se apresentam como um entrelaçado de propriedades farmacológicas e juízos de valor que se auto-condicionam inseparavelmente: ora entendidas a partir de tamanha objetividade e concretude que passam a ser um termo genérico e trans-histórico capaz de exercer suas potencialidades bioquímicas independente do contexto cultural de seu uso (legitimado pela prática discursiva médica); ora dotadas de características subjetivas e de consensos morais sobre o que é ruim e o que é bom para um determinado indivíduo ou grupo de indivíduos (pertinente ao senso comum).

Vargas resume da seguinte maneira:

Em suma, é com relação às modalidades de uso e aos juízos de valor a elas agregados que se distingue uma classe de substâncias como ‘medicamentos’, outra como ‘alimentos’, outra como ‘condimentos’, outra como ‘cosméticos’, outra como ‘agrotóxicos’, outra como ‘venenos’, outra como ‘corantes’, outra como ‘drogas’ (Vargas, 2001, p. 78).

A categorização que as diversas substâncias recebem (do arsênico à cafeína, do açúcar à morfina, do sândalo à amoxicilina) é validada na superposição das qualidades materiais e subjetivas do uso das “substâncias que alteram”. Dessa forma, Vargas (*op. cit.*, p. 78) aponta que a definição do que seria “droga”, alimento ou remédio é efetivada mais nas modalidades de uso – se terapêutico, estético, gastronômico, recreativo, tóxico – e menos nas características físico-químicas da substância em si. O que estaria em jogo, então, são os usos socialmente definidos de uma dada substância e isso está articulado com os padrões normativos de avaliação da vida e com a concepção do que seria saudável ou não. Essa perspectiva é confirmada por Escohotado:

Ao lado da química está o cerimonial, e ao lado do cerimonial estão as circunstâncias que caracterizam um território em um determinado momento de sua história. O uso de drogas depende do que elas oferecem química e biologicamente, e também do que elas representam como *pretextos* para minorias e majorias. São substâncias determinadas, mas os modelos de administração dependem muito do que se pensa sobre elas em cada tempo e lugar.

Concretamente, as condições de acesso ao consumo são tão decisivas como aquilo que é consumido (Escohotado, 1997, p. 29).

É dessa forma que no campo das Ciências Humanas toma-se como foco privilegiado de análise o modo como, durante a história, as diversas substâncias materiais – que convencionamos chamar de “droga”, alimento, remédio, veneno, condimento – são dotadas de sentido. Em consequência, procura-se evidenciar hierarquias de classificação: marginalizando alguns usos e estimulando outros; classificando substâncias em lícita, controlada, tolerada ou ilícita; condicionando modalidade de uso terapêutico, nutritivo, gustativo, estético, laborativo<sup>17</sup>.

Para investigar a mudança na rede de significados que envolve a produção, distribuição e consumo de “drogas” há que se levar em conta os aspectos econômicos, geopolíticos e sociais que atravessam esse processo. Desde o século XVI, por exemplo, as metrópoles europeias puseram em movimento uma lenta e crescente anulação dos usos de psicotrópicos pelas populações indígenas nas colônias, para ressaltar a utilização do vinho na relação dos homens com o sagrado. Além de encarnar uma ameaça moral à cosmologia ocidental cristã, esses usos tradicionais representavam uma contraposição econômica ao emergente comércio de álcool destilado europeu (Carneiro, 2005b, p. 16-17).

No final do século XIX, os Estados Unidos inseriram na sua política interna um corte moral e jurídico que incidia sobre o uso de algumas substâncias psicoativas entendidas como perniciosas ao desenvolvimento do país. As forças políticas e econômicas, nesse caso, tiveram um papel fundamental no processo de proibição desses psicotrópicos. Como indica Escohotado:

Antes da abolição da escravatura, nos Estados Unidos não existia o temor ao ópio, que surgiu apenas quando uma maciça imigração chinesa, destinada a suprir a mão-de-obra negra, começou a incomodar os sindicatos. Foi também o medo aos imigrantes – fundamentalmente irlandeses e judeus – que precipitou a condenação do álcool pela Lei Seca. Nessa ocasião, as reivindicações políticas da população negra do sul eram muito preocupantes e a cocaína – a origem da Coca-Cola – acabou simbolizando uma droga de negros degenerados (Escohotado, 1997, p. 29).

Colocado dessa forma, o avanço do tratamento jurídico-penal sobre as “drogas” estava menos ligado às consequências prejudiciais à saúde (e bem-estar) das pessoas e mais relacionado a conflitos migratórios, econômicos e políticos. Sobre esse último aspecto, cabe ressaltar o modo como a plantação de *cannabis* (planta da maconha) foi proibida nos EUA em 1937. Antes desse ano, 80% das tintas e vernizes eram feitos a partir do óleo de cânhamo e, em 1850, 80% de todo o papel, tecido e combustível eram derivados da planta de maconha. Jack Herer, ambientalista e ativista político, aponta que as indústrias petrolífera e algodoeira tiveram uma pesada influência na criminalização da plantação de *cannabis*, pois esta oferecia uma alta concorrência na produção de fibras têxteis e óleos combustíveis<sup>18</sup> (Herer, 2010).

Da mesma maneira, anos antes, em 1920, auge das técnicas de racionalização da produção (o fordismo e o taylorismo) foi promulgada uma lei que proibia o consumo e a venda de bebidas alcoólicas nos Estados Unidos. O que estava em jogo, segundo Carneiro (2002b), era o controle sobre os corpos e comportamentos do trabalhador norte-americano para que se maximizasse o aproveitamento da força de trabalho. O consumo de “drogas”, nesse caso o álcool se tornou avesso aos interesses da lógica capitalista de produção.

No caso brasileiro, a proibição da maconha ocorreu ainda durante o Segundo Império e “*estava relacionada muito mais ao controle da mão-de-obra escrava e, mais ainda, ao controle da perigosa e crescente população negra e mulata livre no centro urbano do Rio de Janeiro*” (Fiore, 2002, p. 3). No início, as regulações proibicionistas eram mais uma ferramenta de técnica social e menos uma preocupação sanitária.

Entendo que a política hegemônica sobre as “drogas” do século XX pode ser vista como racista ou genocida, especialmente no caso brasileiro, pelo fato de que a repressão à demanda e à oferta de psicotrópicos de uso ilícito pode potencializar certas lógicas discriminatórias já sedimentadas na organização social do país. É interessante notar, por exemplo, que no Código Penal Republicano, no Brasil de 1890, a capoeira, as religiões de matriz africana, o samba e o hábito de fumar maconha (elementos da tradição negra trazidos pelos escravizados africanos) foram criminalizados como tentativa de controle da “perigosa” população negra. A maioria desses traços culturais foi retirada do Código somente em 1941. O consumo de maconha, por outro lado, continuou

sendo penalizado em coerência com os pactos internacionais que o Brasil assinou (Barros, 2011). Conforme Sergio Vidal,

Usadas para reforçar os mecanismos institucionais de punição e controle sobre essas populações [negra], seus hábitos e costumes tradicionais, essas leis e políticas foram implantadas durante períodos marcados pelo autoritarismo estatal e pela restrição de direitos e liberdades adquiridos, ignorando ou se opondo aos saberes científicos sobre o tema e sem maiores debates ou diálogo com setores interessados da sociedade civil (Vidal, 2008, p. 6).

## **1.2 O MAPEAMENTO GEOPOLÍTICO DO “FENÔMENO DAS DROGAS”**

Foi no início do século XX que a forma como os Estados se relacionam com as “drogas” começou a tomar os contornos contemporâneos. Esse século foi salpicado com acordos internacionais, organizações morais e saberes médicos que reagiram ao fenômeno das “drogas” com uma política de estado. Ou seja, elas se tornam o centro das preocupações e emerge a visão substancialista ou fisicalista das “drogas”. A singularidade deste momento histórico no trato com as “substâncias que alteram” reside, no mínimo, em três aspectos: (a) desde o início desse século – culminando na década de 1980 – a produção, distribuição e consumo de “drogas” se tornou um “problema social” (com fundo econômico, político e moral) de ordem pública, nacional e internacionalmente gerido por instituições médicas e jurídico-penais; (b) estabeleceu-se uma partilha moral entre aquelas substâncias que são de uso vetado e, portanto, criminalizadas e aquelas que são de uso liberado, ou ainda estimulado, coerentes com um ideal de saúde ocidental; e (c) foi inserido na cena de disputa política outras formas de tratamento e prevenção ao abuso de “drogas”, o que reconfigurou os jogos de força dos discursos.

Sobre a primeira dimensão é possível afirmar que os EUA foram os que capitanearam sua constituição. Mauricio Fiore (2005), analista do processo de criminalização e medicalização do consumo de “drogas”, entende que o pioneirismo desse país se dá por diversas razões, dentre elas:

a profunda antipatia cristã por algumas substâncias antigas e os estados alterados de consciência, agravada diretamente pelo puritanismo asceta da sociedade norte-americana; a preocupação de elites econômicas e políticas com os ‘excessos’ das classes ou raças vistas como inferiores ou ‘perigosas’; o estímulo a determinados

psicoativos, em detrimento de outros, como decorrência de interesses nacionais e econômicos (Fiore, 2005, p. 259).

A partir da organização de entidades civis para o combate a diversas formas de vício (dependência química, cassino, prostituição), a política proibicionista se espalhou em acordos internacionais como a Convenção de Haia em 1911 e a Convenção Internacional Única de Entorpecentes em 1961. Esse último tratado define uma lista de substâncias classificadas por seu grau de periculosidade que teriam sua produção, sua distribuição e seu consumo proibidos.

A classificação não está baseada na maior ou menor capacidade de gerar dependência física, nem no nível tóxico do psicotrópico, mas se fundamenta na sua utilização pelas práticas médicas (Fiore, 2005, p. 268): substâncias que possivelmente têm utilidade na terapêutica ocidental hegemônica não carregam a carga simbólica depreciativa que envolve o termo “droga”, e o contrário também é verdadeiro para aquelas substâncias que não têm uso possível na medicina. A maconha, cocaína e a heroína, por exemplo, foram incluídas na lista das substâncias não permitidas nessa época.

Esses acordos foram guias para que diversos países, como o Brasil, também estruturassem suas políticas internas sobre os psicotrópicos. As reverberações desses pactos internacionais ainda estão em movimento. A Organização Mundial de Saúde atualmente define “droga” como

Qualquer substância que, quando levada a um organismo vivo, pode modificar sua percepção, humor, cognição, comportamento ou funções motoras. Essa distinção inclui o álcool, tabaco e os solventes e exclui as substâncias medicinais não-psicoativas (*apud* Vargas, 2001, p. 82)<sup>19</sup>.

Esse trecho evidencia a centralidade que a medicina possui na definição do que seria ou não “droga” e o valor negativo que o termo adquiriu. É interessante notar que a institucionalização da medicina é concomitante à criminalização de outras práticas terapêuticas (vistas como charlatanismo ou misticismo). Fiore lembra que “*O xarope de cocaína e os cigarros de maconha estavam entre as indicações para os mais diversos problemas, de asma à depressão. Com a proibição de todos estes produtos, veio também o controle rígido sobre a prática do receituário popular*” (Fiore, 2002, p. 5). A atual

estrutura que organiza a produção, classificação e indicação das “drogas” pode ser entendida como um “estado terapêutico” (Rosen, 1994 *apud* Fiore, op.cit., p. 5), ou seja, uma relação próxima entre Estado e saber biomédico; sendo que as instituições governamentais seriam responsáveis em coibir o uso não medicamentoso de fármacos, bem como regular sua produção, enquanto que à medicina caberia (re)produzir essa divisão entre usos permitidos e não permitidos além de ter a exclusividade de indicar o consumo de “drogas”.

Outro aspecto que, em geral, configura a política sobre substâncias psicoativas no século XX é a assimetria no tratamento jurídico e moral das substâncias. Se por um lado, as políticas (tanto nacionais quanto internacionais) caminharam para a criminalização do uso não medicamentoso de alguns psicotrópicos, para o aumento da lista de substâncias consideradas perigosas à saúde e para a resposta bélica à produção e comércio dessas de uso “ilícito”; por outro lado, houve estímulo ao uso de “drogas” legitimadas na e pela prática discursiva biomédica (entendidas como remédios ou medicamentos), como, por exemplo, os ansiolíticos, antidepressivos, analgésicos, anestésicos etc.. Isso é o que entendo ser o “dispositivo das drogas” (Perlongher, 1987 *apud* Vargas, 2006: 610). Em suma, recentemente tem-se objetificado uma partilha moral (na articulação das práticas médicas com as jurídicas) que considera pernicioso o uso de um conjunto de substâncias – as “drogas” de uso ilícito – enquanto estimula o uso de outro conjunto por haver um consenso de que estas seriam substâncias que alimentam, curam e aliviam – os remédios.

Mas, se podemos afirmar que “*não se tratam de poderes superiores que se materializam em instituições de controle, mas de um conjunto de saberes positivos que fundam a própria questão contemporânea das ‘drogas’*” (Fiore, 2002, p. 2-3), esse corte valorativo é atravessado por noções muito caras à cosmologia das sociedades ocidentais como, por exemplo, o que se entende por “vida humana”. Esse feixe de relações de poder que condiciona a classificação das “drogas” perpassa, portanto, o campo social incidindo sobre os sujeitos em sua relação consigo mesmos e com os processos terapêuticos dos quais participam. Partindo desse instrumental, é possível dizer que, assim como na sexualidade – como assume Foucault (1977) – a relação que a maioria das sociedades contemporâneas mantém com o “fenômeno das

drogas” é de repressão e, ao mesmo tempo, de incitação. Vargas sintetiza da seguinte forma:

Mais do que se apropriar da experiência do consumo de ‘drogas’, o que as sociedades contemporâneas parecem ter feito foi criar literalmente o próprio fenômeno das ‘drogas’: (...) com o duplo processo de medicalização e de criminalização das ‘drogas ilícitas’ e com sua contraface, a ‘invasão farmacêutica’ das ‘drogas lícitas’ (Vargas, 2001, p. 211)

A partir disso, podemos assumir que as políticas públicas mais ostensivas têm incidido sobre um conjunto de substâncias com uma característica em comum: aquelas que contêm potencial bioquímico para agir predominantemente no sistema nervoso do ser humano. Os psicotrópicos, assim chamados, carregam duplamente o valor depreciativo do termo “droga” – tanto através de sua noção ampla (substâncias que alteram) como restrita (substâncias de uso ilícito, tolerado ou controlado) – replicando a valoração negativa que possuem (Vargas, 2001, p. 82). A concentração do proibicionismo sobre esse tipo de psicotrópico pode ser um desdobramento da noção cerebralista (Azize, 2010) nas práticas discursivas hegemônicas da biomedicina<sup>20</sup>.

É relevante dizer que utilizo repressão – característica principal da política proibicionista – no sentido foucaultiano do termo. Os diversos “empreendedores morais” (Becker, 2008, p. 153), criadores e aplicadores das normas e leis, condenam o uso de “substâncias ilícitas” ao desaparecimento, à anulação e ao silenciamento através de ações repressivas. Como se no consumo dessas substâncias não houvesse “*nada para dizer, nem para ver, nem para saber*” (Foucault, 1977, p. 10). Repressão que enclausura as pulsões (que seriam opostos ao reino do intelecto, do racional e do mental) no mundo privado e penaliza aqueles que fogem do comedimento e explicitam seus desejos e suas “irracionalidades”<sup>21</sup>.

Dessa forma, a política antidrogas é efetivada também na disciplinarização dos corpos e inscrita no comedimento das sensações e emoções dos sujeitos. Foucault (1977) afirma que a partir da época clássica o modo de gerenciamento da população sofreu uma mudança sensível: o poder soberano sobre o confisco da vida – ou seja, o direito de morte (efetuado, entre

outros, através do direito do soberano de declarar guerra e exigir proteção) – passou a ser apenas mais um elemento de controle e vigilância da população. Esta forma de poder, depois do século XIX, se desloca para o poder sobre a vida, o biopoder. Na palavras do filósofo:

Mas esse formidável poder de morte (...) apresenta-se agora como complemento de um poder que se exerce, positivamente, sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício sobre ela, de controles precisos e regulações de conjunto. (...) Foi como gestoras da vida e da sobrevivência dos corpos e da raça que tantos regimes puderam travar tantas guerras, causando a morte de tantos homens (Foucault, 1977, p. 129).

Porém, não podemos perder de vista que esse poder exercido sobre os corpos e sobre a vida (biopolítica e anátomopolítica) não é apenas repressor. A potência castradora das relações de poder está inseparavelmente ligada à sua potência criativa. O escrutínio sobre os corpos, enquanto organismo e população, permite a emergência de um saber específico sobre ele e, ao mesmo tempo, produz corpos e sensações reguladas, normatizadas, docilizadas. Durante o século XIX, a proteção ao corpo do rei se transporta para a proteção do “corpo da sociedade”. A exclusão de marginais, a eliminação de doentes e o controle de contágios são quase como receitas terapêuticas para a manutenção da integridade do “corpo social” (Foucault, 1979, p. 145). O corpo como metáfora da sociedade legitima ações eugênicas e sanitárias, nas quais eu incluiria a “guerra às drogas”.

Essa política terapêutica sobre o “corpo social” cravada em ações bélicas extremas (haja vista as recentes ações de “limpeza” do centro de São Paulo e Rio de Janeiro com relação ao *crack*<sup>22</sup>) só é possível numa sociedade que mantém, dentro de sua constituição democrática, dispositivos de “estado de exceção”, afirma André Saldanha Costa (2007). Esse elemento legal torna possível a suspensão dos direitos humanos básicos em favor de um “bem maior”, o fim do uso ilícito de “drogas”. Dessa maneira, não são raros, no Brasil, os casos de execução sumária dos suspeitos de comercializar substâncias ilícitas. A coincidência do aprofundamento da “guerra às drogas” com o fim das ditaduras na América Latina é um índice da articulação militar-terapêutica. Além disso, nessa mesma obra, o autor afirma que a política

proibicionista se aproxima a um estado de “guerra civil não-declarada”. Eu diria: “guerra civil terapêutica não-declarada”.

As políticas sobre “drogas”, a partir de fins do século passado, se constituem nesse imbricamento de consensos morais, científicos e jurídicos. Os países signatários dos pactos internacionais começam a institucionalizar e reavivar aparatos repressivos, demandando treinamento especial para policiais e criação de agências específicas para cuidar desse novo “problema social”. Conforme Rodrigues, “*a perseguição aos usuários e aos negociantes de drogas ilícitas (...) tomou feição de uma guerra aberta e virulenta na passagem dos anos 1960 para 1970*” (Rodrigues, 2005, p. 296). Em 1972, mais uma vez os Estados Unidos contribuíram para que o combate aos psicotrópicos de uso ilícito tivesse um salto em importância internacional quando o então presidente Richard Nixon declara que as “drogas” seriam o “inimigo número um” da sociedade estadunidense.

O sentido da antiga divisão geopolítica da guerra-fria (países de primeiro, segundo e terceiro mundo) se deslocou; assumiu outra roupagem através desse novo paradigma político-militar: o mundo dividido entre países produtores e consumidores de substâncias ilegais se tornou uma verdade possível de ser dita e acionada, principalmente, em políticas internacionais. Porém, a lógica que ainda operava era a da ameaça internacional aos EUA por algum mal externo (se antes eram os comunistas, agora são os traficantes ou os terroristas, mais recentemente). Como aponta, Rodrigues:

A dicotomia assim cristalizada ignorava explicitamente a existência de plantações de maconha nos parques nacionais dos Estados Unidos ou toda a rede pulverizada de pequenos laboratórios a sintetizar psicoativos, como o LSD na Califórnia e em outros estados da federação. A manobra do discurso governamental americano foi, no entanto, hábil para mobilizar a exteriorização do combate ao tráfico de drogas (Rodrigues, 2005, p. 297).

Com essa divisão entre países consumidores e produtores de substâncias ilícitas – que parece atualizar a divisão entre países com alto e baixo desenvolvimento econômico (Passetti, 1991 *apud* Rodrigues, 2005, p. 297) – a “guerra às drogas” se internacionalizou e se enrijeceu. A ocupação de países do Oriente Médio e da América Latina foi legitimada pela posição de

“vítima em legítima defesa” assumida pelos EUA diante da ameaça do tráfico internacional.

Dessa forma, o combate ao tráfico se tornou a principal preocupação de segurança pública de vários países (Rodrigues, 2005). Processo esse que contribuiu para um imaginário das atividades ligadas ao tráfico centrado na dicotomia cristã de bem e mal (Zaluar, 2004), produzindo o que Luiz Eduardo Soares (2010) chama de divisão fictícia entre o tráfico, representado como mal absoluto e onipresente, e o Estado<sup>23</sup>.

A configuração atual do “fenômeno das drogas” é evidentemente perpassada por um dispositivo jurídico-penal assimétrico legitimado pela produção de saberes científicos que partem de concepções morais fundamentais às cosmologias ocidentais e não deixam de estar emaranhados nas forças político-econômicas que nos impactam. No próximo item, esforce-me em descrever a dupla apropriação discursiva: (a) a “invasão” do vocabulário moral nas explicações acadêmicas, representadas pela produção atual de artigos científicos, e (b) a difusão do léxico científico sobre a “população leiga”, que permite que termos pertencentes à psicologia e à neurociência, por exemplo, façam sentido no cotidiano dos sujeitos. Tal análise será realizada a partir de um levantamento bibliográfico que verificou o “estado da arte” dos estudos sobre as “drogas”<sup>24</sup>.

Porém, antes de adentrar na seção seguinte, é preciso esclarecer alguns pressupostos e limites teórico-metodológicos. A partir do entendimento de que é necessário ultrapassar a concepção puramente farmacológica na reflexão acerca do uso de psicotrópicos, decorrem, pelo menos, três consequências analíticas a serem consideradas. Primeiramente, aquelas referidas ao estudo do consumo<sup>25</sup> de substâncias. Opera-se com as mudanças históricas na relação sujeito/substância, o que inclui evidenciar as dimensões (a) materiais do consumo de psicotrópicos tanto da substância em si, quanto da constituição neuroanatômica do consumidor; (b) psicológicas, referentes ao *self* ou à subjetividade da pessoa que usa; (c) e sociais, indicando a carga simbólica que a substância, seu uso e também seu consumidor carregam.

Um segundo tipo de consequência do entendimento amplo dos psicotrópicos está nas análises da produção e distribuição de substâncias. Aqui é necessário enfatizar a incidência do fator econômico no fenômeno das

“drogas”. Na lógica capitalista, por exemplo, os psicotrópicos, tanto de uso “lícito” quanto “ilícito”, assumem fortemente o caráter de mercadoria (como qualquer outro bem de consumo)<sup>26</sup>. Tendo isso em mente, fica clara a importância de se levar em conta o estatuto de legalidade ou não conferido a certas substâncias, bem como o comportamento dos compradores, a interação entre oferta e demanda e o volume financeiro das trocas que envolvem a condição que as substâncias psicoativas possuem atualmente (Kopp, 1998, p. 8).

Uma terceira consequência – preocupação central desse trabalho – diz respeito ao estudo das apropriações sociais e das formações de verdades científicas sobre a categoria “droga”. Nesse aspecto, é fundamental entender como o termo é dotado de sentido através de um conflito de forças dentro da arena institucional e como este jogo de “poder e verdade” é espreado para outros níveis discursivos. A concepção sobre as “drogas” seria um “objeto de desejo” e de disputa<sup>27</sup>. Procura-se compreender a maneira como esta foi instrumentalizada e apropriada pela e na prática médica, jurídica ou religiosa. De modo que para a medicina, “droga” seria um conjunto de substâncias capazes de alterar os processos neuroquímicos dos seres vivos; para o saber jurídico, seria substâncias listadas nos acordos internacionais e de uso ilícito; para algumas práticas religiosas, os psicotrópicos são portadores da tentação, do mal, do diabo.

Dentro da perspectiva teórico-metodológica aqui apresentada, interessa analisar a emergência, significação, “apropriação social” (Foucault, 1996, p. 43) e deslocamento do termo “droga”; perceber as regulações e correlações discursivas evidenciadas pelo enunciado, este entendido como “monumento” (Fischer, 2001, p. 205). Ou seja, o sentido e a validade de um discurso não se encerram em si mesmos; pelo contrário, o discurso elucida uma forma de produção de verdade historicamente sedimentada e também inspira uma forma de se engajar com a realidade

No mapeamento da produção antropológica sobre os consumos de “drogas”, feito por Fiore (2002), pode-se encontrar o foco do presente estudo:

Grosso modo, os trabalhos que se dedicam ao tema podem ser divididos, do ponto de vista do seu objeto, em três tipos: a) os estudos sobre uso de substâncias psicoativas entre sociedades

índigenas, extintas ou não (...); b) estudos sobre rituais “tradicionais” que envolvem uso de psicoativos, como o ayahuasca ou rituais afro-brasileiros (...); c) estudos sobre uso de psicoativos no meio urbano, relacionado ou não com rituais religiosos (...). Um quarto tipo, de difícil tipificação, procura compreender os significados sociais do uso de “drogas” e os discursos que se articulam sobre ele. Este campo foi explorado pioneiramente por Gilberto Velho (1987) em seu estudo clássico sobre duas categorias de acusação na cultura brasileira, *subversivo e drogado* (Fiore, 2002, p. 2).

Na medida em que procuramos problematizar a rede de significações produzidas acerca do consumo de psicotrópicos, este estudo está incluso no quarto tipo apontado por Fiore. Sobre isso, é relevante ressaltar que o pressuposto fundamental para esse capítulo – qual seja: a produção acadêmica acerca da categoria “droga” está num nível discursivo diferente daquele presente nos debates das oficinas, por exemplo – dá conta de perceber tanto as fronteiras quanto os fluxos discursivos entre diferentes formas de saber.

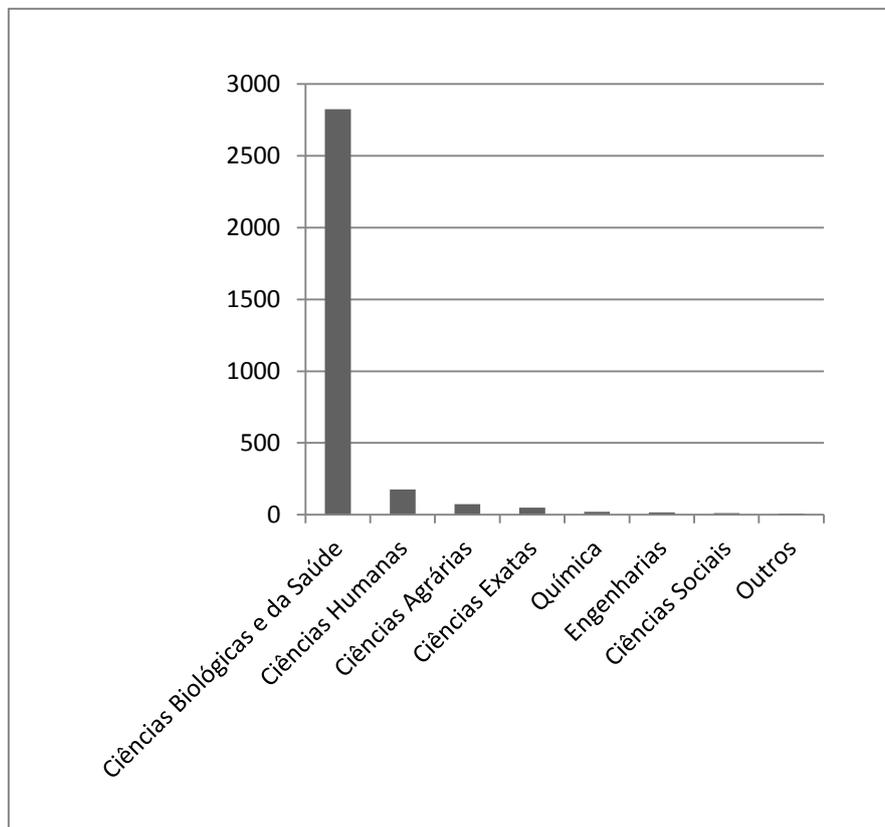
O levantamento bibliográfico se torna uma ferramenta para mapear a (re)significação da categoria “droga” feita pelas disciplinas científicas e um material que permite compreender como os grandes discursos se concretizam nas falas e práticas dos sujeitos (nesse caso, os oficinandos).

### **1.3 PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE AS “DROGAS”**

O levantamento bibliográfico, apresentado a seguir, se deu a partir da pesquisa de artigos que tinham como palavra-chave o termo “drogas” na base de dados *Scielo* ([www.scielo.org](http://www.scielo.org)). Foram encontrados 3181 artigos, sendo que desses: 2823 são da temática das Ciências Biológicas e da Saúde, 177 das Ciências Humanas, 75 das Ciências Agrárias, 50 das Ciências Exatas, 21 artigos na área da Química, 16 nas Engenharias, apenas 11 são acerca da perspectiva das Ciências Sociais e o restante estão distribuídos entre as Ciências Sociais Aplicadas<sup>28</sup>. Quanto às disciplinas mais representativas, os artigos pesquisados se concentram nas áreas de Educação, Saúde Pública, Direito, Ciências Sociais, Psicologia Social, Enfermagem, Psiquiatria e, sobretudo, da Medicina. Diante da grande quantidade de artigos encontrados, fez-se necessário realizar um recorte para analisar mais detidamente o conteúdo dos mesmos. Desse modo, foram selecionados trinta e sete artigos,

publicados entre os anos de 1998 e 2010 que fornecem um rico panorama da produção acadêmica nacional atual sobre a temática.

**Gráfico 1** – Quantidade de artigos e área de conhecimento



O critério utilizado para selecionar o material foi direcionado pelo interesse deste trabalho. Privilegiei a leitura atenta daqueles estudos que têm pontos de contato (concordantes ou não) com recorte deste estudo: o consumo de “drogas” relacionado à juventude e ao contexto educacional, bem como o “fenômeno das drogas” enquanto problema social.

De forma esquemática, pude condensar o material recolhido em dois feixes de distinta abordagem: um com uma (a) visão substancialista<sup>29</sup> e outro com (b) entendimento biopsicossocial do assunto. Essas duas formas de abordar a produção, distribuição e consumo de psicotrópicos pertencem a correntes de pensamento distintas, porém vale dizer que as fronteiras entre as mesmas são porosas e permitem que pressupostos teóricos, procedimentos metodológicos e visões de mundo sejam apropriados ou ressignificados por essas duas visões. Nos subitens seguintes será aprofundada a análise de cada abordagem.

### 1.3.1 Perspectiva Substancialista

Antes de abordar as características específicas da visão substancialista ou patológica, é válido notar que a prática discursiva biomédica é a principal força que perpassa esse modo explicativo. O saber médico, como é concebido hoje, teve sua emergência dentro da revolução científico-cultural da Europa dos séculos XV e XVI. Nessa época, Copérnico, Galileu, Descartes e muitos outros contribuíram para tecer uma cosmologia voltada à explicação mecanicista do mundo, construíram a ideia de realidade na forma de uma grande engrenagem de termos lógicos e racionais (Vargas, 2001, p. 124).

Assim, o ambiente teórico tornou possível uma medicina desenvolvida ao longo dos séculos ulteriores sobre grandes modelos explicativos e com pretensão universalizante. A prática terapêutica debruçava-se sobre uma noção de corpo que ao ser separada da noção de pessoa, a partir da anatomia e da fisiologia, tornava-se secularizada. Nesse movimento, foi possível estabelecer grandes modelos teóricos capazes de abstrair do corpo humano sua concretude e consagrá-lo como um ente objetivo.

Além da anatomia, outra força importante na constituição da prática biomédica é a farmacologia. Quando Paracelsus propõe o uso de substâncias químicas para aplacar doenças, aponta dois elementos fundamentais ao desenvolvimento da biomedicina atual: a busca da síntese de remédios específicos para cada doença e a atenção voltada mais à doença e menos ao doente (Vargas, 2001, p. 130).

A confluência desses traços configura os principais aspectos da explicação substancialista para o consumo de substâncias psicoativas, que centra suas análises na dimensão material das “drogas” e na sua relação com o organismo humano. Assim, os efeitos que os psicotrópicos causam no consumidor (ou paciente) estariam mais ou menos determinados apenas pela interação entre substâncias químicas do sistema nervoso. O arsenal teórico-metodológico utilizado nesta abordagem tende a resumir ou reduzir o dependente de “droga” a um doente<sup>30</sup>, a substância a um agente patológico e, dessa maneira, acaba por relacionar o consumidor ao pólo passivo da relação com a “droga” (pólo ativo)<sup>31</sup>. Como apontam MacRae e Vidal,

Esse imperativo epistemológico [a abordagem fisicalista] esbarra (...) na tendência atual de ‘despolitizar’ os problemas humanos, apresentando-os como uma questão técnico-científica a ser referida em última instância a suas bases biológico-naturais. Dessa forma, buscar-se-ia um saber neutro, acima das orientações valorativas da sociedade (MacRae e Vidal, 2006, p. 647).

Porém, todo esse esforço positivista, a princípio, de anular a subjetividade da produção de saberes científicos, em certa medida, não foi bem sucedido. Inclusive a intenção de construir um conhecimento objetivo partiu de uma escolha deliberada e moral, faz parte de um processo político da Europa dos séculos XV e XVI para reavivar a tradição e cultura greco-romana (Vargas, 2001, p. 124). O saber científico-médico, apesar de se pretender universal e neutro, está calcado em consensos do que seria um corpo saudável ou doente, quando começaria a vida e quando esta terminaria, quais motivações do ser humano seriam fisiológicas e quais psicológicas.

A biomedicina produz uma noção muito específica de corpo: segmentado, fechado sobre si mesmo, autônomo, dotado de lógica funcional, individualizado como um microcosmo de leis gerais e supostamente apartado de valores morais e de subjetividade<sup>32</sup>. Além disso, com o surgimento da neurociência, a compreensão de ser humano que aciona as dicotomias corpo e mente, razão e emoção, se estende e aprofunda. Segundo Vargas, “*numa operação que introduz um dualismo ao mesmo tempo em que marca um dos termos como proeminente, o cérebro é contraposto e sobreposto ao coração como contrapomos e sobrepomos a razão à paixão*” (Vargas, 2001, p. 84-5). O cérebro se torna fonte e essência das forças fisiológicas, psicológicas e sociais que entrelaçam a vida humana (Azize, 2010).

Essa separação corpo/mente – um dos valores fundamentais para o entendimento ocidental moderno acerca do humano na medida em que atualiza a dicotomia natureza/cultura – também incide na maioria da produção das teorias sociais. Ainda conforme Vargas,

É moeda relativamente corrente entre os cientistas sociais o princípio ontológico do *homo duplex*, isto é, a ideia segundo a qual a existência humana consiste num equilíbrio tenso e complexo entre instintos, paixões e necessidades associadas, de um lado e, de outro, razão,

moral, produção e outros artefatos eminentemente sociais (Vargas, 2001, p. 505).

Da mesma forma que a visão fiscalista nas Ciências Sociais entende que os imperativos do corpo humano engendram a individualidade e as relações sociais, a perspectiva substancialista toma processos políticos, econômicos (pobreza, violência, desemprego, falta de habitação) e psicológicos (agressividade, desinteresse, angústia) como produtos da interação farmacológica da substância no sistema nervoso<sup>33</sup>. A invasão do vocabulário médico nas explicações de processos sociais pode ser entendida como “medicalização das categorias sociais e da vida” (Illich, 1975 *apud* Vargas, 2001, p. 195).

O que chama atenção são os valores morais veladamente propostos nesse feixe teórico. Expressões como: “*harmônica interação entre os bilhões de neurônios*” (Mansur e Carlini, 2004, p. 36) e “*ilusão química do prazer*” (Ronaldo Laranjeira – TV UNIP *apud* Fiore, 2002, p. 19) indicam os percursos valorativos através dos quais a teoria caminha. Afinal “harmonia” e “ilusão” são concepções que não fogem à relativização, isto é, dizem respeito à forma que se entende o que é real e o que é ilusório, ou mesmo versam sobre arquétipos de pessoa, corpo e saúde específicos de um tempo e sociedade. Todavia, é como se, ao mesmo tempo, os neurotransmissores mascarassem e evidenciassem as escolhas morais da prática discursiva biomédica.

A maioria desses fatores indicados acima pode ser encontrada em diversos estudos e propostas, tais como: Paraná (1996), Mansur (2004), Brito (1988), Rocha (1987). Sobre isso, são exemplares os seguintes trechos de Protásio Carvalho (1973, sem página): “*A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera a toxicomania como doença infecciosa: não basta combater a infecção, mas todos os mecanismos que levam o indivíduo àquela deplorável situação*” e “*A droga é o grande poluente da sociedade*”.

Entendemos que a forma como se produz a verdade científica se articula com o conteúdo (aquilo que recebe o estatuto de verdadeiro) que é engendrado, assim o arsenal teórico dessa maneira de entender os psicotrópicos cumpre um papel importante para essa forma de conhecimento. No entanto, essa abordagem não é muito operativa para as proposições das Ciências Humanas, pois devemos ter cautela com a transposição do *modus*

*operandi* do paradigma farmacológico para entender processos sociais mais amplos pelos seguintes aspectos: (a) perde-se de vista os processos econômicos (lógica capitalista de produção), políticos (acordos internacionais de classificação de substâncias) e sociais (atualização de estigmas, marginalização de processos terapêuticos de minorias) em que o “fenômeno da droga” está inserido; (b) não se considera as nuances que condicionam a multiplicidade de relações que um indivíduo pode ter com uma dada substância; (c) tende a se descontextualizar categorias analíticas (como família, indivíduo, saúde/doença) tomando-as como universais; (d) não se problematiza a separação moral entre “drogas” de uso “lícito” e de uso “ilícito”; (e) tornam-se coincidentes os consumos ocasionais e abusivos de psicotrópicos; (f) pasteuriza-se as especificidades de cada substância, entendidas apenas enquanto “droga”; (g) e não se distinguem historicamente a formação do “fenômeno das drogas” como um problema social (Fiore, 2005, p. 258).

### 1.3.2 Perspectivas Biopsicossociais

O que foi indicado no subitem anterior é o embasamento teórico-metodológico próprio da visão substancialista, alertando para as consequências prejudiciais da medicalização das categorias sociais. Proponho, portanto, que a produção, distribuição e consumo de substâncias psicoativas sejam entendidas de uma forma ampla e transdisciplinar: aqui denominada de visão biopsicossocial. Assumo que herança genética, vontade individual e processos de dependência estão condicionados não só por fatores fisiológicos, psicológicos, mas também por forças culturais, sociais, políticas e econômicas. Nesta perspectiva, trata-se de nuançar as propriedades farmacológicas de uma substância e a constituição fisiológica do seu consumidor, a partir do contexto histórico e cultural.

A produção acadêmica condensada nessa visão é diversa e divergente em alguns marcos conceituais. Porém, em linhas gerais, podemos dizer que esses estudos partem das especificidades culturais para enxergar o “fenômeno das drogas”. Estudiosos das Ciências Sociais ou da Saúde Pública, como Escohotado (1997), Vidal (2008), Minayo e Deslandes (1998), Pagnossim

(2012) tendem a defender que a experiência do consumidor com uma mesma substância (sensação, desejo, mudança de humor, etc.) depende de algumas variáveis, tais como: (a) subjetividade do consumidor, suas características físicas, psíquicas, emocionais; (b) objetivo de uso; (c) qualidade e quantidade da substância consumida; (d) modo e padrão de consumo; (e) meio e circunstâncias onde se dá o uso; (f) e conotações e valores morais ligados à “droga” e a seu uso<sup>34</sup>.

Trata-se de ultrapassar as explicações biodeterministas e contextualizar os processos fisiológicos nas complexas relações sociais e simbólicas que os tornam inteligíveis em nossa sociedade. É como se as fronteiras da pele que separa o indivíduo de seu meio fossem porosas aos aspectos sociais e culturais que impingem o sujeito. A injunção de processos fisiológicos, psicológicos e sociais/culturais já aparece de forma próxima no estudo clássico de Marcel Mauss (1981) acerca dos ritos funerários orais australianos. Nas palavras do autor:

Não são somente os choros, mas todos os tipos de expressões orais dos sentimentos que são essencialmente, não fenômenos exclusivamente psicológicos, ou fisiológicos, mas fenômenos sociais, marcados eminentemente pelo signo da não-espontaneidade (Mauss, 1981, p. 325).

E não é porque esses sentimentos, descritos por Mauss, são expressos segundo regras acertadas coletivamente, ou seja, obrigatórios, que são “menos verdadeiros” ou “menos sentidos”. Pelo contrário, eles podem ser tão intensos quanto o são aqueles sentimentos provocados pela ingestão de alguma substância psicoativa. Sobre isso, Howard Becker (2008) afirma que para “*estar no barato*” da maconha não basta fumá-la com a técnica correta; não é suficiente que os efeitos da substância estejam presentes no organismo do consumidor. Becker afirma:

O usuário precisa ser capaz de mostrá-los [os efeitos] para si mesmo e associá-los conscientemente ao fato de ter fumado maconha. De outra maneira, quaisquer que sejam os efeitos reais produzidos, ele considera que a droga não teve efeito algum sobre ele (Becker, 2008, p. 58).

As experiências sensoriais que os psicotrópicos disparam, anteriormente vistos apenas como consequências de processos neuroquímicos, precisam ser localizadas entre as outras sensações que o consumidor experencia e ele necessita reconhecer essas sensações como consequência do ato de consumir determinada substância psicoativa. Ou seja, aprender a sentir a ação neuroquímica é tão importante quanto o próprio estímulo, depressão ou perturbação neurológicas. E o aprendizado é um processo essencialmente coletivo, social (Becker, 2008, p. 59).

#### 1.3.2.1 Redução de Danos e “teorias da falta”

As perspectivas biopsicossociais podem ser reconhecidas na política de Redução de Danos que, desde a década de 1980, figura como a principal alternativa ao modelo proibicionista. A RD emergiu na Holanda quando um grupo de sujeitos consumidores de “drogas” injetáveis, preocupados com a transmissão de hepatites virais através do compartilhamento de seringas, sistematizou as propostas do Relatório Rolleston, de 1926<sup>35</sup>. Foi apenas a partir da segunda metade da década de 1990 que o atendimento aos consumidores de substâncias psicoativas baseado nessa perspectiva foi efetuado no Brasil, pioneiramente na Bahia e na cidade de Santos (Domanico, 2006, p. 71). Essa forma de lidar com o uso e abuso de “drogas” entende que a abstinência não deve ser a única meta a ser buscada. Cássia Baldini Soares e Pedro Roberto Jacobi definem que

A ‘redução de danos’ consiste numa estratégia oriunda do campo da Saúde Pública que leva em consideração que a utilização de drogas é uma realidade e que a melhor maneira de enfrentá-la é minimizar suas consequências prejudiciais e aceitar como sucesso, não apenas a abstinência de drogas, mas qualquer passo dado na direção da diminuição desses prejuízos (Soares e Jacobi, 2000, p. 215)

É fundamental nessa política o respeito à liberdade de escolha do sujeito para lidar com seu padrão de uso, o que enfatiza a responsabilidade e a agência do consumidor em seu tratamento. A RD é uma forma de tratar os diversos usos (ocasional, frequente, abusivo e dependente) de “drogas” considerando a trajetória do consumidor, suas vontades e necessidades. O

reduzidor de danos (agentes de saúde) sempre trabalha num sistema de “busca ativa” por consumidores de “substâncias que alteram”, mapeia as redes sociais, local de uso e práticas de risco, visando a constituição de um forte vínculo com o usuário da política. De acordo com Andreas Domanico: *“enquanto não for possível a adoção da abstinência, outros riscos à saúde podem ser evitados, como por exemplo, as doenças infectocontagiosas transmissíveis por via sanguínea, como é o caso do HIV/aids, hepatites e sífilis”* (Domanico, 2006, p. 70).

A Redução de Danos amplia o campo de atuação da prevenção quando entende que os danos associados ao consumo abusivo de psicotrópicos vão além daqueles relacionados aos efeitos fisiológicos da substância. Assume-se que

...há possibilidade de ocorrência de danos provenientes dos três pólos que estão envolvidos no uso: da substância em si (como ocorre com o fígado no caso do álcool, por exemplo); da técnica utilizada para usar a droga (como no caso da transmissão do vírus da hepatite B ou do HIV por compartilhar equipamento injetável); e do contexto (dirigir alcoolizado, por exemplo), podendo haver então propostas de redução de danos nesses diferentes âmbitos (Strang, 1993 *apud* Soares e Jacobi, 2000, p. 221-222)

Desta maneira, a RD é uma forma de saúde pública que engloba outras áreas do conhecimento em sua prática além das Ciências Médicas, tais como: Psicologia, Ciências Sociais e Assistência Social (Fiore, 2005, p. 273). Esses pontos de contato são índices da reverberação que a RD sofreu desde sua emergência. Esta política se torna uma representante de práticas menos restritivas e agressivas no tratamento e na prevenção ao abuso de “drogas”, bem como avança em direção à politização e ao empoderamento dos consumidores de psicotrópicos

Estudos inspirados por essa perspectiva centram suas proposições na prevenção ou minimização dos prejuízos envolvidos no abuso de substâncias psicoativas, tanto os danos ocasionados pela própria substância, quanto provocados pela condição socioeconômica dos consumidores. Nesse caso, nota-se a importância das correntes teóricas próximas à Saúde Pública e Saúde Mental que, em certa medida, conseguem articular o arsenal teórico das Ciências Sociais e das Ciências da Saúde. É corrente, dentro da bibliografia

levantada, a ligação do abuso de psicotrópicos ao desmonte das instituições tradicionais de coerção e controle na modernidade – família, religião, Estado, escola (Câmara et. al., 2010; Pratta e Santos, 2006; Ferreira e Sousa Filho, 2007) ou na pós-modernidade (Rebolledo e Costa, 2005; Paulilo e Jeolás, 2008).

Sobre essa questão é relevante dizer que, como indica Vargas (2006), “para perguntas equívocas, só o erro é resposta”. Afirmando isso no sentido de que para além dos consensos morais que envolvem as explicações para o “fenômeno das drogas”, também são operativos os consensos analíticos que lançam um olhar sobre essa temática partindo da questão: “Por que as pessoas usam ‘drogas’?”. Diversas disciplinas científicas (Saúde Pública, Psicologia, Psiquiatria, Sociologia, Antropologia) tentam encontrar a resposta desta pergunta, todavia o percurso lógico que trilham não é tão diverso. Como indica Vargas:

O porquê ou o significado do uso de drogas são regularmente imputados a uma falta ou fraqueza, física e/ou moral, psíquica e/ou cultural, política e/ou social. (...) Habitamo-nos a pensar que o consumo de drogas seria uma resposta a uma crise ou a uma carência qualquer: consomem-se drogas porque faltam saúde, afeto, cultura, religião, escola, informação, dinheiro, família, trabalho, razão, consciência, liberdade etc. (Vargas, 2006, p. 584-5).

A Neurobiologia fala em *predisposição genética*; psicanalistas centram suas respostas numa *personalidade mal construída, narcísica e infantil*; antropólogos procuram pistas na *crise de sentido* ou na *perda de referenciais simbólicos mais coletivos*; a Sociologia, por sua vez, tende a buscar a solução da questão através do *estado de anomia da sociedade* ou da *alienação das reais condições de existência* (Vargas, 2006, p. 585-6)<sup>36</sup>. Uma vez tido como certo que a produção, a distribuição e o consumo de “substâncias que alteram” existem em contextos históricos e culturais tão difusos, fica difícil sustentar “as teorias da falta”. Seria anacrônico e/ou etnocêntrico operar com a categoria “família desestruturada”, por exemplo, para chegar a um saber etiológico do uso de “drogas” (Vargas, 1998, p. 123).

Dessa forma, entendo que uma análise que persiga “de perto e de dentro” (Magnani, 2002) as categorias, os consensos e os sentidos confeccionados pelos sujeitos para significar tanto o “fenômeno das drogas”

quanto seu próprio consumo seja mais profícua por levar “*em conta a afirmação eticamente sustentada da pluralidade imanente dos modos de existência*” (Vargas, 2006, p. 584).

O mote central do Capítulo 1 deste trabalho foi o mapeamento teórico-metodológico acerca dos estudos sobre “drogas”. O que se argumentou foi a constituição analítica de dois feixes teóricos: um substancialista e outro biopsicossocial; em relação a essa classificação é possível oferecer pistas de como ultrapassar os moralismos e fisicalismos presentes em ações pedagógicas, política públicas e estratégias de prevenção. Uma das ferramentas para romper com práticas que agem através de estereótipos e, assim, prevenir relações desrespeitosas com substâncias (tanto “lícitas” quanto “ilícitas”) é a problematização dos pressupostos que embasam a produção acadêmica e a sua difusão na prática educacional – entendida como espaço privilegiado de permanência e mudança de discursos. Volta-se para a construção de um saber que enfatize o respeito à multiplicidade de formas de subjetivação e que esteja atento para os problemas que o consumo indevido de “drogas” pode ocasionar em cada contexto culturalmente dado. No próximo capítulo pretendo primeiramente explicitar o método que será aplicado na análise do material de campo e, em segundo lugar, as reflexões caminham no sentido de acompanhar os “discursos nativos” para que dialoguem com o arcabouço teórico levantado.

## CAPÍTULO 2

### O CAMPO QUE FALA:

#### SOBRE O MÉTODO E OS INTERLOCUTORES DE PESQUISA

Emergem mais perguntas do que soluções para se pensar o “fenômeno das drogas” a partir de toda a configuração teórica acima apresentada. Por exemplo: a incidência dos grandes discursos biomédico, jurídico, religioso e científico independe do grupo social? Perguntas a serem perseguidas na análise do material de campo. Esse capítulo se esforça em explicitar o olhar metodológico e as técnicas com que os “dados” foram apreendidos e coletados. Configura-se uma pesquisa qualitativa em Antropologia menos por aacionar o arcabouço teórico dessa disciplina e mais por manter uma relação com o campo baseada na tentativa de compreender o outro a partir da problematização de suas próprias categorias. A análise de discurso está articulada, portanto, com o olhar antropológico, instrumentalizando o método foucaultiano na constituição da relação de alteridade.

Também é intenção desse capítulo descrever as implicações teórico-metodológicas de uma pesquisa fundamentada no complexo papel pesquisador/oficineiro. Trata-se de abordar os desafios que encontrei em campo e as tentativas de superá-los através da diversidade de técnicas de pesquisa (exercícios de sensibilização, grupo focal, entrevistas). Bem como, trato dos vieses que o presente trabalho carrega emergidos no próprio campo, ligados à evasão dos oficinandos e, conseqüentemente, diminuição na diversidade dos “dados” a serem analisados e também relacionados com a minha proximidade dos interlocutores de pesquisa.

Também é pertinente a apresentação dos “sujeitos falantes” cujos enunciados me apropriou para perceber/confeccionar as suas interdiscursividades, suas relações de sentido, suas fronteiras e seus fluxos discursivos. Dessa forma, esses três objetivos (esclarecer o método, a relação com o campo e com os interlocutores) se articulam em suas demandas e implicações.

## 2.1 O DITO E O JÁ-DITO: UM OLHAR METODOLÓGICO

O objeto central dessa pesquisa diz respeito (a) ao modo como os pesquisados se apropriam dos “jogos de verdade” que enredam o “fenômeno das drogas”, supondo consensos e interdiscursividades, e (b) à maneira como essa atualização informa práticas, ações e estratégias, modificando, sutil ou radicalmente, os grandes discursos. O foco, portanto, está na “fala” dos pesquisados, entendida como um enunciado que, em seu conjunto, forma um discurso. Enunciado, para Foucault, é compreendido não apenas como um conjunto de significados e palavras referentes a “coisas”, constitui, além disso, uma complexa rede de relações discursivas que regulamentam a produção mesma de discursos e dizem respeito a práticas sociais e, por isso, a relações de poder.

Por exemplo: a frase “Diga não às drogas!” não é vista simplesmente como um conjunto de palavras que toma coerência através da sua semântica e sintaxe. Esse enunciado, além de ser uma correlação de signos, é articulador do discurso proibicionista e supõe uma concepção sobre as “drogas” fundamentada no discurso médico e na autonomia do sujeito diante de suas escolhas e preferências, bem como traz para o centro de sua lógica a consideração de que o consumo de certas substâncias seriam causadores de diversos males, operando com o “dispositivo das drogas” consolidado no século XX. Além dessa configuração interdiscursiva, o enunciado aciona práticas sociais (nesse caso, a abstinência) e é por elas acionado. Afirma-se, portanto, a historicidade de um enunciado *“não só em relação às suas condições de emergência como às funções por eles exercidas no interior de práticas não discursivas”* (Fischer, 2001, p. 215). Isto é, o discurso é histórico na medida em que diz respeito a um tempo e a um lugar no mundo, porém é histórico também porque não cessa de se modificar no ato mesmo de seu exercício. As práticas, investidas de discursividade, modificam os discursos que as informam.

Esses elementos não estariam ocultos, por debaixo da intenção do “sujeito falante”, como se houvesse um jogo entre aparência e essência a ser descoberto pelo olhar arguto do pesquisador. O que se busca na análise de enunciados são as relações mantidas e modificadas com outras formações

discursivas que tornam o enunciado possível de ser dito, que dão a ele coerência e aplicabilidade (coerência não pelo consenso, mas pelo conflito, pelo jogo, pela polêmica). Ao falar sobre alguma coisa, o sujeito se remete às grandes narrativas formadoras de sua subjetividade (que na nossa sociedade podem ser a ciência, a religião, as leis) ao mesmo tempo que produz novas práticas e constitui objetos capazes de serem ditos (Foucault, 2007).

Assim, não considero os enunciados emitidos como autorais ou originais. Sob a perspectiva foucaultiana, o autor é um “*agrupamento do discurso*” (Foucault, 1996, p. 26). Ou seja, o sujeito que fala é como um nó que condensa um feixe de discursos anteriores a ele, também é o ponto em que se encontram, se amarram, se materializam e adquirem coerência. Rosa Maria Bueno Fischer completa: “*ele [o autor] é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem*” (2001, p. 207). Esse condicionamento é dado por aquilo que Foucault entende ser o desnivelamento discursivo. Nas palavras dele:

Em suma, pode-se supor que há, muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre discursos: os discursos que “se dizem” no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, *são ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer (Foucault, 1996, p. 22).

O desnivelamento entre discursos não é absoluto, nem estável ou constante. Há sempre jogos de transmutações que iluminam as pequenas falas com poder criativo universalizante e que também fazem sucumbir uma grande narrativa invadida pela multiplicidade do comentário. É através dos grandes discursos – entendidos como “*conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas*” (Foucault, 1996, p. 21) – que os comentários são pronunciados, criando um movimento cíclico de retomada, ressignificação, atualização.

Todavia não é por um recurso mágico ou misterioso que as grandes narrativas, envoltas por rituais e legitimadas em sua forma e conteúdo, adquirem materialidade e eficácia. Elas são ditas e repetidas por se acreditar que nelas exista algo de verdadeiro e de factível. As grandes narrativas são

organizadas de tal modo que engendram uma prática capaz de acionar aquilo que é dito por elas próprias, como se a promessa presente nos grandes discursos ganhasse autonomia e força para se fazer verdadeira, material, objetiva. Contudo, os grandes discursos sofrem com infinitas reapropriações mais ou menos sensíveis no momento de sua repetição, de sua condensação, nas práticas e comentários cotidianos dos sujeitos. Ou seja, os “falantes” acionam e são acionados pelas narrativas, num movimento contínuo de retomada e apropriação.

Há que se ressaltar que a distinção discursiva que permite categorizar um conjunto de discursos sob o nome de ciência, por exemplo, é historicamente questionável, um terreno de difícil precisão. Foucault completa:

De qualquer maneira, esses recortes (...) são sempre, eles próprios, categorias reflexivas, princípios de classificação, regras normativas, tipos institucionalizados: são por sua vez fatos de discurso que merecem ser analisados ao lado dos outros, que com eles mantêm, certamente, relações complexas, mas que não constituem seus caracteres intrínsecos, autóctenes e universalmente reconhecíveis (Foucault, 2007, p. 25)

O material de pesquisa é analisado (a) como repetição ou recitação daquilo que já foi dito pelos grandes discursos biomédico e/ou jurídico e/ou religioso; (b) e também como acontecimento ou ruptura que abre a possibilidade de inserir algo novo nessas narrativas através de deslocamento de sentidos. Assume-se que o material analisado é uma população de acontecimentos no espaço do discurso e *“não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar”* (Foucault, 2007, p. 31). Em outras palavras, buscam-se as relações de vizinhança e de conflito entre os enunciados.

A hipótese inicial de Foucault, em “A ordem do discurso”, é que a nossa “sociedade falante” (Araújo, 2008, p. 69) lança mão de estratégias de controle, de interdição e de exclusão no ato mesmo da produção de discursos, para tentar disciplinar suas consequências aleatórias e sua potencial materialidade. Nas palavras de Foucault,

Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar (Foucault, 1996, p. 9).

A problemática das “drogas”, por exemplo, é uma região de intensa regulação. Os sujeitos permitidos a falar sobre o tema são poucos e são aqueles que estão sob o manto ritualístico das ciências biomédicas (médicos, neurocientistas, psiquiatras) e/ou jurídicas (policial, juízes, criminólogos). Um exemplo disso são os acontecimentos recentes acerca da Marcha da Maconha em São Paulo, no ano de 2011, que sofreu forte repressão sob a acusação de ser apologética e inconstitucional<sup>37</sup>. No mesmo ano, ocorreu o lançamento do documentário “Quebrando o Tabu”, dirigido por Fernando Groinstein Andrade e com a participação do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Esse dois movimentos políticos (manifestação pública e material videográfico) têm, em certa medida, propostas parecidas, qual seja, novas formas de judicialização do consumo de maconha. O que fez com que um deles fosse violentamente reprimido enquanto o outro fosse divulgado pela mídia sem sofrer qualquer sanção?<sup>38</sup> Foucault responderia que os “autores” desses enunciados ocupam lugares diferentes na mesma região discursiva, sendo que a um é dado o direito de fala, mediante algumas circunstâncias, enquanto a outro apenas é reservado o direito ao silenciamento.

Talvez o papel do antropólogo seja contribuir para subversão ou transgressão desses processos de interdição do discurso. Em outras palavras, tornar legítima a “fala” sobre a questão das “drogas” sem cair na acusação de apologia, revestir os sujeitos pesquisados (consumidores de substâncias de uso “ilícito”<sup>39</sup>) com o estatuto de falante, inseri-los nos rituais do jogo acadêmico para que suas construções de sentido sejam minimamente compreendidas. O fazer político de encontrar/confeccionar “espaços de fala” ou resistir<sup>40</sup> a certas interdições discursivas é coerente com a prática pedagógica das oficinas que empreendi. O próximo item esclarece melhor esse aspecto.

## **2.2. O IMPONDERÁVEL VIÉS: SOBRE AS OFICINAS E OS OFICINANDOS**

As oficinas nesse trabalho analisadas se deram em encontros semanais (de 23 de maio de 2011 até 19 de setembro desse mesmo ano) com três horas de duração. A maioria das reuniões aconteceram dentro da Universidade, apenas a última delas foi na minha casa para fins de avaliação das oficinas e discussão na forma de grupo focal. Os temas discutidos durante o curso foram: (1) (Des)Construção do conceito “droga”, (2) Consumos “tradicionais” de “drogas”, (3) Religião e psicotrópicos, (4) Consumo de “drogas”, subjetivação e juventude, (5) Proibicionismo e o paradigma econômico do liberalismo, e (6) História das políticas sobre “drogas”. Em duas ocasiões foram convidados palestrantes especialistas externos ao grupo para aprofundar a discussão. Porém, na maioria do tempo a rotina das oficinas eram a reflexão, a avaliação e transformação coletivas de práticas e conceitos através de um longo e afetivo contato entre o(a) facilitador(a) e os(as) participantes. Foi de fundamental importância o estabelecimento de relações dialógicas e não hierárquicas durante o curso para a efetivação de um ambiente de confiança.

A orientação teórico-metodológica que possibilitou as oficinas é dada por dois autores: Luiz Carlos Castello Branco (2001) e Wilza Villela (1996). O termo oficina subentende um tempo-espço de reflexão sobre experiências, sentimentos, valores e ideias. É um processo de ensino/aprendizagem que envolve grandes e pequenas transformações através do trabalho coletivo. No meu caso, a intenção foi questionar os consensos morais sobre a produção, o comércio e o consumo de substâncias psicoativas, através da problematização teórica e proposições metodológicas.

É importante ressaltar que esse recurso pedagógico põe em cena o envolvimento afetivo entre os(as) participantes de modo que estes vivenciem racional e emocionalmente as experiências do grupo. A intensa participação do pesquisador nas dinâmicas de grupo partilhando dos papéis de educador e de educando com todos os(as) participantes é de fundamental importância. Porém, estive cercado de diversas técnicas de coleta de “dados” para garantir o distanciamento necessário ao fazer científico. O processo transformador deve impactar a todos os participantes, porém não da mesma forma – não com a mesma intensidade – devido à compreensão tanto das singularidades de cada sujeito e suas trajetórias pessoais, quanto da inclusão destes no processo coletivo de mudança de práticas e valores. De acordo com Rena, “o número

*reduzido de participantes possibilita a relação face-a-face, favorecendo o movimento constante do individual para o coletivo e vice-versa” (Rena, 2001, p. 51).*

Dessa forma, são elementos imprescindíveis: longo contato entre educador e educandos, formação de um sentimento de pertencimento ao grupo, priorização do diálogo, bem como o estabelecimento de uma relação não hierarquizada (Rena, 2001). Essa abordagem pedagógica pretende abarcar o sujeito em suas várias dimensões. Nas palavras de Villela:

Com o apoio ou não de dinâmicas, cada pessoa é estimulada a explorar seus próprios afetos, crenças, juízos de valor, confrontando-se com as tensões entre seus desejos e sua vivência concreta, e dimensionando criticamente as injunções externas em suas escolhas e posicionamento no mundo em que vive (Villela, 1996, p. 35).

Assim sendo, tanto no cumprimento do meu papel de pesquisador quanto de oficinairo estive atento para algumas premissas durante as oficinas e o grupo focal: (a) mediação equilibrada dos debates, sempre tentando não privilegiar a fala de apenas um oficinairo; (b) estímulo para que todos participem de maneira igualitária e singular das atividades; (c) confecção de um ambiente acolhedor que inspire confiança e desinibição; e (d) respeito às vontades e limitações individuais.

A divulgação das oficinas foi feita nas escolas públicas centrais de Londrina e também na Universidade Estadual de Londrina (UEL), porém a notícia que estava sendo ofertado um curso de formação continuada para professores logo se espalhou para além dos locais de divulgação e o número de inscritos foi o dobro do que eu havia planejado. Para que a metodologia das oficinas seja profícua, é necessário, como afirmado anteriormente, um número reduzido de participantes, dessa forma apenas quinze inscrições foram efetivadas. Dessas pessoas, apenas dez iniciaram curso, sendo que eram três licenciandos do curso de Ciências Sociais, uma licencianda do curso de História, cinco agentes educacionais (quatro professores, uma de História, dois de Sociologia e um de Educação Física, além de uma técnica administrativo-pedagógica) e uma estudante de Serviço Social.

A princípio, eram: (1) Tânia, com 46 anos de idade, formada em Educação Física e Pedagogia, integrante de uma ONG que desenvolve

trabalhos com a família de consumidores abusivos de “drogas”. (2) Paulo, 30 anos, professor de Sociologia em escola pública central de Londrina. (3) Clara, 20 anos de idade, estudante de Serviço Social em uma faculdade particular de uma cidade vizinha à Londrina, trabalha no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). (4) Rafaela, 27 anos, professora de Sociologia em escola pública de uma cidade próxima. (5) José, 40 anos, professor de Geografia em um distrito de Londrina. (6) Kátia Flávia, 25 anos de idade, estudante de Ciências Sociais da UEL. (7) Cássia, 22 anos, formada em História pela UEL, leciona em duas escolas em cidades próximas à Londrina. (8) Estamira, 23 anos, graduanda de Ciências Sociais também na UEL. (9) Ana, 22 anos, na época cursava História. (10) Herbsman, 29 anos e estudante de Ciência Sociais na UEL<sup>41</sup>. Os nomes de todos os interlocutores são fictícios, sendo que os cinco últimos os próprios pesquisados que os escolheram. Alguns dados foram suprimidos ou alterados para manter o anonimato, porém manteve a idade, o curso/ profissão e o gênero.

Apesar da amplitude da faixa etária foi constante a disposição dos participantes em “*aprender mais*” sobre a questão das “drogas” para poder atuar melhor em suas áreas profissionais (atuais ou futuras). Não foi possível saber, logo no início, se todos eram consumidores de substâncias de uso ilícito, porém é possível afirmar que todos os opinando que concluíram o curso eram consumidores de substâncias ilícitas. A maioria dos agentes educacionais procurou as oficinas para responder a uma demanda já existente em sua escola. Logo no primeiro encontro foi possível tatear as relações discursivas entre “droga” e problemas sociais. Eles relataram a existência de educandos “*usuários*” e “*traficantes*” dentro das escolas; a desestruturação familiar pelo abuso de “drogas”; o baixo rendimento escolar de jovens que fazem uso de psicotrópicos, sua posterior evasão escolar e entrada para o “*mundo do crime*”. Isso tudo apresentado como um problema a ser sanado.

O meu primeiro desconforto com o campo aconteceu logo no primeiro encontro. Apesar de esclarecer que eu não tinha respostas para os chamados “problemas sociais” que envolvem as “drogas” (uso abusivo, violência do mercado ilícito, jovens em conflito com a lei etc.), parte dos opinando estava propondo a instrumentalização do conhecimento antropológico em favor da resolução de conflitos e/ou comportamentos desajustados de seus educandos.

Outro entrave é o estabelecimento de um conflito geracional entre mim e os oficinados mais velhos e mais experientes na docência.

Minha “entrada” no campo se deu mediante a uma “moeda de troca”. Aparentemente permitiram que eu exercesse o papel de pesquisador a partir da apresentação de um “produto”, a solução de problemas que julgaram relativos ao uso de psicotrópicos: indisciplina, evasão escolar e violência. Todavia, o meu interesse (tanto como pesquisador quanto como educador) nas oficinas – para além de produzir recursos pedagógicos – esteve ligado ao “processo” de construção coletiva de apontamentos teóricos capazes de (re)avaliar criticamente a conjuntura do “fenômeno das drogas”<sup>42</sup>. Eu não tinha como objetivo transformar o conhecimento científico em técnica social e procurei deixar claro isso desde o início.

Tanto o conflito de entendimento quanto o geracional podem ter contribuído para o esvaziamento das oficinas. De fato, metade dos oficinados abandonou o curso durante o ano. Suponho que a reflexão teórica acerca da produção/comércio/consumo de “substâncias que alteram” e a disposição de se produzir uma apostila com diretrizes metodológicas não foram suficientes para manter a coesão do grupo. Dessa forma, apenas seis oficinados cumpriram completamente o calendário de reuniões e cinco participaram do grupo focal e entrevistas<sup>43</sup>.

É relevante dizer que aqueles (os seis: Clara, Herbsman, Estamira, Kátia Flávia, Ana, Cássia) que permaneceram assíduos às oficinas detêm algumas características em comum, tanto em relação a mim como entre si, quais sejam: (a) estão inclusos num agrupamento social específico, a partir de um corte etário (de 22 a 29 anos de idade) e de formação acadêmica (graduandos dos cursos de Serviço Social, Ciências Sociais e História); (b) partilham das mesmas posições políticas acerca das “drogas”, ou seja, pelo menos concordam com a Redução de Danos e com o afrouxamento das políticas repressivas (somente Clara se mostrou um pouco mais distante dessa posição, justamente a que se afastou do grupo semanas antes de realizarmos o grupo focal); (c) a maioria destes não exercia atividade docente na época (apenas a Cássia já lecionava); (d) e cinco (com exceção de Clara) eram consumidores frequentes ou ocasionais de alguma ou de várias substâncias “ilícitas”.

O “imponderável do campo” – qual seja, a partir da evasão de alguns oficinandos, o grupo de interlocutores que se manteve se concentrou ao redor do uso ilícito de substâncias psicoativas – direcionou a análise e as técnicas de pesquisa no sentido de focar o próprio padrão e modalidade de uso de cada sujeito. Todavia, assumo essa guinada não como uma mudança de objetivos de pesquisa, mas como outro percurso para apreender o deslocamento discursivo acionado pelos “sujeitos de fala”. Através da significação das práticas de uso de “drogas” dos pesquisados pude compreender os fios que as amarram aos processos sociais mais amplos (o “fenômeno das drogas”), bem como pude apreender o processo de transformação dos grandes discursos nas “falas” sobre as práticas particulares de uso de psicotrópicos.

Esse afunilamento da diversidade dos interlocutores de pesquisa é percebido na coerência interna do grupo, pois na maioria das vezes, não ocorreu conflito nem desacordos de ideias (durante as dinâmicas nas oficinas ou durante o grupo focal). Esse fato certamente representa um enviesamento desse trabalho, principalmente o fato da maioria manter relações ilícitas com psicotrópicos. É preciso ter consciência disso a fim de controlar o direcionamento das análises. Outro desafio a ser ultrapassado é a minha relação próxima e afetiva, construída antes mesmo das oficinas, com alguns dos interlocutores principais desta pesquisa: incluindo colegas de projeto de pesquisa, amigos e uma delas minha companheira.

Essa proximidade não é um impeditivo à produção acadêmica – porém um obstáculo a ser superado – na perspectiva de ciência operacionalizada pela antropologia contemporânea que leva em consideração tanto a subjetividade do pesquisador quanto a dos pesquisados. Na medida em que o tema dessa pesquisa, bem como seu método, suas angústias e suas felicidades foram rotineiramente debatidos com alguns dos interlocutores de pesquisa, estratégias foram elaboradas para que se contornasse esse problema: (a) utilização de uma auxiliar de pesquisa para entrevistar minha companheira; (b) escrita de um caderno de campo para contribuir com o estranhamento de minhas próprias concepções do campo; (c) presença de um observador no grupo focal sensível a minha postura diante dos oficinandos e vice-versa; (d) execução de entrevistas em profundidade; e (e) exercícios anônimos de sensibilização para provocar a livre expressão dos pesquisados (com o mínimo

de interferência minha). Do mais, assumo que a disciplinarização do olhar sobre o campo e o embasamento metodológico possibilitaram o distanciamento necessário – nunca radical, devido ao meu duplo papel no campo (educador e pesquisador) – para o pensamento antropológico. A diversidade das técnicas de coleta de dados foi escolhida com intuito de preservar a relação pesquisador/pesquisado.

De qualquer forma, a situação de pesquisa do presente trabalho diz respeito a um envolvimento não tradicional com o campo. Como dito anteriormente, esse estudo enfoca um agrupamento de sujeitos facilitado pelo próprio pesquisador, de modo que fui corresponsável tanto pela constituição do campo quanto pela análise lançada sobre ele. Assim, a sedução necessária para que se “descubra o outro”, indicada por Miriam Pillar Grossi (1992, p. 15), nesse trabalho é radicalizada na medida em que também foi preciso seduzir os interlocutores de pesquisa (através de folder, de divulgação entre os pares, de conversas de corredor, de listas de correio eletrônico) para o “interior” do campo que eu pretendia confeccionar, materialmente representado pela UEL. Esse tipo de atuação é inerente às propostas da atividade pedagógica na forma de oficina, que entende o envolvimento do pesquisador como fato inevitável do fazer docente e científico (Rena, 2001, p. 51).

Tanto o objeto quanto os objetivos e o método desse trabalho evidentemente demandam uma técnica qualitativa de modo que se possa compreender melhor atitudes, valores, crenças e práticas dos sujeitos. Busca-se a interpretação dos dados, através da análise do discurso, e, por isso, não é intenção generalizar ou quantificar as conclusões desta pesquisa, mas se aprofundar nas análises de modo que as intertextualidades das “falas” analisadas se destaquem.

A pesquisa qualitativa sugere um ver e um ouvir disciplinados menos por um conjunto de instruções técnicas e mais por uma corrente teórico-metodológica, abrindo espaço para que ambos os polos de pesquisa (pesquisador e pesquisado) falem e sejam ouvidos, vejam e sejam vistos. Tanto o ambiente das oficinas quanto o do grupo focal e das entrevistas permitiram que os pesquisados pudessem confrontar ideias, entre si e comigo. Desde o início me propus que este fosse um trabalho coletivo em que é privilegiado o encontro, o diálogo, o processo. É dessa forma que os papéis de

pesquisador e educador se confundem em muitos momentos da pesquisa, o que não torna esse processo científico menos legítimo. De maneira próxima, o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira reflete sobre a interação antropólogo/pesquisado:

Tal interação na realização de uma etnografia, envolve, em regra, aquilo que os antropólogos chamam de 'observação participante', o que significa que o pesquisador assume um papel perfeitamente digerível pela sociedade observada, a ponto de viabilizar uma aceitação senão ótima pelo membros daquela sociedade, pelo menos afável, de modo a não impedir a necessária interação (Oliveira, 1996, p. 24).

Entendo que o “papel perfeitamente digerível pela sociedade observada” que assumi era o oficineiro, o amigo, o colega de projeto e o companheiro. Através da releitura do caderno de campo é possível perceber que eu estava mais confortável com todas essas funções e me retraía nos momentos em que deveria exercer o papel esperado de um pesquisador. O ambiente não hierarquizado das oficinas, bem como o gradual estreitamento dos laços de amizade e aliança, contribuíram para a superação parcial desse incômodo.

Outra dificuldade de pesquisa encontrada foi o compartilhamento das “categorias nativas”. Como dito, alguns interlocutores desta pesquisa pertencem a grupos sociais ou círculos de amizade próximos aos meus. De maneira que as concepções de mundo, modos de existência e experiência com as substâncias psicoativas não me eram tão estranhas. Isto é, o esforço para que o antropólogo seja, de certa forma, reconhecido e incluso nos processos e práticas sociais dos “nativos” foi sentido por mim na forma de angústia. O sentimento de insegurança foi frequente no início do curso. Estive ansioso para que os oficinados me reconhecessem como oficineiro capaz de coordenar o processo pedagógico, apesar da íntima relação pré-existente ao campo com alguns deles. Um indicativo desse borramento de papéis eram as piadas, as brincadeiras e as zombarias em relação a mim e a minha função dentro das oficinas. Não raro ouvia seguido de risadas as falas: “São oficinas para ensinar como utilizar droga?”; “Vamos fumar um depois?”; “Quando vai começar a parte prática das oficinas?” ou “Você vai dar oficina para os drogadinhos?”.

Se eu consegui contornar tais “problemas” e incertezas não cabe a mim avaliar. Contudo guiei minha inserção no campo pela problematização das

categorias presentes nos “mundo dos pesquisados”. Mais do que isso foi preciso descobrir ou recolocar “o exótico no que está petrificado dentro de nós pelos mecanismos de legitimação” (Da Matta, 1978, p. 4), afinal também partilho da naturalização de algumas categorias que visou compreender antropologicamente. Todavia, também é certo que meus julgamentos de valor e práticas sociais não são completamente coincidentes a dos meus interlocutores. Diferentes padrões e históricos de uso, por exemplo, podem possibilitar dessemelhanças de julgamentos de valor. De modo que é através dessas sutis divergências que busco estabelecer meu diálogo antropológico com o campo neste capítulo. O próximo item se esforça por descrever mais detidamente os cinco interlocutores principais dessa pesquisa – entre os meses de agosto e setembro de 2011, a afinandista Clara abandonou o curso, segundo ela, por incompatibilidade de horário – levando em maior consideração seus padrões e modalidades de uso de “substâncias que alteram”.

### 2.2.3 Substâncias que Definem: Apresentação dos Principais Interlocutores de Pesquisa

No geral, os sujeitos em questão pertencem à classe média, (Herbsman trabalha de garçom, Estamira é estagiária da prefeitura, Cássia leciona para o ensino médio público, Ana e Kátia recebem ajuda financeira dos pais não exercendo atividade profissional fixa); são estudantes de cursos de graduação ou pós-graduação em Ciências Sociais e História na UEL e têm entre 22 e 29 anos de idade. Procuo sistematizar o perfil de consumo de “drogas” dos pesquisados através da seguinte tabela:

**Tabela 1** – Substâncias utilizadas pelos pesquisados e a trajetória de uso

	<b>Já usou na vida</b>	<b>Usa atualmente</b>	<b>Considera-se viciado em</b>
<b>Estamira</b>	Álcool, lança-perfume, maconha, tabaco, cocaína, crack + maconha, chá de cogumelo, <i>Argyreia nervosa</i> , cola, LSD, ecstasy, fármacos e ayahuasca.	Álcool raramente, tabaco, LSD a cada dois meses e maconha no contexto doméstico.	Tabaco.
<b>Cássia</b>	Álcool, tabaco, maconha, éter e café.	Álcool, café e tabaco.	Café dependendo da perspectiva.

<b>Kátia Flávia</b>	Álcool cocaína, maconha, café, tabaco, LSD, <i>ecstasy</i> .	Álcool, tentando diminuir o uso de tabaco, cocaína, maconha que fuma às vezes, mesmo não gostando.	Álcool, mas afirma que ainda tem controle.
<b>Herbsman</b>	Álcool, <i>loló</i> , tabaco, maconha, cola, benzina, lança-perfume, cocaína, benflogin + álcool, <i>crack</i> , gás de isqueiro, LSD, <i>ecstasy</i> , chá de cogumelo, <i>Argyreia nervosa</i> .	Maconha, tabaco e álcool.	Maconha e tabaco, mas não tira dinheiro de casa pra comprar nada.
<b>Ana</b>	Álcool, fármacos, tabaco, maconha.	Álcool e tabaco em festas.	Gosta bastante de álcool, mas consegue ficar sem.

Antes de se debruçar sobre o conteúdo da Tabela 1, algumas considerações sobre sua organização são necessárias. A pergunta que permitiu mapear o “uso na vida” de substâncias psicoativas, primeira coluna da tabela, foi: “*Quais drogas, lícitas e ilícitas, você já usou na sua vida?*”. Apesar da ênfase da questão naquelas substâncias de uso permitido e nas de uso não permitido, apenas Ana e Estamira, desde o princípio da entrevista, levaram em consideração o uso medicamentoso de psicotrópicos. Quanto aos outros entrevistados essa modalidade de uso, quando aparece, é de forma acessória aos usos não medicamentosos de “drogas”. De maneira geral, a fala de Herbsman talvez sintetize a reação à essa pergunta: “*Vou resumir tudo o que eu já usei para alterar o estado de consciência. Ou para ficar louco, ou para ficar mais feliz, ou para sair de alguma bad*<sup>44</sup>”. De certa forma, entendo que o termo “droga” utilizado na pergunta repetiu, na maioria dos casos, a divisão moral existente no dispositivo das “drogas” entre substâncias de uso lícito e controlado por um lado e de uso ilícito por outro. Essa restrição de resposta pode ser um indicativo de uma falha do entrevistador<sup>45</sup>.

Por isso, é certo que a lista da primeira coluna é subestimada. Quer seja (a) por uma deliberação do entrevistado em esconder seu uso, como me foi dito por um deles posteriormente à entrevista. Nesse caso, respeitei sua posição e apenas listei as substâncias declaradas. (b) Ou mesmo pela disparidade de concepção do que seja “droga”. Por exemplo, quando perguntada sobre seu uso, Kátia Flávia ficou em dúvida se ayahuasca poderia

ser considerada “droga”. No Quadro 1, segue a transcrição do diálogo em questão:

**Quadro 1** – Transcrição de parte da entrevista de Kátia Flávia

**Kátia Flávia:** (...) Não pode considerar como droga, mas eu tomei o ayahuasca também.

**Entrevistador:** Por que você acha que não é droga o ayahuasca?

**Kátia Flávia:** (*suspiro*) Ah... É, não sei. Eu tive pouco contato. Mas é porque eu não tive aquela coisa viciante e tal... Foram vezes esporádicas. Mas pode ser que seja. Mas dentro da minha experiência eu não considero droga.

**Entrevistador:** É, essa é a pergunta. Por quê? Por que você acha? Porque não viciou. É isso?

**Kátia Flávia:** Não, na verdade é uma droga. Na verdade é difícil a concepção do que é droga.

Porém, até mesmo essa lacuna de dados pode ser representativa dos consensos morais que envolvem o “fenômeno das drogas”. No item, *3.1 Droga: ameaça e exagero ao humano* a relação droga-vício é problematizada.

Os dados da segunda coluna da Tabela 1 foram inferidos a partir da pesquisa de campo, não só os dados obtidos nas entrevistas, como também observações feitas externamente ao ambiente das oficinas e do grupo focal. A pequena descrição do padrão de uso que acompanha a lista de substâncias nessa coluna talvez sirva para precisar os dados, esta foi conseguida através das entrevistas.

A terceira coluna abarca um termo de difícil definição farmacológica, o vício, entendido como o uso patológico e/ou irracional, medicamentoso ou não, de psicotrópicos. Segundo Vargas (2001), as fronteiras entre usos patológicos e não patológicos são incertas, porque

(...) geralmente é contra um pano de fundo constituído pelos usos ‘terapêuticos’ que se recorta uma classe de usos ‘não terapêuticos’ e ‘patológicos’ de ‘drogas’, sendo a ‘(ir)racionalidade’ dos usos o elemento mormente utilizado para operar tal recorte, elemento esse que faz ressoar, em termos técnicos, certa concepção vigente sobre o ‘humano’ como ser ‘racional’ (p. 90).

E se podemos assumir que a ideia de doença, cura, saúde e razão não são autoevidentes, pelo contrário, só podem ser entendidas se contextualizadas culturalmente, também é certo que uma definição

estritamente técnica, operada através de categorias próprias à farmacocômica, do que é o vício não se faz sem se articular com critérios normativos adjetivados. Portanto, adiciono às substâncias listadas na terceira coluna da Tabela 1 certos procedimentos, estratégias e definições dos próprios pesquisados, para tentar diminuir a valoração e imprecisão do termo. Mesmo porque, quando perguntados diretamente se eram viciados em alguma substância, as respostas tendiam a não ser diretas, mas completadas ou contornadas com alguns “poréns”. Essas “esquivas” também foram listadas na Tabela 1.

Tecidas tais considerações sobre os limites analíticos acima traçadas do perfil de consumo “drogas” entre os interlocutores, ainda assim penso ser válido arriscar aprofundá-lo e compará-lo com o “I Levantamento nacional sobre o uso de álcool tabaco e outras drogas entre estudantes universitários das 27 capitais brasileira”<sup>46</sup> do ano de 2010 (Brasil, 2010). Afinal, todos os interlocutores de pesquisa que continuaram assíduos ao curso são estudantes universitários. As tabelas completas utilizadas para compor essas análises se encontram nos Anexos D, E e F.

(1) Primeiramente, o que chama atenção é o uso na vida de álcool por todos os pesquisados. O que demonstra a abrangência do consumo dessa substância, apesar de ser a “droga” com maior número de dependentes, cerca de 5% da população mundial (Carneiro, 2002a, sem página). Além disso, vale notar que Kátia Flávia e Ana apresentaram uma relação intensa com o álcool, declaram “viciadas, mas sob o controle” e que “gostam bastante”, respectivamente. Se também levarmos em consideração que o álcool é a primeira substância a ser mencionada nas entrevistas, um problema sociológico se impõe. Contudo, um estudo que buscasse as razões sociais, culturais, econômicas ou políticas de tal condição extrapolaria os objetivos do presente trabalho.

(2) Há que se levar em conta também que o álcool aparece nas duas primeiras colunas da Tabela 1, representando a continuidade de seu uso. Esse fato pode indicar, além do exposto no item anterior, a naturalização do seu consumo. A porcentagem nacional de consumo de álcool na vida entre estudantes de universidades públicas é de 88%. Com isso se compreende a alta incidência do uso de álcool na vida no recorte dessa pesquisa.

(3) Outra substância que no presente estudo apresenta uso unânime é o tabaco. Contudo, a taxa nacional de uso entre estudantes do ensino público é de apenas 35,6%. Há que se questionar se essa disparidade é dada pelo viés, já mencionado, dessa pesquisa. De qualquer maneira, uma característica peculiar dessa substância, que não é possível de ser observada apenas pelos dados da Tabela 1, chama atenção: 4 dos 5 entrevistados afirmaram ter tido (ou ainda terem) problemas para se abster do uso de tabaco, apesar de o desejarem. Nas palavras de Herbsman:

É uma fissura muito visual. Em casa eu não tinha vontade, mas se eu tivesse na TV e o *filha da puta* da novela acendesse um (...) cigarro, aí já falava: Puta, cigarro! Cigarro, cigarro, cigarro, cigarro. Parece que acendia uma luzinha assim e ficava. Daí tinha que ficar um tempão trabalhando minha cabeça até pensar em outra coisa.

(4) O consumo de maconha aqui também é representativo. Todavia, nacionalmente ele aparece apenas em 18,2% dos estudantes de instituições públicas; se o recorte se limitar à Região Sul, essa porcentagem sobe para os 32%. E, não obstante, se compararmos os dados a partir da área de estudo dos universitários, veremos que as Ciências Humanas (com 28,3% de seus estudantes que já fizeram uso na vida) não se distanciam muito das Ciências Exatas (25,6%). Esse dado contraria o estereótipo, percebido pelos pesquisados, que afirma que os estudantes do Centro de Ciências Humanas (CCH) da UEL seriam mais “*maconheiros*” do que os de outro centro. Porém, como se sabe, julgamentos de valor depreciativos voltados à marginalização de um determinado grupo social geralmente não são acompanhados de embasamento científico. No Quadro 2, são transcritas falas durante o grupo focal que explicita a existência dessa acusação:

#### Quadro 2 – Transcrição das falas de Ana e Kátia Flávia no grupo focal

**Ana:** Outro estereótipo que eu acho que sofre muito dentro da UEL é do [Ciências] Sociais. Ou o de CCH, em primeiro lugar, mas [Ciências] Sociais ganha o troféu disparado. Mas ser estudante do CCH, necessariamente você tem que ser *maconheiro*. Pra muitos cursos lá: “CCH é lugar de maconheiro”.

**Kátia Flávia:** É coisa de *hippie*. CCH é centro de chinelo havaiana.

**Ana:** Usa chinelo havaiana, a galera fuma [maconha]. Outro tipo de estereótipo em que todos nós estamos englobados, todos nós.

(5) Por fim, gostaria de ressaltar um dado da Tabela 1 que, a princípio, pode soar estranho: o uso compulsivo, autodeclarado, de Cássia pelo café. A surpresa merece análise. Essa substância não costuma estar relacionada (nem nos estudos científicos levantados, nem no “senso comum”) à degradação física ou moral. No entanto, Escotado (1997) afirma que o consumo desta substância pode levar a quadros de gastrite, hipotensão e câncer. O sociólogo espanhol ainda completa:

Em contraste com outros fármacos de energia, a cafeína produz uma síndrome de abstinência em menos tempo que o ópio, heroína ou barbitúricos. Desde 1943 se sabe que 80 miligramas de cafeína (equivalentes a cinco xícaras de expresso, ou dez de café aguado) absorvidos durante uma semana bastam para causar um quadro de carência. (*op. cit.*, p. 138-9)

Cássia sobre sua relação com o café:

(...) se eu levantar e tomar café, eu fico de boa. Uma xícara que seja. Agora se eu não tomar de manhã, depois do almoço, é dor de cabeça na certa e aí eu posso tomar a garrafa inteira que não vai adiantar. Aí eu tenho que tomar remédio e deitar, dormir pra passar. Mas se eu conseguir ficar uma semana sem tomar café e aguentar a dor de cabeça durante esses dias, daí eu consigo passar períodos sem tomar. Mas o bendito do cheiro também é *foda*. Porque aí eu sinto o cheiro de café e dá vontade. E aí se eu tomar, *fodeu!* Aí eu passo tempos e tempos tomando.

A inexistência de estudos que enfocam o uso compulsivo, abusivo ou dependente de café talvez seja explicada pela baixa letalidade da substância. Seria necessário beber por volta de uma centena de xícaras de café para que se atinja a dose letal, 10 gramas de cafeína (Carneiro, 2005a, p. 94). Mas se é certo, como dito anteriormente, que relações de poder incidem sobre estudos acadêmicos, políticas públicas e formações discursivas é preciso ir além da explicação puramente farmacológica.

Sobre esse aspecto, mais uma vez Vargas (2001, p. 152) é esclarecedor. Segundo o autor, o café se difundiu na Europa por volta de 1700. Era consumido em lugares públicos em que a sobriedade era exigida para que se tratasse de política, arte e literatura. As cafeterias eram frequentadas por homens pertencentes à classe burguesa, em contrapartida com as tabernas

que reuniam pessoas das classes subalternas e eram consideradas lugar de embriaguez.

Beber café, a partir de então, tem se relacionado coerentemente às demandas por racionalidade e vigília da lógica capitalista de produção. Essa substância se torna mais um instrumento na disciplinarização dos corpos para o trabalho. Inserido de tal forma nas práticas discursivas hegemônicas desde o século XVIII, o consumo de café parece ter se naturalizado tanto que não é visto sob a óptica das “substâncias que alteram”.

Em síntese, através dessas características dos interlocutores já é possível formular uma ideia de quem “fala” e de quem se fala durante esse estudo. Pode-se apreender disso o alto consumo de álcool, tabaco e maconha, em contrapartida a outras “drogas”, consideradas mais “químicas”, tais como cocaína, *crack*, MDMA, LSD-25, cola etc. Além disso, divergências entre padrões e modalidades de uso existem. O próximo item se preocupa em discutir a técnica de pesquisa do grupo focal e entrevistas que podem revelar as concordâncias e discordâncias entre os interlocutores.

### **2.3. DEBATE ENTRE SUJEITOS: GRUPO FOCAL E ENTREVISTA**

A dinâmica do grupo focal nesse trabalho foi utilizado como instrumento de análise das concepções, ideias e valores dos pesquisados, bem como forma de avaliação das oficinas. Esse duplo perfil, porém não foi constituído simetricamente. Reservei maior parte do tempo para a discussão acerca do “fenômeno das drogas” e, ao final, um exercício escrito de curta duração para avaliação individual das oficinas. Essa técnica de pesquisa emerge no contexto das Ciências Sociais aplicadas a interesses mercadológicos. Compreender a recepção de um determinado produto e elaborar de estratégias de *marketing* são seus principais objetivos.

No entanto, desloco alguns elementos indicados por Mary Debus (1988) para atender as demandas do presente trabalho pelas seguintes razões: (a) os pesquisados já estavam habituados com a discussão em grupo, já que a dinâmica preponderante durante todo o curso das oficinas era próxima a do grupo focal; (b) a interação entre os participantes permite o conflito de ideias e a construção coletiva de concepções “novas” e “originais”; e (c) através da

presença de um observador, para além do mediador, é possível acompanhar diretamente as atitudes, os gestos e a linguagem (verbal e corporal) dos pesquisados e também do mediador. É premissa dessa técnica a mínima interferência do pesquisador no debate, de modo que o meu papel de mediador é equilibrar a participação das pessoas: estímulo à fala daqueles que permanecem por mais tempo quietos e incitação ao aprofundamento de ideias, deixando as intervenções mais diretas para quando o assunto acaba. Assim, apesar de discordar de diversos argumentos surgidos no debate, não interferi diretamente em qualquer questão. Minayo aponta as seguintes funções ao mediador:

(a) introduzir a discussão e mantê-la acesa; (b) enfatizar para o grupo que não há respostas certas ou erradas; (c) observar os participantes, encorajando a palavra de cada um; (d) buscar as ideias para propor aprofundamentos; (e) construir relações com os participantes para aprofundar, individualmente, respostas e comentários considerados relevantes para a pesquisa; (f) observar as comunicações não verbais; (g) monitorar o ritmo do grupo visando a finalizar o debate no tempo previsto (2011, p. 68).

Durante a dinâmica estiveram presentes as seguintes pessoas: Herbsman, Zilu (companheira de Herbsman) e a filha de dois meses do casal, Cássia, Ana, Kátia Flávia, Estamira e Paula (observadora convidada que já havia participado de uma oficina como palestrante). A minha casa foi escolhida para sediar o grupo focal porque a intenção era que, após a aplicação dessa técnica de pesquisa, houvesse um momento de descontração e interação festiva entre os oficinandos e o oficineiro. Eu e minha companheira preparamos a casa para receber os convidados, compramos petiscos e cerveja.

É interessante que as discussões surgidas após o grupo focal, durante os momentos de “lazer”, foram de uma riqueza analítica muito maior do que aquelas que aconteceram durante a própria dinâmica. É realmente uma pena que, assim que desliguei o gravador, falas e discussões interessantíssimas para o objetivo dessa pesquisa emergiram naturalmente, sem constrangimento ou incentivo algum para isso. De fato, penso que toda a ritualística do grupo focal inicialmente intimidou os pesquisados.

Essa constatação é feita através da fala de Zilu. Após a pergunta inicial e alguns segundos sem obter resposta alguma dos participantes, ela disse: “*Eu*

*acho que o gravador está intimidando a galera*". Propus, nesse momento, que desligássemos o aparelho, mas logo fui interceptado por Estamira que disse: *"Eu não ligo para o gravador"*, então dirigi a pergunta a ela e as discussões transcorreram fluidas até seu fim, como foi observado por Paula: *"A interação foi natural, sem muita pressão. Todos aparentavam familiaridade e estavam 'à vontade' com as intervenções do mediador e dos participantes"*.

Penso que a escolha em efetuar a dinâmica num ambiente diverso daqueles das oficinas, a UEL, tem seus alcances e limites. Uma das vantagens é que assim se construiu um ambiente de pesquisa menos impessoal do que se fosse em uma das salas reunião da universidade, com suas grandes mesas e muitas cadeiras. E um local onde os participantes se sintam confortáveis e longe de olhares e ouvidos "intrusos" é essencial para um grupo focal satisfatório (Debus, 1988, p. 22). Afinal, discutimos experiências e concepções pessoais, que, muitas das vezes, resultaram em atos ilícitos.

Porém um acontecimento que julgo, em certa medida, prejudicial para os fins dessa pesquisa é a possibilidade maior da incidência dos "imponderáveis do campo" no ambiente doméstico do que na Universidade. Um bom exemplo disso é que o término do grupo focal se deu não por uma decisão minha ou do coletivo, mas aconteceu pela chegada inesperada de amigos a minha casa depois de uma hora e vinte minutos de discussão. Apesar disso, esse tempo foi o suficiente para que questões importantes fossem debatidas. De qualquer maneira, a observadora anotou: *"O tempo foi adequado para exposição de todos, sem que tenha se tornado enfadonho"*.

A preparação do ambiente seguiu pela seleção de um local cômodo para os participantes onde todos podiam facilmente ouvir e ser ouvidos. Os assentos foram distribuídos de forma que se minimizasse a ideia de locais privilegiados que fossem índices de distinção e permitissem a todos estabelecer um bom contato visual com os outros participantes.

Sobre as entrevistas, eu pretendia que estas se articulassem com o grupo focal tocando em pontos específicos pertinentes a cada "sujeito de fala". Em outras palavras, procurei estruturar um roteiro de entrevista através dos argumentos singulares levantados por cada participante do grupo focal. Por exemplo: se o pesquisado centrou seus argumentos na questão familiar durante o grupo focal, a entrevista com esse pesquisado deveria girar em torno

da reflexão sobre a instituição familiar e o consumo de “drogas”. E de fato, as primeiras entrevistas foram planejadas e aconteceram dessa forma. Todavia, a técnica de entrevista focalizada, que visa esclarecer alguma questão específica (Minayo, 2011, p. 64) se mostrou inadequada, na medida em que o entrevistador não manejava bem essa técnica e os entrevistados não a correspondiam satisfatoriamente (ou já haviam mudado de ideia a respeito do que falaram no grupo focal ou não se lembravam do contexto de suas falas).

Por tal forma que foi necessário um pequeno ajuste técnico. A partir de então, as entrevistas caminharam num terreno mais aberto, menos balizado por questões ou preocupações próprias do entrevistador. O que se mostrou profícuo porque os entrevistados ficaram mais à vontade para falar sobre o que era de seu interesse. E esse desejo de tocar em determinados assuntos também pode ser um objeto de análise. Apesar de continuar montando um roteiro de entrevista, o planejamento não necessariamente foi posto em prática em sua totalidade. Recorri a ele em momentos muito prolongados de silêncio, quando o assunto “morria”, e também quando o assunto tratado se tornava muito alheio, sem qualquer relação aparente com os interesses de pesquisa e por um longo tempo.

De qualquer forma, não “ia a campo” sem ideia alguma do que perguntar e quais caminhos seriam possíveis percorrer, o que seria ingênuo de minha parte. Depois de certo acúmulo de material de campo (atividades feitas durante as oficinas, leitura de artigos jornalísticos sobre o tema, discussão promovida no grupo focal e primeiras entrevistas) pude perceber algumas constâncias, focos de comparação, “categorias nativas”, fios discursivos interessantes de serem perseguidos. Sobre esse aspecto, Michel Thiollent complementa: *O pesquisador não pode realizar entrevistas não-diretivas na base da intuição, nem do bom senso, do tato ou da típica ingenuidade das entrevistas comuns. Incurrer-se-ia no risco de captar o vazio da fala ordinária* (Thiollent, 1987, p. 81).

No geral, as entrevistas tiveram três eixos: (a) apresentação do entrevistado, utilizado no começo para “desinibição”, o que inclui rápida trajetória de vida, constituição familiar e sondagem de concepções mais gerais sobre saúde, sobre religião, sobre posição política ou sobre “fenômeno das drogas”; (b) histórico do uso de “drogas”, suas primeiras experiências, seus

usos e abusos e o que entende por “droga”; e (c) padrão atual de uso, qual motivo da permanência ou interrupção do consumo e sondagem de “categorias nativas”. Não foi preocupação obedecer a essa ordem, nem dividir a entrevista em focos de reflexão autocontidos. Como é possível perceber, o deslocamento do foco das entrevistas para as experiências pessoais dos interlocutores com os psicotrópicos se tornou necessário pelo viés assumido pelo campo, qual seja: todos os entrevistados já haviam consumido substâncias de uso ilícito.

Portanto, julgo que as entrevistas que realizei oscilam entre dois tipos apontados por Minayo (2011): a entrevista semiestruturada e a aberta. O primeiro “*combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada*” (p. 64); e o segundo tipo “*em que o informante é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador, quando são feitas, buscam dar mais profundidade às reflexões*” (p.64). Sendo que em certos casos, a entrevista se aproximou do tipo semiestruturada, enquanto que, em outros, do tipo aberta. Foram participações mais ou menos “roteirizadas” dependendo da disposição do entrevistado em tomar para si os rumos da conversa.

Porém, sempre tendo em mente a tentativa de aplacar a predefinição das respostas pelas perguntas. Por isso, as questões tenderam a ser colocadas de maneira aberta (como, por exemplo: “*O que é ‘droga’ para você?*” ou “*O que você entende por religião?*”) para que o entrevistado pudesse construir o campo de reflexão à sua maneira. Dessa forma, o objeto a ser perseguido – a saber, o modo pelo qual os sujeitos informam e são informados pelos grandes discursos sobre as “drogas” – vai serpenteando por entre a fala do entrevistado. Na palavras de Thiollén: “*Os modelos culturais são progressivamente evidenciados a partir da revelação de uso de estereótipos e da influência dos grupos aos quais os indivíduos pertencem ou se referem em função da sua socialização*” (1987, p.85).

Outro aspecto fundamental, apontado pelo autor, para que o processo de entrevista não seja reificado ou direcionado é entendê-lo menos como coleta de ideias e mais como interação entre sujeitos. Ou seja, a perspectiva eminentemente antropológica olha para seus pesquisados a partir da relação sujeito-sujeito e não sujeito-objeto. E o que essa relação põe em jogo é o

conflito entre dois universos culturais e biográficos distintos (sutil ou radicalmente dados). As entrevistas são percebidas enquanto um espaço-tempo intersubjetivo em que o pesquisador se esforça para aceitar provisoriamente o quadro referencial do entrevistado, formulando perguntas e respostas em conjunto (Thiollon, 1987).

Toma-se por premissa que a “cultura” não existe previamente ao contato, ou melhor, os elementos não preexistem à relação. Modelos culturais se condensam na sua aplicação, isto é, no seu acionamento através do conflito com a alteridade. É possível simplificar isso para o caso das entrevistas: as respostas “não existem” antes de serem perguntadas, não são racionalizadas da maneira pela qual são expressas. Decorre disso que é essencial pensar sobre os meus variados papéis e índices identitários (homem, branco, heterossexual, educador, amigo, colega, companheiro etc.) no ato mesmo da entrevista e na sua posterior análise. Confesso, porém, que esse é um exercício que demanda extrema sensibilidade e que, por diversas vezes, não consegui cumpri-lo.

O cuidado com essa questão me levou a desconsiderar a possibilidade que eu entrevistasse minha companheira, uma das oficinas e, por isso, interlocutora de pesquisa. Seria de uma extrema habilidade xamânica (Da Matta, 1978) conseguir me descolar das intensas implicações mútuas para alcançar o distanciamento necessário à entrevista. Além disso, as censuras, predefinições, tabus e afetos (inerentes a qualquer entrevista) ficariam tão exacerbados nessa complexa relação entrevistador/entrevistada, oficinairo/oficinanda, companheiro/companheira, que por vez inviabilizariam tanto o diálogo quanto sua análise.

De tal modo que a escolha de um auxiliar de pesquisa se mostrou a saída mais evidente para este problema. No entanto, isso não isenta a incidência de outros obstáculos. Como interpretar dados produzidos por outro pesquisador – dotado de outras intenções, outros valores e outra subjetividade – se a situação de entrevista habita uma relação intersubjetiva? Isso se mostrou um problema de pesquisa que, por ora, não fui capaz de solucionar completamente. Para minimizar esse limite metodológico procurei escolher um auxiliar que: (a) tivesse familiaridade com o arcabouço teórico-metodológico

desta pesquisa; (b) possuísse experiência e sensibilidade suficientes para lidar com esse complexo arranjo; bem como (c) fosse do agrado da entrevistada.

Enfim, o que esse capítulo procura esclarecer são o método e as técnicas que mediam a bibliografia levantada no primeiro capítulo e o campo em si. O método foucaultiano de análise de discurso dá conta de perceber o deslocamento de outras formações discursivas nos enunciados. Essa intertextualidade é exprimida nas dinâmicas de grupo das oficinas, nas “falas” dos sujeitos durante o grupo focal e nas entrevistas. O próximo capítulo pretende acompanhar o emaranhado discursivo que condiciona a concepção dos pesquisados sobre as “substâncias que alteram”, bem como apreender a modificação que suas práticas e suas “falas” implicam aos grandes discursos.

## CAPÍTULO 3

### SUJEITOS, SUBSTÂNCIAS E POTENCIALIDADES SOB CONTROLE

Este capítulo se esforça em percorrer as veredas<sup>47</sup> dos discursos dos interlocutores desta pesquisa para desvendar com que fios estes confeccionam seu entender acerca dos psicoativos. Também pretende analisar (a) os exercícios de sensibilização feitos pelos opinandos durante o curso, (b) as entrevistas e (c) as discussões feitas na forma de grupo focal para explicitar as relações discursivas presentes no modo como os opinandos falam de seu padrão ou modalidade de uso de psicotr3picos e tamb3m perceber o movimento de condensação e expans3o das grandes narrativas pelos sujeitos pesquisados.

As duas 3ltimas t3cnicas de pesquisa j3 foram suficientemente abordadas no cap3tulo anterior. Sobre os exerc3cios de sensibiliza3o: planejei as oficinas de modo que nos minutos iniciais de cada reuni3o houvesse tempo para um exerc3cio de reflex3o an3nima e escrita (as pessoas depositavam seus textos numa caixa assinando com um pseud3nimo). S3o utilizados fundamentalmente duas din3micas de grupo, a do primeiro e a do terceiro encontro. No primeiro encontro propus que pens3ssemos sobre como as “drogas” afetam nossa biografia, subjetividade e posi3o pol3tica. Depois sugeri que os opinandos descrevessem uma trajet3ria de vida imagin3ria de um suposto consumidor de subst3ncias psicoativas. “Por que come3ou a usar?” e “qual o significado da subst3ncia em sua vida?” foram os pontos que a narrativa deveria tocar. Apesar de ter pedido, como de costume, a todos os participantes que fizessem essa reflex3o, apenas uma pessoa, Ana, realmente o fez. Por3m n3o poderia deixar de me debru3ar sobre esse material devido a seu rico potencial anal3tico.

#### 3.1 “DROGA”: EXAGERO E AMEAÇA AO HUMANO

Esse item diz respeito ao primeiro exerc3cio de sensibiliza3o que os opinandos fizeram. Primeiramente o que chama aten3o 3 a const3ncia de

exemplos familiares, sempre masculinos, envolvendo uso e abuso de álcool: “Tive um pai que foi (é) alcoólatra até os 16 anos” (Kátia Flávia); “A droga teve acesso em minha vida através do meu avô que era alcoólatra, batia em minha mãe” (Clara); “Guardo lembranças da minha tia triste e chorando, porque quando ele [tio] bebia se tornava violento” (Ana). Vale ressaltar dois aspectos sobre essas afirmações: (a) a homogeneização dos diversos usos (ocasional, frequente, abusivo, dependente) de substâncias psicoativas e (b) a relação causal entre uso de “droga” e violência.

Quando perguntados sobre o modo como as “drogas” acompanharam suas trajetórias de vida, os pesquisados, em sua maioria, se referiram a eventos que envolvem o uso indevido de psicotrópicos. Assumo que esse encadeamento de sentido toma para si a classificação das substâncias psicoativas que é feita pelos discursos jurídico (uso lícito ou ilícito) e médico (se tem potencial terapêutico ou apenas “recreacional”). Somente as substâncias capazes de curar, aliviar ou revigorar são de uso lícito ou controlado (com exceção do álcool e tabaco) e, por isso, não recebem a carga simbólica pejorativa do termo “droga”. O par de opostos “substância funcional” *versus* “substância disfuncional” exclui a possibilidade de inserir no consenso moral outras formas de classificação que não passem por essa matriz. O gradiente entre as diversas “modalidades de uso” fica comprometido. Qualquer consumo que escape da racionalidade e da temperança é considerado potencialmente perigoso e, por isso, a não distinção entre uso ocasional e abusivo faz sentido nesse contexto.

Outro ponto importante é a relação de causalidade entre uso de álcool e violência familiar. A substância, nessa perspectiva, se torna protagonista de um desdobramento de eventos desestruturadores da ordem familiar tradicional. O processo que dá legitimidade a esse tipo de enunciado é a abordagem fisicalista sobre os efeitos das “drogas”, assim, as propriedades farmacológicas e sua interação com o sistema nervoso humano aparecem como causa do descontrole de comportamentos inatos por convenção. A “bebida” descontrolada seria um agente contrário a concepções valorizadas positivamente, tais como: família, corpo saudável, lucidez, vida financeira estável<sup>48</sup>. É interessante notar que a proximidade entre consumo de psicotrópicos e comportamento violento faz sentido na fala do pesquisados na

medida em que atualiza a dicotomia razão/paixão. Um dos efeitos relatados dos psicotrópicos é a sobreposição dos impulsos naturais à dimensão racional da condição humana. O consumo de “substâncias que alteram” inverte a hierarquia da mente sobre o corpo, ou da cultura (civilização) sobre a natureza (instinto).

No geral, é possível perceber uma relação ambígua com o consumo de substâncias psicoativas. Por um lado as descrições caminham para a positivação de sensações e experiências com psicotrópicos. As substâncias produzem estados corpóreos e/ou mentais propícios à socialização, alegria e autonomia: *“Aos 11 anos experimentei pela primeira vez o álcool, foi bem engraçado. Senti-me feliz e flutuando”* (Estamira); *“No período de 21 e 22 anos usei cocaína algumas poucas vezes e era bom porque eu trabalhava e estudava e assim conseguia ficar mais disposta”* (Kátia Flávia); *“Percebi que a cocaína é uma droga que ajuda para uma socialização maior, você fala muito de você e fica muito ‘amiga’ de outras pessoas”* (Kátia Flávia); *“Para mim, o LSD é uma droga que muitas vezes te deixa autossuficiente”* (Kátia Flávia).

Por outro lado, o consumo de “substâncias que alteram” também pode levar a situações desagradáveis e não planejadas, bem como pode estar associada à fuga de um mal-estar: *“Dos 12 aos 14 fazia uso [de álcool] quase que todos os fins de semana, até que alcancei o status do coma alcoólico”* (Estamira); *“No carnaval fiz uso de LSD e cocaína. Agora parei (...). Percebi que estava muito propícia ao vício, com um sentimento ruim no outro dia (...), e que não estava fazendo bem para o meu corpo”* (Kátia Flávia); *“Eu fui daqueles que, inconformado com o tédio da vida moderna, encontram um refúgio nas experiências com substâncias psicoativas”* (Herbsman).

Essa ambiguidade pode ser indicativa da operação simbólica que atravessa, entre outras coisas, o consumo de substâncias psicoativas: a injunção da agonia e do êxtase (Vargas, 2001, p. 558), da vida e da morte, da saúde e da doença. Tendo em vista que a “modalidade de uso” de uma “droga” – referente a um complexo simbólico que a classifica – conjuga seus efeitos benéficos ou maléficos, o consumo não medicamentoso de psicotrópicos não diz respeito apenas a comportamentos autodestrutivos, nem apenas a experiências hedonistas. Fica claro, a partir da fala dos pesquisados o imbricamento dessas duas dimensões, aparentemente opostas. O consumo de

álcool, cocaína e LSD pode representar felicidade, disposição e maior sociabilidade, mas o uso dessas “drogas” também pode agenciar experiências desagradáveis: *sentimento ruim, vício, coma alcoólico*. O equilíbrio entre as dimensões, como será visto a diante, gira em torno da categoria *(des)controle*.

A valoração positiva da experiência com as “drogas” é compreendida através da sua capacidade de facilitar o “exagero” e a “extravagância”, bem como a de efetuar transformações subjetivas no consumidor (pela percepção de si e de seu meio, pela moral, pelas sensações): “(...) *já me transformei em alguém mais egoísta, mais liberta, mais calma, mais desesperada, mais dependente, mais independente...*” (Estamira). E é exatamente esse potencial transformador que pode ser visto, pelos interlocutores, como um problema<sup>49</sup>. A relação com as substâncias se mostra prazerosa e, ao mesmo tempo, perigosa, porque pode levar ao vício e à debilitação do organismo. O limite entre efeitos bons e ruins das “drogas” é a perda de controle, podendo resvalar em *vício*, em *violência*, em *deseestruturação familiar* ou em *maior exposição*.

No universo de pesquisa, o vício<sup>50</sup> é um termômetro para o julgamento do padrão de uso, o próprio ou o de outrem. Se o consumidor está em situação de uso dependente, ele tende a ser visto como destituído de razão, autonomia ou vontade: “*Mas algo que eu considero muito triste é a junção de drogas que manifestam uma relação de dependência muito rápida e avassaladora, tão rápida que quem está perto não consegue sequer compreender o que aconteceu com aquele sujeito e nem mesmo ele se entende mais...*” (Estamira, grifo meu); “(...) *O que antes era prazeroso agora os consome e nem eles mais se reconhecem sem elas [as “drogas”]. Essas atravessaram em sua frente de tal forma que sonhos estão sendo deixados para trás por apenas mais um lapso de delírio*” (Clara, grifo meu); “*Hoje, apesar de conviver com muita gente que fuma maconha e até que usa outras drogas, por opção, por medo da dependência não as utilizo*” (Ana).

Esses enunciados são um adensamento de diversos discursos. Entendo que quando as pesquisadas dizem que em *uma relação de dependência* o consumidor de “droga” não consegue se entender ou se reconhecer (Estamira e Clara), elas supõem elementos do (a) discurso psicológico, tais como: a existência de um *self* autorreflexivo dotado de uma lógica apreensível à maioria dos sujeitos, bem como a possibilidade de estados psicológicos delirantes

causados pelo abuso de psicotrópicos; (b) e também atualizam elementos do discurso médico, qual seja: o termo *dependência* utilizado por Estamira e Ana para se referir ao uso abusivo de substâncias psicoativas. Esse termo se tornou hegemônico no século XIX no contexto da tradição clínica e individualista da medicina. (Carneiro, 2002a, sem página). Assim, esses enunciados articulam dois modelos explicativos “historicamente” contraditórios (o orgânico/médico e psicológico).

Os usos citados nesse exercício foram: álcool, cocaína, maconha, LSD, *crack*, tabaco, lança-perfume, respingo de solda, benzina, cola, *ecstasy*, ayahuasca e o uso de relaxante muscular com álcool. É interessante notar que apenas uma pessoa refletiu acerca do uso medicamentoso de “droga”, apesar dessa temática ter permeado todo o curso. *“Remédio foi uma constante na minha pequena vida de criança, tomei muitos antibióticos e antialérgicos. Me lembro de um em específico que me causava taquicardia e tremedeira, esse dava medo. Porém alguns outros eram docinhos e relaxantes”* (Estamira). O que pode indicar a carga simbólica pejorativa que o termo “droga” possui. “Droga”, na maioria das concepções aqui encontradas, é toda substância de uso ilícito mais o álcool e o tabaco. Fica evidente a articulação entre o vocabulário médico-psiquiátrico e o jurídico-penal para entender o consumo de “drogas”.

### 3.2 ENTRE O IMAGINADO E O ACONTECIDO

Pretendi minimizar o constrangimento da relação pesquisador/pesquisado através do exercício da narrativa imaginária. Supunha que, ao criar uma trajetória de vida fictícia, os interlocutores de pesquisa transportassem seus julgamentos morais para a trajetória do personagem criado, de forma que perspectivas díspares às minhas, como educador, pudessem emergir mais livremente nesse exercício<sup>51</sup>. A redação, em sua íntegra, está nos Anexos desse trabalho.

Dessa maneira, esse “texto” é lido como um ponto de adensamento de um complexo conjunto de fatores. Penso que os grandes discursos médico e científico fazem parte da formulação dessa narrativa, mas também é certo que a biografia da “autora” a impulsiona na criação dessa história. O mote da

narrativa compreende o consumo abusivo de álcool ligado a problemas com o modelo hegemônico de família. O personagem da história inicia seu uso de álcool durante a “*adolescência*” por motivos externos à sua vontade: “*Ele bebia porque era coisa de homem, porque todos os meus amigos bebiam*”.

A etiologia do consumo de psicotrópicos acionada pela pesquisada encontra similaridade entre teóricos do assunto (como, por exemplo, Becker, 1999). É premissa dessa forma de entender o consumo de “substâncias que alteram” o caráter prescritivo das relações sociais. Assim, o meio social dos sujeitos impõe ou estimula certos padrões de consumo como índice de diferença e de pertencimento. Porém, não se deve perder de vista que as práticas, além de serem resultantes de relações sociais, são produtoras destas (Vargas, 2001, p. 464). É válido ressaltar, portanto, a agência do sujeito na sua experiência com qualquer substância. Nas palavras de Vargas: “*Por isso, se é correto afirmar que muitos usos de ‘drogas’ se iniciam e continuam porque os ‘amigos’ usam, também parece correto afirmar que muitos vínculos de amizade surgem e permanecem porque articulam usuários de ‘drogas’*” (Vargas, 2001, p. 465).

Ana também indica que seu personagem possui fraquezas ou falhas físicas, educacionais e psicológicas, o que acarreta consequências nocivas para sua vida, inclusive na experiência com substâncias psicoativas. A perspectiva que enxerga o consumo de psicotrópicos como resposta a uma crise está presente em diversas explicações etiológicas (como demonstrado no capítulo anterior). É possível afirmar que existe uma relação de intertextualidade entre o conhecimento científico e essa construção de sentido efetuada por Ana. Entendo que a expressão “*Sempre tinha sido o filho mais frágil, o mais doente...*” retoma as “teorias da falta” (Vargas, 1998) largamente utilizadas por diversas disciplinas científicas que tentam explicar o uso de “drogas”.

O personagem da narrativa busca na “*bebida*” uma válvula de escape para seus problemas. Nas palavras de Ana: “*Pra fugir da pressão do trabalho pesado e da responsabilidade de ter sua vida nas mãos, sem colo de mãe, ele bebia*”. É interessante notar que essa construção lógica droga-fuga é encontrada em diversas “*formações discursivas*”, bem como também está presente entre os interlocutores de pesquisa de Vargas (2001). O antropólogo

insere um elemento a ser levado em conta: ao lado do consumo de psicotrópicos com objetivo de fuga de algum problema ou perturbação, está a fuga para algum outro lugar ou a outro estado de realidade. Nas palavras do autor:

Como registram os trechos das entrevistas (...) as 'drogas' são utilizadas como uma 'válvula de escape' através da qual se 'foge da realidade', mas essa 'fuga da realidade' recobre tanto a esquiva de problemas, quanto a busca de soluções, tanto de escapismos, quanto de encontros. Trata-se, portanto, de uma *fuga de* e de uma *fuga para*, isto é, de um modo de evitar o enfrentamento de certos problemas percebidos como reais, mas também uma maneira de dar um *brake*, introduzir um corte, abrir uma fenda atravessar um limiar, ultrapassar uma borda em direção a outros estados de realidade ou a 'tudo que eu puder', em suma, à 'onda' das 'drogas' (Vargas, 2001, p. 484).

Em síntese, o que pude apreender desse exercício, *a priori* descolado da realidade da pesquisada, são as transposições de diferentes significados que adquirem coerência no seu imbricamento com a biografia do sujeito. Apesar de ser um exercício ficcional, ele tem muito a dizer da própria oficina em sua forma de entender o abuso de álcool. O sentido que Ana emprega à "*bebida*" de seu personagem pode ser revelador de como ela própria confecciona o sentido de suas experiências a partir de sua história e de práticas discursivas, quais sejam: biomédica e consensos morais.

### 3.3 SUBSTÂNCIAS QUE (DES)EQUILIBRAM

Esse item enfoca o debate promovido durante o grupo focal. Depois da apresentação de cada oficina e dos objetivos da discussão, iniciei com a seguinte proposição: "*Se eu fosse uma pessoa de fora da Terra, um marciano, e perguntasse para vocês o que são as drogas, como vocês as descreveriam para essa pessoa que nunca viu isso?*". Esse exercício busca provocar sutilmente o estranhamento de concepções mais naturais para os pesquisados por um virtual e radical contato com o exótico. Além disso, a escolha dessa pergunta para iniciar o debate não foi ingênua, mas pretendia estabelecer um ponto comparativo com o exercício escrito de autorreflexão do primeiro dia de oficina, abordado no capítulo anterior. Após os momentos iniciais de

acanhamento e silêncio precisei perguntar diretamente a uma das oficinandas, menos tímida, o que ela entendia por “droga”. A resposta é a seguinte:

Eu acho que drogas são potencializadoras daquelas coisas que a gente já tem capacidade por natureza de sentir. É uma fome exagerada, uma alegria exagerada, uma tristeza ou uma tontura (...) Eu acredito que se alguém de Marte me viesse perguntar eu falava que droga é um estado humano com um *plus*. É um humano mais humano. São sensações mais exageradas daquilo que a gente já sente. (Estamira)

A ideia de que as “drogas” são potencializadoras de sensações, emoções, características psicológicas, comportamentos e atitudes pré-existentes se torna um consenso com o decorrer da discussão do grupo. Como é visto em afirmações posteriores: *“Parte daquilo que você [Estamira] falou no começo. A droga não muda ninguém, ela vai trabalhar em cima de traços da sua própria personalidade, daquilo que você já é, daquilo que você já tem”* (Cássia). Primeiramente, é possível compreender tais enunciados como deslocamento do saber psicológico que entende o sujeito enquanto suporte de uma personalidade e de um temperamento. Essa ideia de pessoa perpassa também pela concepção de uma individualidade autônoma, encerrada sobre si mesma e pré-existente às relações sociais que os sujeitos tecem com seus pares e seu meio.

Assumo que esses enunciados retomam a concepção patológica da “droga” na medida em que os interlocutores de pesquisa a enxergam como o elemento ativo da relação sujeito-substância, esta última “trabalharia” sobre as características psicofísicas do consumidor, o polo passivo. Encontro semelhante visão no primeiro exercício de reflexão feito no início do curso de oficinas por Kátia Flávia: *“Sempre gostei de rock’n roll e as drogas te ajudam no ‘exagero’, em uma certa ‘extravagância’”*.

É relevante evidenciar a noção de “humano” que está sendo posta em questão na “fala” de Estamira e sua articulação com o consumo de substâncias psicoativas. Assim, o enunciado expresso supõe (a) a existência de algumas experiências naturais à condição humana – da ordem do não produzido – (b) e também a possibilidade de transformação destas através do “exagero”, da “extravagância” tornando aquilo que condiciona o ser humano (espécie filogenética e ser social) mais evidente.

Essa concepção parece se aproximar com o que Mauss (1984, p. 211) chamou de técnica corporal. Nas palavras do antropólogo: “*Entendo por essa palavra as maneiras como os homens, sociedade por sociedade e de maneira tradicional, sabem servir-se de seus corpos*”. Todavia, aqui a pesquisada faz referência às habilidades de coordenação e potencialização de subjetividades, além de abarcar “*uma educação dos movimentos*” (*idem*, p. 231) agenciada “de fora para dentro” através da força das tradições. E se o que condiciona o humano é o seu sentir, como indica a fala de Estamira, as “drogas”, além de exagerar sensações, também exageram o “*estado humano*”.

Entendo que essa forma de compreensão coloca o uso de substâncias psicoativas – enquanto “*coisa manipulada quimicamente*” (Herbsman)<sup>52</sup> – nos entremeios das características dadas da espécie humana (sensação) e das características culturais do homem civilizado (técnica, exagero), o que, de certa forma, ressignifica o princípio ontológico do *homo duplex*: ou seja, a ideia de que a condição humana estaria num equilíbrio tenso e complexo entre suas dimensões naturais e produzidas (Vargas, 2001, p. 505). A articulação de uma dimensão sobre a outra seria feita, entre outros, através do consumo de psicotrópicos, como uma “*técnica para intervenção planejada sobre a subjetividade*” (Carneiro, 2002a, sem página). De maneira que as “drogas” agenciariam um jogo entre o natural e o artificial, a natureza e a cultura, a espécie e o civilizado.

Ana se apropria da “fala” de Estamira e a aprofunda:

Porque de repente, por exemplo, a bebida: você quebra um monte de barreiras quando você está bebendo. Você faz aquilo que você sente sem pensar. É muito do momento, sem muito juízo de ir amanhã ou daqui a dez minutos. (...) Sem pensar nas consequências do que você fez. ‘Cê está bêbado, você vai fazer e acabou. Não tem essa de pensar: puts, amanhã. (Ana)

Esse enunciado sintetiza dois aspectos que considero fundamentais na significação das práticas que envolvem o uso de “drogas” dos interlocutores dessa pesquisa: (a) as substâncias psicoativas podem contribuir para o rompimento de valores morais, na medida em que partem (b) da avaliação intensiva da vida pelo consumidor de “drogas”.

Sobre o primeiro, penso que este se liga com a acepção mais ampla do termo vício, como oposição à virtude, e diz respeito, portanto, ao imbricamento das propriedades farmacológicas dos psicotrópicos com certos julgamentos valorativos. Segundo Carneiro (2002a, sem página), a dicotomia vício/virtude é utilizada na prática discursiva médica desde o século XIX. Esse emprego emerge com a “criação” de “*uma nova entidade nosográfica*” na qual faz sentido classificar a embriaguez como “*doença da mente*”<sup>53</sup>. As transformações e repetições da distinção entre processos corpóreos e mentais, sobrepondo o segundo termo sobre o primeiro, marcam a substituição do modelo orgânico para o modelo psicológico no tratamento ao abuso de “drogas”.

É possível perceber, durante esses e outros enunciados analisados, a prevalência do discurso médico, representado pelos conhecimentos psi, sobre os discursos jurídico e religioso para significar a experiência dos sujeitos com psicotrópicos. Esse aspecto também é verificado na etnografia que Velho (1998) fez entre um grupo jovem da classe média carioca da década de 1970. Assim, a *mente e consciência*, bem como seu correlato, a *razão*, se tornam os principais elementos que dão sentido às práticas dos pesquisados.

Em suma, a frase “*você faz aquilo que você sente sem pensar*” (Ana) parece atualizar a possibilidade da mente (enquanto morada da razão e da moral) ser castigada pela doença do álcool e, portanto, subsumida às vontades mais profundas do instinto humano, como se revertesse o “processo civilizador” (Elias, 1994). Tende-se a acreditar que o consumo de substâncias psicoativas, em geral, inverte a determinação da mente sobre o corpo. É dessa forma que a relação causal entre abuso de álcool e outras “drogas” com comportamentos violentos, degradação moral ou degeneração física (indicada em capítulos anteriores) faz sentido. Essa concepção foi (e ainda é, contudo não da mesma maneira) operativa em outros campos, como, por exemplo, na legitimação da política proibicionista dos EUA da década de 1920, conhecida como Lei Seca, ou mesmo nas internações compulsórias presenciadas recentemente no Rio de Janeiro.

Para compreender a ancoragem moral-científica do segundo aspecto do enunciado analisado, é preciso antes se voltar para os fundamentos míticos da prática médica hegemônica no Ocidente. Vargas (2001, p. 205) diz que a maioria dos discursos biomédicos correntes constrói seu “mito de origem” a

partir do consenso de que os homens seriam universalmente impulsionados para o ato de cuidar, de curar ou de lutar contra a morte. Assim, a prática discursiva da medicina, em geral, naturaliza o desejo do domínio técnico e científico sobre a vida. Diante dessa convenção, afirma-se o “critério extensivo de avaliação da vida”, ou seja:

O que parece ser afirmado a partir da evocação desse mito é um dos princípios fundamentais do funcionamento atual das práticas e dos saberes médicos, e não apenas deles, a saber, o princípio da sobrevivência, da salvaguarda, da preservação da vida, o princípio de que não há outra razão para a vida do que prolongar-se o mais possível em extensão (*idem*, p. 206).

Essa premissa é espraiada para outros campos do saber e outras práticas sociais através da legitimação da medicina como única prática terapêutica realmente eficaz e verdadeira de tal forma que se torna importante constituinte dos modos ocidentais de vida. O “mito de origem” da medicina ocidental retoma, em sua concretização, outras formações discursivas: refere-se a figura do médico associada ao carinho e ao altruísmo, bem como se relaciona com outras práticas que envolvem o cuidado de outrem, como a docência, a maternidade, a religiosidade missionária. A fala de uma coordenadora do Serviço de Assistência Social de Londrina – sobre seu papel junto aos “*dependentes químicos em conflito com a lei*” – é ilustrativa desse jogo de metáforas e intertextualidades presente nos discursos: “*Nós queremos salvaguardar ou salvar as pessoas que atendemos*”<sup>54</sup>.

Voltando ao enunciado de Ana. Em comparação com o critério extensivo ele soa aos ouvidos um pouco estranho: “*É muito do momento, sem muito juízo de ir amanhã ou daqui a dez minutos. (...) Sem pensar nas consequências do que você fez. ‘Cê está bêbado, você vai fazer e acabou. Não tem essa de pensar: puts, amanhã*”. Estranho porque diverso. Explico melhor: um dos impedimentos morais que se “*quebra*”, parcial ou totalmente, com o uso de substâncias psicoativas é justamente o consenso de que a vida deve se prolongar ao máximo possível. Afirmo isso, pela constatação de que os consumidores insistem em seu padrão e modalidade de uso apesar de “conscientes” dos prejuízos à sua saúde e dos riscos que correm no uso indevido ou abusivo de “drogas”.

Portanto, no uso não medicamentoso de psicotrópicos se coloca em cena modos de subjetivação “*povoados por ondas de euforia ou de contemplação, ondas de frio ou de calor, ondas de cores e de sons, ondas, ritmos, velocidades*” (*idem*, p. 559), experiências em que o instante, em sua intensidade, se sobrepõe à longa duração de uma vida. E mais do que isso, o uso intensivo dos corpos “embriagados” esbarra em outra relação vida/morte. Mais uma vez cito Vargas, em uma belíssima passagem que talvez resuma a relação entre os critérios extensivo e intensivo de avaliação da vida:

(...) não mais a gestão da vida por medo da morte, mas a gestão da morte por afeto à vida; não mais a que visa a reprodução ou a salvaguarda da panóplia fisiológica do organismo ou a manutenção imortalizada do espírito diante da fatalidade da morte, mas a que se vale da morte, que se estrutura sobre ela, e não apesar dela, que a transforma, fatalidade, em necessidade para a produção da vida, da vida em intensidade, e não em extensão (2001, p. 560).

Essa reorganização entre vida e morte posta em movimento pelos consumidores de “drogas” está num tenso equilíbrio. Não só a discussão do grupo focal, como também as entrevistas posteriormente exploradas, são permeadas pelo assombro da dependência – do vício e do descontrole – sobre o uso ocasional ou recreativo de substâncias psicoativas. O que pode ser compreendido através do que Ana escreve no primeiro dia de oficina: “*Quando entrei na faculdade, em uma noite que bebi de mais, fumei. E até hoje, às vezes, quando bebo, eu fumo, mas confesso que tenho medo de me tornar dependente*”. Assim, o consumo de “substâncias que alteram” seria limitado, controlado ou racionalizado através da dependência ou do receio de se tornar um consumidor dependente.

Kátia Flávia, durante discussão do grupo focal, argumenta: “*Só que tem a questão da dependência também. Eu acho que a partir do momento que você cria essa dependência física e psicológica, daí acaba perdendo um pouco o controle do que é o ser, o ser humano*”. Esse enunciado deixa clara a articulação entre dependência (física ou psicológica) com a falta de controle sobre si. O que remete ao ideal de indivíduo autônomo, racional e moral (Duarte, 1983) – de posse de suas faculdades racionais que permitem a manipulação da “natureza” (seu corpo e o meio em que está inserido) a partir

de procedimentos técnicos, planejados, controlados – fundado a partir da revolução científica europeia do século XV, o chamado Iluminismo.

“*Humano*” na fala de Kátia se torna um arquétipo de subjetividade que supõe o domínio de si e das pulsões inatas do corpo, enquanto espécie biológica. A racionalidade humana e o convívio social, em certas condições, são ameaçados pela degradação moral engendrada pelo consumo de certas substâncias. E se a “droga” em questão for o *crack*, a sobreposição da “cultura” sobre a “natureza” fica ainda mais “desequilibrada”. A “fala” seguinte é representativa dessa ideia:

*A pessoa pode ser uma pessoa ótima, se ela usa crack – que é um negócio que age rápido e que ela precisa – talvez ela não roubaria se ela não estivesse na dependência, mas se ela está, ela vai fazer, vai querer. Eu conheço pessoas que passaram por um grau de dependência que eu acredito que não fariam se não tivessem dependentes da droga. (Kátia Flávia)*

O descontrole, para os pesquisados, pode envolver as práticas com “drogas” e se tornar ainda mais problemático quando distancia o consumidor das instituições familiares ou educacionais. Nessa perspectiva, o uso indevido de substâncias pode ser tão extremo que se torna uma prática antissocial, um prazer solitário e artificial, como indica Cássia:

*Eu acho que o maior problema da droga é te desabilitar (...) pro convívio para a sua família. (...) Porque as famílias que tem caras, pessoas, que usam drogas e fazem uso abusivo... eles acabam sofrendo mais porque você perde o contato com aquela pessoa, ela passa a viver num universo paralelo.*

Em suma, as “drogas”, de acordo com os pesquisados, podem tanto conferir humanidade quanto desumanidade a um sujeito, bem como podem acionar tanto danos morais quanto individuais. O sentido que o uso de “substâncias que alteram” carrega – se potencializador de sensações, se antissocial ou se imoral – está articulado a noções fundantes para os modos ocidentais de existência, como por exemplo: a separação do estatuto humano em dimensões culturais e naturais arranjadas num complexo equilíbrio em que o fiel da balança<sup>55</sup> é a disciplina ou o autocontrole dos aspectos morais sobre as pulsões inatas.

### 3.4 (DES)CONTROLE E VÍCIO NO USO DE “DROGAS”

Os consensos e práticas dos interlocutores aqui focados merecem ser vistos menos como estáveis e autorreferenciáveis e mais como partícipes de um constante processo de (re)invenção dos próprios sujeitos. O curso de oficinas e o grupo focal são mais uma força transformadora, assim espero, no meio de tantas outras práticas sociais em que os sujeitos se envolvem. Tento não enxergar as mudanças ou permanências de forma estanque (antes e depois das oficinas), mas entendê-las como um processo de idas e vindas, transformações e retomadas, convenção e criação.

A análise dos enunciados passa necessariamente, portanto, pela consideração de sua polifonia (Fischer, 2001, p. 207), da existência de diversas vozes em sua formação. Há que se levar em conta a relação dos discursos aqui levantados com outras formações discursivas, outros processos de significação e atualização simbólica que vai além da participação dos sujeitos no curso de oficinas. Entendo que as entrevistas são uma população de enunciados únicos (confluentes por tratarem do mesmo objeto, o “fenômeno das drogas”), mas que obedecem à certa regulação de produção e carregam múltiplos condicionantes que o tornam possível de ser dito como uma verdade.

O que é possível apreender desse *corpus* de dados é a articulação de diversas categorias (*controle, consciência, vício*) apropriadas de outros níveis do discurso e acionadas na significação de práticas e na formulação de valores. O sujeito falante é um adensamento de inúmeras outras falas, é amparado por diversas práticas discursivas que são concretizadas através dele. Ou seja, são pontos no complexo emaranhado discursivo, eles amarram e objetificam a trama a sua volta ao mesmo tempo em que a transformam, recriam e a subvertem. Dessa forma, padrões de uso e seus significados atualizam práticas discursivas médicas e jurídicas, que, por sua vez, retomam valores maiores do modo de vida ocidental (Humano, Razão, Moral).

A categoria central utilizada por todos os interlocutores de pesquisa é a do controle, ou seu inverso, o descontrole. A abrangência do (des)controle a todos os entrevistados pode ser apreendida através dos seguintes enunciados: “O crack é foda. É barato e a pessoa vicia muito rápido e aí ela perde o controle sobre ela mesma” (Cássia); “Eu achei que a cola é a coisa mais louca

*do mundo. É muito forte, é incontrolável. Nunca mais quis*” (Estamira); *“Eu curto beber, eu curto chapar. Mas eu não quero que isso impeça que eu faça as minhas coisas. Isso acaba impedindo se você se descontrolar, acaba impedindo*” (Kátia Flávia); *“O álcool sempre me dava um momento de euforia que eu tentava potencializar tanto que acabava virando uma coisa incontrolável”* (Herbsman) e *“Não que de repente você se divertindo ou usando [álcool] como diversão não possa perder o controle”* (Ana).

O que chama atenção nessas “falas” é o potencial articulador da categoria (des)controle. Ao mesmo tempo um valor que remete à agência do sujeito sobre si próprio, ou melhor, à disciplinarização das experiências corpóreas através de consensos morais; e também um índice que marca a fronteira entre o uso saudável e o uso indevido de “drogas”. Assim, essa categoria é um ponto aglutinador de valores e práticas: *diversão, euforia, impedimento, loucura, vício*.

Como afirmado anteriormente, o consumo não medicamentoso de psicotrópicos põe em jogo formas de subjetivação que passam pela intensificação do momento, do corpo e da relação com o mundo (Vargas, 2001). Porém, de acordo com os interlocutores dessa pesquisa, a intensidade deve ser balizada por certas técnicas corpóreas. As experiências intensivas com “substâncias que alteram” não devem ser nem aquém nem além do esperado. Nessa perspectiva, o controle pode ser visto como uma forma de poder, no sentido foucaultiano do termo, que ao mesmo tempo em que limita os perigos das experiências intensivas, também cria espaços, instantes e corpos onde elas se expressam e se materializam.

O (des)controle permeia a relação entre o consumo de substâncias psicoativas e o corpo. Quando Ana relata sua experiência com o álcool, ela diz que aprendeu a controlar seus efeitos indesejados, como, por exemplo, a sensação de “sair do corpo” provocada pela embriaguez. Nas palavras dela:

*Eu aprendi a controlar o álcool por isso. A galera fala: “Eu gosto de me curtir. Parece que eu não estou aqui, estou em outra dimensão”. Eu não gosto disso. Eu sou muito chata nesse sentido. Eu gosto de ter os pés no chão, eu estou aqui, eu sou daqui. Não gosto de viajar.*

Ou ainda: *“Mas eu não gosto dessa sensação de sair do corpo. Parece que você está fora, você consegue se ver fazendo aquilo, mas você não tem controle, perdeu o controle. Eu tenho muito medo de perder o controle, não gosto”*. É possível compreender que o controle da experiência com psicotrópicos se exerce na quantidade de consumo e nas sensações advindas desse consumo. Além disso, Ana parece confeccionar um ideal de pessoa a partir do equilíbrio ativo entre *“ter os pés no chão”* e *“estar fora”*. O que, de certa forma, contradiz as explicações que entendem o consumo de “drogas” apenas como uma fuga da realidade.

A noção de pessoa acionada nesses enunciados carrega dimensões materiais e imateriais, na medida em que a entrevistada entende que é possível transcender o próprio corpo através do consumo de álcool, e ainda assim, estar de posse de suas características intelectuais (*“Parece que você está fora, você consegue se ver fazendo aquilo...”*). Entendo que isso é um índice da atualização do discurso psicológico freudiano que separa o indivíduo em diversos níveis de consciência. Segundo Duarte, essa fragmentação do sujeito é reflexo da tentativa da Modernidade de separar Razão e Religião. Nas palavras do autor:

E esse parece ser realmente o modelo mais abstrato da especificidade do moderno: um mundo recortado por uma fragmentação em sujeitos autônomos individualizados, que trazem em seu íntimo todos os atributos da identidade legítima (sobretudo a Razão) e que pensam o seu estar no mundo também dividido em múltiplas esferas de ‘comportamento’ (Duarte, 1983, p. 4).

Todavia, esse descentramento de si também rompe parcialmente com a concepção de indivíduo autocontido e intransponível. *“Parece que eu não estou em mim, eu estou me vendo e está distante, eu sou outra pessoa”* (Ana). O sentido que a interlocutora dá a sua experiência com “substâncias que alteram”, nesse ponto, retoma e inverte a noção moderna de indivíduo.

Outra articulação que a categoria (des)controle propõe na “fala” dos pesquisados é com o vício: *“Antes eu falava: ‘eu me controlo’, mas agora eu não me controlo mais não. Eu falei isso esses dias pro meu namorado, eu falei: ‘acho que eu viquei em cigarro’. Mesmo agora. Posso dizer que eu preciso de nicotina”* (Estamira). Nesse sentido, o controle também se refere à habilidade

de lidar com os períodos abstinentes. Se o consumidor for capaz de não reincidir no uso em momentos considerados inoportunos, apesar de sentir vontade para tal, então ele é considerado um consumidor controlado.

Esse enunciado de Estamira também toma para si uma noção de “eu” ancorada, entre outras coisas, num corpo biológico. Quando ela diz “*precisar*” de “*nicotina*”, a interlocutora operacionaliza com o discurso médico que privilegia processos fisiológicos e neuroquímicos para dizer algo sobre a sua experiência com a “droga”. Assim, o léxico que torna possível esse enunciado parte da visão substancialista dos psicotrópicos. É como se Estamira projetasse suas necessidades, desejos e vontades do consumo de tabaco para seu sistema nervoso, tornando-o sujeito e protagonista de seu padrão de uso.

Essa visão também pode ser apreendida na seguinte “fala”: “*Eu quando fico sem chá<sup>56</sup>, meu intestino não funciona muito e eu fico estressado. Que é meu sistema nervoso (...) alterado*” (Herbsman). Esse enunciado supõe o recente desdobramento neurocêntrico da medicina (Azize, 2010). Nessa perspectiva, o sistema nervoso e, mais especificamente, o cérebro se tornam sujeitos dotados de vontade e desejo. Nesse caso, seria o corpo – ente fisiológico – que demandaria a “droga” – veículo de substâncias químicas e “prazeres artificiais”. Além disso, pode-se supor, a partir da análise do conjunto das entrevistas, que os termos “dependência” e “*fissura*” são mais relacionados às dimensões do que se convencionou chamar de dependência física e os termos “vício” e “hábito” ligados à dependência psicológica<sup>57</sup>. Os psicotrópicos, nesse sentido, seriam suportes para uma relação intercambiante entre subjetividade e objetividade.

Retomando a ideia do *homo duplex* – que divide a condição humana entre processos naturais e culturais – os pesquisados entendem o corpo, como ente biológico e físico, ligado à dimensão do não produzido, do natural e do incivilizado, assim *dependência* e *fissura* são elementos constitutivos do descontrole e da desrazão. Por isso, Kátia Flávia não coincide em sua “fala” vício e descontrole: “*Eu posso ser viciada, mas eu ainda tenho um controle*”. A interlocutora de pesquisa se propõe a controlar seu vício, racionalizá-lo de modo a inseri-lo em suas atividades cotidianas. Dessa forma, controle também remete à capacidade de cumprir com seus papéis sociais vigentes, bem como

pode ser visto como uma forma de proteção. Esses elementos são percebidos nas “falas” a seguir:

Eu curto beber, eu curto chapar. Mas eu não quero que isso impeça que eu faça as minhas coisas. Isso acaba impedindo se você se descontrolar, acaba impedindo. (...) Não quero deixar de fazer minhas coisas. Eu me considero uma pessoa bem responsável, apesar de ser chapada, de querer estar na loucura, jamais eu deixaria de pagar minhas contas no dia, jamais eu vou deixar de fazer a minha parte na casa. (Kátia Flávia)

Perder o controle pra mim, é eu tentar me governar pra fazer alguma coisa e não conseguir. Tentar ir embora e não dar conta porque eu estou bêbada ou tentar... pra mulher é foda. (...) A primeira coisa que acontece é você se foder e no outro dia acordar grávida. Quem é o cara, né? Tenho muito medo disso. Então, não sei se consciente ou inconscientemente eu sempre paro quando eu estou perdendo o meu controle. (Cássia)

A relação entre vício e descumprimento de posicionamentos éticos ou morais fica ainda mais evidente quando se trata na “fala” de Herbsman: *“E eu não tenho problema de vício, tá ligado? Não tiro dinheiro de casa pra comprar nada. Compro chá, mas se eu tenho dinheiro. Eu não fico duro, não deixo de comprar fralda porque eu fui lá comprar um chá”*. “Vício” e “problema com vício” são coisas distintas, porém relacionadas. Num outro momento da entrevista de Herbsman, ele admite ser viciado em maconha, porém não vê isso como um problema por não ter ultrapassado seus valores morais para “sustentar” seu consumo.

Há que se destacar que o uso abusivo ou dependente de substâncias, para os pesquisados, está pouco relacionado às características ou efeitos fisiológicos da “droga” ou ainda, como sugere Jaffe (1987) *“a um padrão comportamental de uso de drogas, caracterizado por envolvimento surpreendente com o emprego de cada substância (utilização compulsiva), a certeza de sua disponibilidade e grande tendência a recidivar após um período de abstinência”* (apud Vargas, 2001, p. 89). Para os interlocutores dessa pesquisa, o que é levado em consideração é a capacidade do consumidor em gerir seu corpo, seus sentimentos e sua experiência com a substância de tal modo que o consumo não produza comportamentos desaprováveis. Afirmação confirmada por Kátia Flávia: *“Eu tento ao máximo levar os meus princípios pra*

*mim, independente do meu vício. O meu vício é a bebida. Adoro beber, adoro cerveja*<sup>58</sup>.

Em síntese, os interlocutores de pesquisa operam com um vocabulário explicitamente moral para avaliar a situação de *vício*, em contrapartida quando falam do uso controlado de psicotrópicos se referem mais aos discursos médicos e psicanalíticos, se apropriam e transformam esse léxico ao ressignificar uso dependente em uso descontrolado, ao diferirem o *vício* do *problema com o vício*.

A partir desse capítulo pude compreender que as “substâncias que alteram”, enquanto ferramentas de controle das sensações indesejáveis (tais como, dor, tristeza, sono, desconcentração etc.) e estímulo – ou criação? – daquelas desejáveis (prazer, alegria, disposição, concentração etc.), dá aos sujeitos que se servem delas a possibilidade de agir sobre si mesmos e, se o uso é não medicamentoso, os liberta de uma prática discursiva hegemonicamente estabelecida, a medicina. Contudo, justamente por ter o potencial transformador, disciplinador e libertador o uso de psicotrópicos pode fugir ao controle, pode produzir corpos e subjetividades não planejados ou perturbadores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema desse estudo se resume à análise da incidência e modificação *sobre e pelos* sujeitos dos grandes discursos médico, jurídico e científico que envolvem o “fenômeno das drogas”. A produção, a distribuição e o consumo de “substâncias que alteram” acompanha a humanidade a incontáveis séculos, mas é recente a partilha moral que classifica as substâncias em lícitas ou ilícitas por sua possível utilização nas práticas terapêuticas médicas. Esse dispositivo se condensa em divisões geopolíticas, ações militares, políticas sanitárias, práticas pedagógicas e no próprio consumo cotidiano de “drogas” pelos sujeitos.

A hipótese que levantei inicialmente através da leitura dos principais teóricos sobre o assunto – a articulação entre as práticas discursivas médicas e jurídicas na assimetria política sobre as “drogas” – se mostrou acertada, porém não em sua totalidade. Afinal, os sujeitos pesquisados deslocam o vocabulário médico e/ou psiquiátrico para dar sentido às suas experiências com substâncias psicoativas, porém o fazem de maneira menos evidente com o discurso jurídico. Este apenas aparece sob a forma do respeito aos valores morais ou papéis sociais de cada sujeito.

Para realizar esse trabalho encontrei algumas dificuldades devido à formulação do campo de pesquisa e minha proximidade com ele. Através da surpreendente evasão dos oficinasandos que estavam mais distante do meu círculo social, os pesquisados assumiram uma configuração muito coesa. Além disso, a dupla função pesquisador e educador ofereceu complicações para produzir o estranhamento. Pretendi superar esses obstáculos através da eleição de diversas técnicas de coleta de “dados”, tais como: dinâmicas de sensibilização durante as oficinas, grupo focal e entrevistas em profundidade.

A análise dos enunciados dos interlocutores de pesquisa revelou que o consumo de “drogas” é entendido como uma forma de potencializar certas sensações, experiências e comportamentos, o que pode incluir aspectos negativos e positivos da condição humana. Assim, as “substâncias que alteram” são relacionadas à inversão da hierarquia do corpo sobre a mente (e suas dicotomias correlatas: natureza/cultura, paixão/razão, natural/artificial). Entendo que é nesse sentido que os interlocutores veem como perigosa a

perda de controle, pois se referem justamente ao (des)comedimento das pulsões pela racionalidade.

O presente trabalho não é conclusivo em diversos pontos, apenas indicando caminhos a serem perseguidos em pesquisas futuras. Porém, ao articular os diferentes níveis discursivos responsáveis por formar o “fenômeno das drogas”, considero que contribui para um olhar mais atento aos sujeitos que o agenciam em suas práticas. Esse deslocamento do foco analítico pode indicar pistas para uma compreensão que esteja atenta à complexidade desse processo e, assim, confeccionar políticas menos centradas na substância em si e mais nos sujeitos históricos que se relacionam com elas.

## NOTAS

<sup>1</sup> Nesse trabalho utilizaremos o termo “droga” (entre aspas) para indicar a arbitrariedade de sua definição, já que, conforme é discutido, o conjunto de substância que convencionamos chamar de “droga” passou por um corte moral, durante o século XX, que divide aquelas substâncias de uso permitido e aquelas de uso não permitido. Além disso, é preciso estar atento para a carga valorativa que o termo carrega. Procuro operar com esse conceito ultrapassando a divisão lícito/ilícito, bem como sua conotação pejorativa. Durante este texto tomaremos como sinônimos, a despeito de suas diferenças semânticas, as palavras “droga”, substâncias psicoativas e psicotrópicos. O termo psicotrópico está relacionado à atração – tropismo – que uma dada substância tem pelo cérebro – psique. O termo substância psicoativa indica que a atividade bioquímica da substância está localizada preferencialmente no sistema nervoso central e periférico (Carneiro, 2005a; Mansur e Carlini, 2004). Nesse sentido, a expressão sinônima possível também utilizada é: “substâncias que alteram”. Essa convenção não é usada nas citações nem nas “falas” dos interlocutores de pesquisa, respeitando o sentido “original” em que o termo é empregado.

<sup>2</sup> Inscreveram-se trinta professores de Sociologia no Ensino Médio e alguns licenciandos em Ciências Sociais e História, dos quais quinze efetivamente participaram e apenas seis chegaram ao fim do curso (desses, cinco eram graduandos). Essas oficinas fazem parte de um percurso mais longo de atuação docente. Os meandros e trajetórias serão melhor explorados no Capítulo 2.

<sup>3</sup> Utilizamos esse termo para caracterizar os professores e estudantes que participaram das oficinas em oposição ao termo “oficineiro”, que é aquele que coordena as atividades do curso

<sup>4</sup> É pressuposto basilar deste trabalho a existência de um desnivelamento discursivo em nossa sociedade. Por enquanto basta saber que uma das formas de interdição do discurso é feito a partir da força que grandes discursos exercem sobre as falas e enunciados cotidianos. No Capítulo 2 esse pressuposto é melhor problematizado.

<sup>5</sup> Discurso neste trabalho é compreendido através da perspectiva foucaultiana. Michel Foucault (1996, 1999, 2007) conceitua discurso de diferentes maneiras, porém, por enquanto basta saber que: “*Teria chegado o momento de considerar esses fatos de discurso, não mais simplesmente sob seu aspecto linguístico, mas, de certa forma – e aqui me inspiro nas pesquisas realizadas pelos anglo-americanos – como jogos (games), jogos estratégicos, de ação e reação, de pergunta e de resposta, de dominação e de esquiva, como também luta. O discurso é esse conjunto regular de fatos linguísticos em determinado nível, e polêmicos e estratégicos em outro*” (Foucault, 1999, p. 9). Assim a compreensão aqui acionada de discurso perpassa pelo embate, pelo jogo político, pela constituição de relações de poder, pelo conjunto complexo de enunciados. Essas (in)definições serão melhor tratadas no segundo capítulo do trabalho.

<sup>6</sup> De acordo com Roberto Machado, poder pode ser compreendido da seguinte maneira: “*O interessante da análise é justamente que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras. Daí a importância e polêmica idéia de que o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram aliados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem práticas ou relações de poder*” (Machado, 1979, p. 14)

<sup>7</sup> Esse desafio teórico-metodológico da dupla ação no campo, pesquisador/ educador, foi tema central do meu relatório de Iniciação Científica de 2012.

<sup>8</sup> Esse evento é minuciosamente descrito e analisado no trabalho de conclusão de curso da Bacharel em Ciências Sociais Paula C. de Melo Viana (2010).

<sup>9</sup> No artigo “‘Drogas’ em sala de aula: uma análise discursiva relacional”, apresentado como requisito para obtenção do grau de licenciado em Ciências Sociais (UEL), foram abordadas tais docências para entender como os estudantes representavam ou significavam as “drogas”. Pude perceber que estes fazem uma relação de causalidade entre uso de substâncias ilícitas

---

com o vício e a morte. Assim, o que ficou claro nesse estudo é a personificação do mal (Zaluar, 2004, p. 38) que as “drogas” condicionam no imaginário dos jovens em questão.

<sup>10</sup> Constei também com o apoio teórico e logístico do Laboratório de Ensino, Extensão e Pesquisa de Sociologia (LENPES), do Grupo de Estudos e Extensão sobre Materiais Didáticos de Sociologia (GEEMAS) e do Grupo de Pesquisa Corpos e Tecno-máquinas, todos da UEL; e também com o incentivo financeiro do CNPq sob a forma de bolsa de Iniciação Científica.

<sup>11</sup> Por prática discursiva entendo: “As práticas discursivas caracterizam-se pelo recorte de um campo de projetos, pela definição de uma perspectiva legítima para o sujeito do conhecimento, pela fixação de normas para a elaboração de conceitos e teorias. Cada uma delas supõe, então, um jogo de prescrições que determinam exclusões e escolhas. (...) Ocorre com mais frequência de uma prática discursiva reunir diversas disciplinas ou ciências, ou ainda de ela atravessar um determinado número dentre elas e de reagrupar numa unidade, por vezes não aparente. (...) As práticas discursivas não são pura e simplesmente modos de fabricação de discursos. Ganham corpo em conjuntos técnicos, em instituições, em esquemas de comportamento, em tipos de transmissão e difusão, em formas pedagógicas, que ao mesmo tempo as impõe e mantém” (Foucault, 1977, p. 11-12 *apud* Costa, 2007, p. 15)

<sup>12</sup> Dispositivo é um conceito foucaultiano para caracterizar agenciamentos coletivos que perpassam todas as dimensões sociais, sem se fixar em nenhum ponto em específico, fazendo a mediação entre os agentes. Perlongher (1987 *apud* Vargas, 2002, p. 211) entende que, assim como a sexualidade, as drogas sofrem processos ambíguos: tanto de incitação quanto de repressão. Essa seria uma das principais características das políticas sobre drogas da atualidade.

<sup>13</sup> A Redução de Danos (RD) é uma política pública com diretrizes internacionais que, atualmente, concatena diversas áreas do conhecimento: Saúde Pública, Ciências Sociais, Psicologia, Assistência Social. Em linhas gerais, essa perspectiva entende que a abstinência não deve ser o único objetivo no tratamento do abuso de drogas. Nas páginas 27 e 28 o termo é melhor definido.

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://www.unodc.org>>

<sup>15</sup> Disponível em: <<http://www.pol.org.br>>.

<sup>16</sup> Apesar de considerar que o termo “prevenção” carrega pressuposições higienistas e reducionistas acerca do modelo de tratamento que os consumidores abusivos de psicotrópicos devem receber, não consegui encontrar outro conceito que melhor se adéqua as concepções deste trabalho.

<sup>17</sup> Essa afirmação merece uma análise mais rica de nuances, afinal as Ciências Humanas se constituem por feixes teóricos com contradições, conflitos e tensões epistemológicas dentro de si. Além disso, outras áreas do conhecimento, como a Saúde Coletiva, Psicologia, Ciências Biomédicas, têm se preocupado com essa temática, produzindo um vasto campo de conflitos teóricos. No Capítulo 1 procuro mapear um dos diversos conflitos que os estudos sobre as drogas possuem.

<sup>18</sup> Para a história da escalada proibicionista sobre maconha nos EUA, a partir de uma perspectiva política e institucional, ver o documentário “GRASS – Maconha”. Disponível na internet.

<sup>19</sup> “Any substance that, when taken into living organism, may modify its perception, mood, cognition behavior or motor function. This distinction includes alcohol, tobacco and solvents and excludes medicinal, non-psychoactive substances”.

<sup>20</sup> Em sua tese Rogério Azize afirma que o discurso neurocientífico vem ganhando destaque nas práticas terapêuticas ocidentais. Assim, entende-se que o cérebro é o órgão central na integração dos sistemas fisiológicos do organismo. “Sujeito”, “pessoa” e “indivíduo” seriam coincidentes ao cérebro ou ainda epifenômenos bioquímicos deste órgão. O cerebralismo, como aponta o autor, apresenta-se como mais um rearranjo das dualidades natureza/cultura, vida/não-vida, corpo/mente (Azize, 2010).

<sup>21</sup> Essa publicização indevida dos efeitos das “drogas”, entre os interlocutores de pesquisa, é conhecida como “*dar pala*”: entendida como *indiscrição* dos efeitos dos psicotrópicos.

---

<sup>22</sup> Para isso ver: <<http://coletivodar.org/2012/05/em-nome-do-combate-ao-crack-forca-nacional-ocupa-morro-e-interna-70/>> e <<http://coletivodar.org/2012/01/sexta-feira-13-na-cracolandia-e-marcada-por-retorno-de-usuarios-e-confrontos-com-a-pm/>>.

<sup>23</sup> Sobre isso, ver também: Capote (2012).

<sup>24</sup> Levantamento realizado por ocasião do relatório de minha Iniciação Científica anterior.

<sup>25</sup> Essa forma de entender o consumo se assenta num conjunto de teóricos que privilegiam o consumo enquanto produtor de marcadores de diferença, de estilos de vida e de sistema de troca simbólica, paralelamente ao caráter hedonista e alienante que o consumo assume dentro da lógica capitalista (Featherstone, 1995; Douglas e Isherwood 2004).

<sup>26</sup> A incidência dos movimentos históricos e econômicos do capitalismo sobre a produção e comércio das drogas é apontada por Ney Jansen Ferreira Neto (2007). Apesar de discordante em muitos pontos das reflexões que empreendo aqui, os argumentos do autor são preciosos para o olhar sobre o “fenômeno das drogas” a partir da luta de classes.

<sup>27</sup> Afirimo isso no seguinte sentido: “*Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar*” (Foucault, 1996, p. 9-10).

<sup>28</sup> A separação dos artigos entre as áreas de conhecimento foi fornecida pelo próprio site.

<sup>29</sup> Ou também denominada fisicalista, patológica ou naturalista.

<sup>30</sup> Uma reflexão que opere com um corte classista pode evidenciar que a diferenciação entre consumidor e comerciante de drogas de uso ilícito aprofunda a marginalização das minorias econômicas e étnicas. Assim, sujeitos negros ou das classes subalternas geralmente são vistos como traficantes, portanto criminosos; os das classes dominantes são tratados como “usuários”, doentes ou vítimas da ação maléfica do “fenômeno das drogas”. Sobre isso, ver: Medeiros (2008), Oliveira (2011), Broz (2011), Nascimento (2006).

<sup>31</sup> Seria interessante investigar até que ponto existe uma articulação entre esse paradigma biomédico que considera o consumidor abusivo de “droga” à mercê da substância, perdendo sua racionalidade e vontade própria, com o caráter marcadamente paternalista e autoritário da maioria das políticas públicas voltadas à redução de oferta e demanda de substâncias de uso ilícito.

<sup>32</sup> Talvez o que o consumo de “drogas” agencie seja uma visão de corpo aberta para além dos limites da pele, evidenciando a fluidez dos sujeitos. Concepção que está radicalmente contrária aos paradigmas mais tradicionais da biomedicina.

<sup>33</sup> Através do mapeamento dos paradigmas das Ciências Sociais que Eduardo Viveiros de Castro (2002) faz, é possível dizer que a visão fisicalista atualiza uma interpretação biológica da sociedade: em que a motivação para o agrupamento humano estaria previsto ou no código de DNA ou nos instintos acumulados filogeneticamente e estimulados ontologicamente. Dentro desse paradigma, é justificável que explicações biossociológicas (ou somáticas) sejam privilegiadas, na medida em que estas enfatizam a base biológica de nossas ações. Assim, a etiologia do uso e abuso das “drogas” estaria na predisposição genética ou em alguma anormalidade fisiológica. Também fica inteligível, a partir disso, a centralidade que o corpo (enquanto anatomia) e a substância (enquanto estoque de propriedades químicas) tomam nessa visão. Ou seja, ao se basear na noção de sociedade como uma condição filogeneticamente universal, os motivos ou origens da percepção e afeto humanos estariam nos processos biológicos, que, em última instância, são físico-químicos.

<sup>34</sup> Sobre esse último aspecto ver: Howard Becker (1999), Gilberto Velho (1997), Vazques e Stolkiner (2009).

<sup>35</sup> Para um histórico do surgimento dessa política e de seus fundamentos filosóficos, ver: Domanico (2006), Nardi e Rigoni (2005). E sobre as apropriações da Redução de Danos pelos diversos agentes terapêuticos no Brasil, ver: Santos et. al. (2010).

<sup>36</sup> Há que se fazer uma ressalva. O recurso retórico utilizado nessa afirmação dá a entender uma homogeneidade das corrente teórico-metodológicas citadas, porém compreendo a imensa diversidade interna das disciplinas apontadas

<sup>37</sup> Sobre isso, ver: <<http://torturra.wordpress.com/2011/05/22/nao-somos-conduzidos-conduzimos/>>.

<sup>38</sup> Valeria uma reflexão o fato de que o governador do estado de São Paulo, responsável pelas ações da Polícia Militar naquele evento (na medida em que a força policial militar está subordinada ao estado através da Secretaria de Segurança Pública), em 2011 era o Geraldo Alckmin, cujo o partido é o mesmo do ex-presidente FHC, o PSDB. Apesar da aliança política, os dois ocupam posições extremamente opostas dentro da discussão acerca da descriminalização.

<sup>39</sup> Refiro-me àqueles que se mantiveram presentes durante todo o percurso da pesquisa e das oficinas.

<sup>40</sup> Tomo o conceito foucaultiano de resistência a partir da leitura de Roberto Machado: “*E esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não possam ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder. Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças. E como onde há poder, há resistência, não existe propriamente o lugar de resistência por toda a estrutura social*” (Machado, 1979, p. 14).

<sup>41</sup> Porém, as oficinas sempre apresentavam um fluxo inconstante de participantes. Das quinze pessoas que efetivaram suas inscrições, apenas dez compareceram no primeiro dia e, durante o decorrer do curso, a metade dos opinandos desistiram. Além disso, contávamos, não raro, com a presença de pessoas próximas aos participantes que iam um dia apenas para conhecer e não voltavam mais. Sempre deixei claro que todos eram bem-vindos, mas a assiduidade devia ser valorizada para a construção de um processo de ensino/aprendizagem satisfatório.

<sup>42</sup> Ricardo Cid Fernandes avança na discussão das consequências da aplicação do conhecimento antropológico em laudos periciais. O autor afirma que, no Brasil, o interesse das empresas em contratar antropólogos é que este, a partir de seu arcabouço teórico-metodológico, possa fornecer respostas às exigências de governos e instituições. Fernandes complementa: “*É exatamente isso que se espera: um ‘produto’ com inabalável objetividade, capaz de compor, ao lado de outros ‘produtos’, a grande obra do licenciamento – nada mais do que um ‘produto’ para satisfazer o cliente*” (Fernandes, 2005, p. 196).

<sup>43</sup> Entendo que os opinandos evadidos também desistiram de participar do processo de pesquisa já que, desde o início, tentei deixar claro o duplo papel de minha relação com eles. De maneira que não os busquei para realização do grupo focal e das entrevistas, contudo reconheço que traria maior riqueza de compreensão para esse trabalho a análise dos discursos desses interlocutores.

<sup>44</sup> Esse termo vem de *bad trip*, ou seja, viagem ruim. Faz referência aos efeitos desagradáveis e não desejados de uma determinada substância. Porém, a partir da fala do pesquisado e de outras observações, é possível assumir que o termo *bad* ganhou uma abrangência maior e passa a referenciar, como um todo, situações, acontecimentos e experiências desagradáveis ou perturbadoras.

<sup>45</sup> Utilizo o termo genérico “entrevistador” porque quando o faço não me refiro apenas a minha ação de entrevistar. Fui auxiliado por outro pesquisador, também da área da Antropologia do Consumo de Substâncias Psicoativas, para entrevistar um dos interlocutores de pesquisa, minha companheira.

<sup>46</sup> Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br>>.

<sup>47</sup> Vereda, segundo o dicionário Aurélio: “(1) *Caminho estreito*/ (2) *Caminho secundário que permite encurtar caminho ou chegar mais rapidamente*./ (3) *Rumo; direção*./ (4) *Ocasão*;

*momento./ (5) Agrupamento de matas cercadas de campo./ (6) Local com boas condições para agricultura. (7) de vereda: logo, imediatamente*". Tomo aqui o termo conotativamente como uma trilha cheia de atalhos e curvas labirínticas que permite que os significados, categorias nativas, conceitos e jogos de verdade sejam perseguidos. Disponível em: < <http://www.webdicionario.com/vereda>>.

<sup>48</sup> A conjugação entre o consumo de álcool e outras "drogas" com a violência é aprofundada em Minayo (1998).

<sup>49</sup> Essa ambiguidade entre as experiências com as substâncias psicoativas também é encontrada entre os interlocutores de pesquisa de Carla Pagnossim (2012).

<sup>50</sup> *Vício* é uma categoria com fronteiras semânticas amplas e pode representar algumas situações ou relações com a substância: relativa à frequência de uso ou o grau de envolvimento com a "droga", ao afrouxamento de laços sociais e familiares do consumidor, à desabilitação para o cumprimento de papéis sociais vigentes ou às consequências fisiológicas e/ou psicológicas e/ou sociais do uso abusivo de psicotrópicos.

<sup>51</sup> Suposição que se mostrou acertada na medida em que a trajetória de vida imaginada por Ana é muito semelhante com sua própria experiência com as "drogas". Em ambas as histórias, tanto a do personagem quanto a de sua criadora, o abuso de álcool é condicionante e condição de relações matrimoniais desfeitas. Isso fica claro através da comparação de trechos da narrativa feita pela Ana com sua entrevista. Excerto da entrevista: "...*meu tio ele tem problema com bebida, apesar de não admitir (...). Agora ele está se divorciando, a família entrou em pânico porque numa hora dessa, se ele resolver beber uma, duas, três ou quatro, ele não para nunca mais. (...) Ele já se divorciou de outra mulher por causa da bebida...*". Parte da narrativa imaginada: "*A bebida passou a ser um motivo de briga comum do casal. (...) Chegava em casa tarde e a briga sempre ocorria. Essas brigas passaram a ser mais um motivo para beber. Virou um ciclo: a bebida gerava briga e a briga gerava mais vontade de beber*". Outras semelhanças podem ser encontradas na íntegra da narrativa.

<sup>52</sup> Essa "fala" de Herbsman no grupo focal esteve relacionada à mudança de sentido que o pesquisado promoveu durante as oficinas. Segue o trecho completo: "(...) *foi muito interessante pra mim saber daquilo [transformações do termo "droga" durante a história], porque eu não sabia. Pra mim droga tinha mais a ver com coisa manipulada quimicamente, sempre tinha uma visão que ia por esse lado, apesar de nunca ter me aprofundado*."

<sup>53</sup> Esse saber, por sua vez, só pôde ser inserido "no verdadeiro" a partir da concepção de pessoa que separa de forma substantiva o corpo da mente, retomado pelo pensamento médico-científico sob diversas maneiras desde o século XV (Vargas, 2001, p. 124).

<sup>54</sup> No Debate Público da Política Estadual Sobre Drogas, 2012, Londrina.

<sup>55</sup> Fiel da balança é o ponteiro que indica o equilíbrio entre os dois pratos desta.

<sup>56</sup> Chá é uma referência à maconha. Esse é um elemento de análise interessante: a maconha tende a ser referenciada a algo próximo da natureza ou, de certa forma, se contrapondo de outras "drogas" consideradas mais "*químicas*" (como a cocaína, *ecstasy*, LSD, por exemplo)

<sup>57</sup> Esse aspecto pode é indicado na seguinte "fala" de Herbsman sobre a relação de sua mãe com o café: "(...) *se ela não tomar, ela fica com dor de cabeça. Então já vira um vício além de psicológico, a coisa do hábito de todo dia você querer fazer o movimento de tomar o café, dar aquela revigorada, fazer sua rotina. Ainda tem uma coisa física que ela fica com dor de cabeça*".

<sup>58</sup> Porém, quando se trata da avaliação do uso de outrem, principalmente quando envolve o consumo de *crack*, os julgamentos tendem a ser negativos e a desconsiderar a capacidade do sujeito em agenciar seu controle: "*Não sei se uma pessoa consegue ter uma relação saudável de controlar [o consumo de crack]*" (Ana) e "*O crack é foda. É barato e a pessoa vicia muito rápido e aí ela perde o controle sobre ela mesma*" (Cássia). Nessas "falas", descontrole, vício e doença parecem coincidir sobre a relação droga-sujeito. O que sugere a atualização do "pânico moral" (Domanico, 2006, p. 23) existente em torno do *crack* e seus consumidores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: UFPR, 2008.

AZIZE, Rogério Lopes. **A nova ordem cerebral**: a concepção de “pessoa” na difusão neurocientífica. 2010. 281 f. Tese (doutorado em Antropologia Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2010).

BARROS, André. É racista a criminalização da maconha no Brasil. **DAR – Desentorpecendo a Razão**. Disponível em: <<http://coletivodar.org/2011/05/e-racista-a-criminalizacao-da-maconha-no-brasil/>>. Acesso em: 25 de agosto de 2011.

BECKER, Howard. Consciência, poder e efeito da droga. In: \_\_\_\_\_. **Uma teoria da ação crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977

\_\_\_\_\_. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **I Levantamento Nacional sobre o Uso de Álcool, Tabaco e Outras Drogas entre Universitários das 27 Capitais Brasileiras**. Brasília: SENAD, 2010.

BRITO, Azenildo. **O desafio das drogas**: como vencê-lo. São Paulo: Casa Publicadora Brasileira, 1988.

BROZ, Mariana Álvarez. ¿Diferentes y/o desiguales? Un estudio sobre las representaciones televisivas de los usuarios de drogas. In: Reunião de Antropologia do Mercosul, 9, 2011, Curitiba, **Anais eletrônicos** da IX Reunião de Antropologia do Mercosul. Curitiba, 2011. Disponível em: <[http://www.sistemasmart.com.br/ram/arquivos/ram\\_GT05\\_Mariana\\_Alvarez\\_Broz.pdf](http://www.sistemasmart.com.br/ram/arquivos/ram_GT05_Mariana_Alvarez_Broz.pdf)>. Acesso em: 17 de maio de 2012.

CAMARA, Martial de Magalhães; TAMBELLINI, Anamaria Testa e ROSELLI-CRUZ, Amadeu. Trabalho, abuso de drogas e os aparelhos ideológicos de estado: um estudo com alunos do ensino médio e fundamental. **Physis**. 2010, vol.20, n.1, pp. 219-234. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v20n1/a12v20n1.pdf>>. Acesso em: 26 de agosto de 2011.

CANOLETTI, Bianca e SOARES, Cássia Baldini. Programas de prevenção ao consumo de drogas no Brasil: uma análise da produção científica de 1991 a 2001. **Interface (Botucatu)**. 2005, vol.9, n.16, pp. 115-129. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n16/v9n16a10.pdf>>. Acesso em: 26 de agosto de 2011.

CAPOTE, Salvador. CIA traficava drogas para financiar guerras. **Brasil de fato**, Brasil, 06 jun. 2012. Disponível em:

<<http://www.brasildefato.com.br/node/9765>>. Acesso em: 08 de junho de 2012.

CARNEIRO, Henrique. **A fabricação do vício**. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos, 2002a. Disponível em: <[http://www.neip.info/downloads/t\\_hen1.pdf](http://www.neip.info/downloads/t_hen1.pdf)>. Acesso em: 27 de agosto de 2011.

\_\_\_\_\_. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. **Outubro**. 2002b, vol. 6, pp. 115-128. Disponível em: <[http://www.neip.info/upd\\_blob/0000/672.pdf](http://www.neip.info/upd_blob/0000/672.pdf)>. Acesso em: 5 de junho de 2012.

\_\_\_\_\_. **Pequena enciclopédia da história das drogas e bebidas**: histórias e curiosidades sobre as mais variadas drogas e bebidas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005a.

\_\_\_\_\_. Transformações do significado da palavra “droga”: das especiarias coloniais ao proibicionismo contemporâneo. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; \_\_\_\_\_ (orgs.). **Álcool e drogas no história do Brasil**. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUCMinas, 2005b.

CARVALHO, Protásio. **A educação e os tóxicos**. Curitiba: Papelaria Requião, 1973.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relatório da 4ª inspeção nacional de Direitos Humanos**: locais de internação para usuários de drogas. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011.

COSTA, André Saldanha. **A regra da exceção**: poder soberano e biopolítica na “guerra às drogas”. 2007. 158 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

DA MATTA, Roberto. O ofício do entólogo ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson. **Aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DAYRELL, Juarez. **Múltiplos olhares sobre Educação e Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

DEBUS, Mary. **Manual para excelencia en la investigación mediante grupos focales**. Office of health and Office of education. Bureau for science and technology. Agency for international development, 1988.

DOMANICO, Andreas. **“Craqueiros e cracados: Bem-vindos ao mundo dos nórias!”** Estudo sobre a implementação de estratégias de redução de danos para usuários de crack nos cinco projetos-piloto do Brasil. 2006. 220f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

DOUGLAS, Mary e ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens**: para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

- DUARTE, Luiz Fernando Dias. Três ensaios sobre pessoa e modernidade. **Boletim do Museu Nacional**. 1983, n. 41, pp. 1-69.
- ELIAS, Norbet. **O processo civilizador, vol. 1: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.
- ESCOHOTADO, Antônio. **O livro das drogas: usos e abusos, preconceitos e desafios**. São Paulo: Dynamis, 1997.
- FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- FERNANDES, Ricardo Cid. Produto e processo: Desafios para o antropólogo na elaboração de laudos de impacto ambiental. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). **Laudos periciais antropológicos em debate**. Florianópolis: Co-edição NUER/ABA, 2005.
- FERREIRA, Violeta Martins e SOUSA FILHO, Edson A. de. Maconha e contexto familiar: um estudo psicossocial entre universitários do Rio de Janeiro. **Psicologia Social**. 2007, vol.19, n.1, pp. 52-60. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n1/a08v19n1.pdf>>. Acesso em: 26 de agosto de 2011.
- FERREIRA NETO, Ney Jansen. Drogas, imperialismo e luta de classe. **Revista Urutágua: revista acadêmica multidisciplinar**. Abr/mai/jun/jul 2007, n. 12, pp. 1-16. Disponível em: <<http://www.palestras.diversas.com.br/Nelson%20-%20Temas%20Diversos%20XIII/Drogas,%20Imperialismo%20e%20Luta%20de%20Classe.pdf>>.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, pp 197-223, UFRGS, Porto Alegre, n 114, pp 197-223, 2001.
- FIORE, Mauricio. Algumas reflexões a respeito dos discursos médicos sobre uso de "drogas". In: Encontro Anual da ANPOCS, 26, 2002, Caxambu. **Anais eletrônicos** da XXVI Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo, 2002.
- \_\_\_\_\_. A medicalização da questão do uso de drogas no Brasil: reflexões acerca de debates institucionais e jurídicos. In: CARNEIRO, Henrique e VENÂNCIO, Renato Pinto (orgs.). **Álcool e drogas na história do Brasil**. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUCMinas, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

- \_\_\_\_\_. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996.
- \_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: Nau, 1999.
- \_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIMENES, Gabriel de Freitas. As Construções de Campos: Relato de uma experiência com o Núcleo Londrinense de Redução de Danos. In: XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, 2009, Maceió. **Anais de trabalhos completos** do XV Encontro Nacional da ABRAPSO, 2009.
- GROSSI, Miriam Pillar. Na busca do “outro” encontra-se a “si mesmo”: repensando o trabalho de campo a partir da subjetividade do(a) antropólogo(a). In: \_\_\_\_\_ (org.). **Trabalho de campo e subjetividade.** Florianópolis: UFSC, 1992.
- HERER, Jack. In: \_\_\_\_\_. **Maconha, a erva sagrada.** Disponível em: <<http://maconhasagrada.blogspot.com/>>. Acesso em 27 de novembro de 2010.
- ILLICH, Ivan. **A expropriação da Saúde** – nêmesis da medicina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- KOPP, Pierre. **E economia da droga.** Bauru: EDUSC, 1998.
- MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MACRAE, Edward e VIDAL, Sergio. A resolução 196/96 e a imposição do modelo biomédico na pesquisa social: Dilemas éticos e metodológicos do antropólogo pesquisando o uso de substâncias psicoativas. **Revista de antropologia**, São Paulo, USP, 2006, v. 49, nº 2, pp. 645-666, 2006.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** 2002, vol.17, n.49, pp. 11-29. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n49/a02v1749.pdf>>. Acesso em: 17 de maio de 2012.
- MALHEIROS, Irene de Jesus Andrade e ALVES, Silvio. Uma proposta pedagógica sobre prevenção ao uso indevido de drogas. In: Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, 8., 2008, Curitiba. **Anais eletrônicos.** Curitiba: PUCPr, 2008. Disponível em: <[http://www.isad.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/923\\_956.pdf](http://www.isad.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/923_956.pdf)>. Acesso em: 26 de agosto de 2011.

- MANSUR, Jandira e CARLINI, Elisaldo. **Drogas:** subsídios para uma discussão. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MAUSS, Marcel. A expressão obrigatória dos sentimentos (rituais orais funerários australianos). In: \_\_\_\_\_. **Ensaio de Sociologia.** São Paulo: Perspectiva, 1981.
- \_\_\_\_\_. As técnicas corporais. In: \_\_\_\_\_. **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: USP, 1984.
- MESQUITA, Fábio; BASTOS, Francisco Inácio (orgs.). **Drogas e aids:** estratégias de redução de danos. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2011
- \_\_\_\_\_ e DESLANDES, Suely Ferreira. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. **Caderno Saúde Pública.** 1998, vol.14, n.1, pp. 35-42. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csp/v14n1/0123.pdf>>. Acesso em: 17 de agosto de 2011.
- NARDI, Henrique Caetano; RIGONI, Rafaela de Quadros. Marginalidade ou cidadania? A rede discursiva que configura o trabalho dos redutores de danos. **Psicologia em estudo.** 2005, vol.10, n.2, pp. 273-282. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a14.pdf>>. Acesso em: 01 de maio de 2011.
- NASCIMENTO, Ari Bassi. Uma visão crítica das políticas de descriminalização e de *patologização* do usuário de drogas. **Psicologia em estudo.** 2006, vol.11, n.1, pp. 185-190. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n1/v11n1a21.pdf>>. Acesso em: 26 de agosto de 2011.
- NERY FILHO, Antônio. Mesa de abertura. In: **Simpósio Nacional sobre Drogas:** notícias do campo, lei e movimentos sociais, 2010, Salvador, Bahia.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia.** 1996, vol. 39, n. 1, pp 13-37.
- OLMO, Rosa Del. **A face oculta da droga.** Rio de Janeiro: Revan, 1990.
- PAGNOSSIM, Carla Maria Canalle. **O corpo e o uso de substâncias psicoativas:** práticas e contextos de uso entre estudantes universitários(as). 2012. pp 155. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania. Conselho Estadual de Entorpecentes. **Manual de prevenção ao abuso de drogas pela educação.** Curitiba: Imprensa Oficial, 1996.

- PAULILO, Maria Ângela Silveira e JEOLÁS, Leila Sollberger. Jovens, drogas, risco e vulnerabilidade: aproximações teóricas. In: PARANÁ. Secretaria de Estado. Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educaionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. **Prevenção ao uso indevido de drogas**. Curitiba: SEED-PR, 2008.
- PRATTA, Elisângela Maria Machado e SANTOS, Manoel Antonio dos. Reflexões sobre as relações entre drogadição, adolescência e família: um estudo bibliográfico. **Estudos de psicologia (Natal)**. 2006, vol.11, n.3, pp. 315-322. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v11n3/09.pdf>>. Acesso em: 26 de agosto de 2011.
- REBOLLEDO, Néstor Ortiz e COSTA, Maria Cristina Silva. Significados y contradicciones del fenómeno de las drogas: drogas lícitas e ilícitas en Chile. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. 2005, vol.13, n.spe, pp. 903-911. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v13nspe/v13nspea19.pdf>>. Acesso em: 26 de agosto de 2011.
- RENA, Luiz Carlos Castello Branco. **Sexualidade e adolescência: as oficinas como prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- RITCHIE, Carson. **La búsqueda de las especias**. Madrid: Alianza, 1994.
- ROCHA, Luiz Carlos. **As drogas**. São Paulo: Ática, 1987.
- RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico: um esboço histórico. In: CARNEIRO, Henrique; VENÂNCIO, Renato Pinto (orgs.). **Álcool e drogas na história do Brasil**. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUCMinas, 2005.
- SALDARRIAGA, Jaime. Maconha ainda é a principal droga usada na América do Sul, mostra relatório. **Jornal de Londrina**. Londrina. 28 fev 2012. Disponível em: <<http://www.jornaldelondrina.com.br/brasil/conteudo.phtml?tl=1&id=1228097&tit=Maconha-ainda-e-principal-droga-usada-na-America-do-Sul-mostra-relatorio>>. Acesso em: 04 de abril de 2012.
- SANTOS, Vilmar Ezequiel dos; SOARES, Cássia Baldini; CAMPOS, Célia Maria Sivalli. Redução de danos: análise das concepções que orientam as práticas no Brasil. **Physis**. 2010, vol.20, n.3, pp. 995-1015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v20n3/v20n3a16.pdf>>. Acesso em: 23 de julho de 2011.
- SILVA, Ileizi. Fundamentos e metodologias do ensino de sociologia na educação básica. In: HANDFAS, Anita; OLIVEIRA, Luiz Fernandes (orgs.). **A sociologia vai à escola: história, ensino e docência**. Rio de Janeiro: Quartet, Faperj, 2009.

- SILVA, Elza Alves da; COSTA, José Marco da Silva; NASCIMENTO, Janaina Cipriano do; SILVA, Jerônimo Viegas da; CRISTINA, Vagna; ALVARENGA, Vanda Maria. Oficinas pedagógicas e a construção coletiva de um programa de prevenção ao uso de drogas nas escolas. In: Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 1, 2002, João Pessoa, **Anais eletrônicos** do I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Disponível em: <[http://www.prac.ufpb.br/anais/lcbeu\\_anais/anais/saude/drogasnaescola.pdf](http://www.prac.ufpb.br/anais/lcbeu_anais/anais/saude/drogasnaescola.pdf)>. Acesso em: 15 de maio de 2012.
- SOARES, Cássia Baldini e JACOBI, Pedro Roberto. Adolescentes, drogas e AIDS: avaliação de um programa de prevenção escolar. **Cadernos de Pesquisa**. 2000, n.109, pp. 213-237. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n109/n109a10.pdf>>. Acesso em: 23 de julho de 2011.
- SOARES, Luiz Eduardo. In: \_\_\_\_\_. **Luiz Eduardo Soares: A crise no Rio e o pastiche midiático**. Disponível em: <<http://luizeduardosoares.blogspot.com/2010/11/crise-no-rio-e-o-pastiche-midiatico.html>>. Acesso em: 27 de novembro de 2010.
- SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. **Tempo Social**, USP, São Paulo, vol. 5, 1993.
- THIOLLEN, Michel. O processo de entrevista. In: \_\_\_\_\_. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987.
- UNODC. **Word Drug Report**. Organização das Nações Unidas. 272 p. Disponível em: <[http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/WDR2011/World\\_Drug\\_Report\\_2011\\_ebook.pdf](http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/WDR2011/World_Drug_Report_2011_ebook.pdf)>. Acesso em: 09 de abril de 2012.
- VARGAS, Eduardo Viana. Os corpos intensivos: sobre o estatuto social do consumo de drogas legais e ilegais. In: DUARTE, Luis Fernando Dias (org.). **Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Entre a extensão e a intensidade: corporalidade, subjetivação e uso de "drogas"**. 2001. 600 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.
- \_\_\_\_\_. Por uma genealogia das 'drogas'. In: Encontro Anual da ANPOCS, 26, 2002, Caxambu. **Anais eletrônicos** da XXVI Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo: ANPOCS, 2002.
- \_\_\_\_\_. Uso de drogas: alter-ação como evento. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 49, nº 2, 2006.
- VAZQUEZ, Andrea e STOLKINER, Alicia. Procesos de estigma y exclusión en salud: Articulaciones entre estigmatización, derechos ciudadanos, uso de drogas y drogadependencia. **Anuario de investigaciones. (Facultad**

**de Psicologia UBA**). 2009, vol.16, pp. 295-303. Disponível em:  
<<http://www.scielo.org.ar/pdf/anuinv/v16/v16a28.pdf>>. Acesso em: 14 de maio de 2012.

VELHO, Gilberto. **Nobres & Anjos**: um estudo de tóxicos e hierarquia. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

VIANA, Paula Cristina Melo. **Drogas e Metodologia da Problematização**: limites e possibilidades no Ensino Médio. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina. 2010.

VIDAL, Sérgio. **A regulamentação do porte, cultivo e distribuição não-comercial de *Cannabis sativa***: um paradigma legal de Redução de Danos. Março de 2008. Disponível em:  
<[http://www.giesp.ffch.ufba.br/pesquisadores/sergio/tx\\_01.pdf](http://www.giesp.ffch.ufba.br/pesquisadores/sergio/tx_01.pdf)>. Acesso em: 10 de abril de 2012.

VILLELA, Wilza. **Oficinas de sexo mais seguro para mulheres**: abordagens metodológicas e de avaliação. São Paulo: NEPAIDS, 1996.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O conceito de sociedade em antropologia. In: \_\_\_\_\_. **A inconstância da alma selvagem** – e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

ZALUAR, Alba. Crime e diabo na terra de Deus. In: \_\_\_\_\_. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

## ANEXOS

### ANEXO A

#### Exercício da narrativa imaginária feito pela Ana

*“Começou na adolescência. Ele bebia porque era coisa de homem, porque todos os meus amigos bebiam. Quando começou a tomar seus primeiros porres, a mãe defendia. Sempre tinha sido o filho mais frágil, o mais doente, então sua mãe sempre o protegeu mais que os outros.*

*Aos vinte anos se casou. A moça tinha dezessete anos. Eles se gostavam, mas a imaturidade de ambos, grande parte das vezes, era problema. Ele se casou pra sair da casa dos pais, não porque se sentia preparado.*

*A bebida passou a ser um motivo de briga comum do casal. Para fugir da pressão do trabalho pesado e da responsabilidade de ter sua vida nas mãos, sem colo de mãe, ele bebia. Chegava em casa tarde e a briga sempre ocorria. Essas brigas passaram a ser mais um motivo para beber. Virou um ciclo: a bebida gerava briga e a briga gerava mais vontade de beber.*

*Cinco anos de casamento foi o suficiente para a separação. A família se espantou por ter durado tanto. Ele volta, então, para a asa da mãe e também para a vida de muitas mulheres. Para ele se apaixonar sempre foi muito fácil, mas sua vida havia se desmoronado. Sofria com sua incompetência para manter um casamento, havia perdido o emprego, nem se apaixonar conseguia mais. Mas quando bebia, as mulheres voltavam a ser interessantes, a ser apaixonantes. Mais um motivo para beber.*

*Alguns anos depois ele ainda estava na mesma situação, se sentia fraco para mudar de vida, desmotivado. A única coisa que o fazia pensar em mudar de vida era sua mãe. A mulher que sempre o defendera e o protegera tanto, agora chorava por sua causa.*

*Um dia, já cansado de decepcionar a mãe e da solidão que o dia após a bebedeira trazia, ele se batizou em uma igreja evangélica, a igreja que seus pais frequentavam. Um ano depois a mudança era imensa. Ele voltou a ter um emprego fixo, voltou a ser alguém alegre, já fazia planos para seu segundo casamento e completamente envolvido no seio da igreja. Ele já não bebia mais, apenas uma ou outra taça de vinho em comemoração, já que nunca se considerou um alcoólatra.*

*Alguns anos após o casamento, o casamento entra em crise. Ele percebe que ela não era uma paixão maior do que tantas outras que passaram em sua vida. Ele estava cansado de uma vida tão difícil, sempre sonhou com uma vida igual a da sua mãe: com um marido que o sustentasse. Nunca fez parte de seus planos ter que trabalhar tanto.*

*Para piorar a crise, ele descobre que é estéril. Ela fica frustrada or não ser mãe e ele mais ainda. Pela sua criação machista, achava que era menos homem, não era homem suficiente para fazer filhos.*

*O casamento foi mantido até pela religião, que não tolera divórcios, mas o distanciamento é inevitável. Ele se enterra cada dia mais na igreja e ela se afasta cada vez mais da igreja. Ele passa cada dia mais tempo imerso nas coisas da sua comunidade religiosa e ela em casa sozinha começa a ter casos*

*pela internet. Quando ele descobre, o confronto é inevitável, mas ele, até pelas ambições que tem dentro da igreja, tenta consertar as coisas no casamento. E como solução resolvem fazer uma inseminação artificial a custo de uma dívida grande no banco.*

*Com a falha na inseminação a crise retorna. As brigas são constantes e a separação ficando mais eminente iminente. A família assustada se pergunta: será que ele volta para a bebida agora?"*

## ANEXO B

## Termo de consentimento

Prezados(as)

Venho através deste convidá-lo a participar de pesquisa antropológica realizada sobre “*Drogas em sala de aula: uma abordagem teórico e metodológica*”, um assunto urgente e complexo e que deve ser tratado em sala de aula. A pesquisa tem por objetivo investigar o que pensam os educadores do ciclo básico de formação sobre o consumo de drogas e também ajudá-los a construir material educativo para ser trabalhado com os estudantes.

A participação é voluntária e o seu anonimato será garantido durante todo o processo da pesquisa. Caso você aceite participar, solicitamos que nos autorize a usar os debates promovidos nas oficinas, bem como seus produtos escritos e orais como fontes e objeto de pesquisa. Só os pesquisadores envolvidos neste projeto terão acesso a estas informações. Quando for publicado, dados como nome e local de moradia, não serão divulgados.

Informamos que a qualquer momento você poderá desistir da participação da mesma.

Após ler este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e aceitar participar do estudo, solicitamos a assinatura do mesmo.

Qualquer informação adicional ou esclarecimentos acerca deste estudo poderá ser obtido junto ao pesquisador, pelo telefone 33679031 ou pelo e-mail g.parmezani@yahoo.com.br.

Eu, Sr(a) \_\_\_\_\_,  
fui informado(a) sobre a pesquisa “Drogas em sala de aula: uma abordagem teórica e metodológica” realizada pelo graduando do curso de Ciências Sociais Guilherme Parmezani Moraes, orientando da Profa Leila Sollberger Jeolás, e concordo em participar da mesma.

Londrina, 23 de maio de 2011.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador

## ANEXO C

Folder de divulgação das oficinas:

<p><b>I CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA:</b></p>  <p><b>OFICINAS SOBRE “DROGAS” EM SALA DE AULA: ABORDAGEM TEÓRICA E METODOLÓGICA</b></p> <p><b>CARGA HORÁRIA: 40 HORAS</b></p> <p><b>DE 23/05/2011 A 19/09/2011</b></p> <p><b>NA SALA 171/CCH-UEL</b></p>	<p><b>OBJETIVO GERAL:</b> Construir, coletivamente, suporte teórico-metodológico para que o professor da Educação Básica possa abordar pedagogicamente e antropológicamente a temática das “drogas” em sala de aula, relacionando-a com os conteúdos já ministrados por suas disciplinas. A perspectiva teórica do curso parte da política de <b>REDUÇÃO DE DANOS</b> e a sua metodologia se constituirá por meio da dinâmica de oficinas.</p> <p><b>HORÁRIO:</b> SEGUNDA-FEIRA (14h às 17h)</p> <p><b>CERTIFICADOS PELA UEL</b> 5,00 (cinco reais)</p> <p><b>INSCRIÇÕES: ATÉ DIA 15 DE MAIO PELO</b> <b>E-MAIL:</b> g.parmezani@yahoo.com.br (Com Guilherme)</p> <p><b>COORDENADOR GERAL DO CURSO:</b> Guilherme Parmezani Moraes <b>COORDENADORA DO LENPES</b> Profª Angela M.S. Lima</p> <p><b>PALESTRANTES:</b> Guilherme Parmezani Moraes; Paula Cristina de Melo Viana; Leila Sollberger Jeolás; Luis Henrique Miotto; Carla Pagnossim;</p> <p><b>APOIO:</b> Projeto de Extensão “Laboratório de Ensino, Extensão e Pesquisa de Sociologia” (LENPES), GEEMAS, SEMANAS DE SOCIOLOGIA NAS ESCOLAS, PROEX, GRÁFICA DA UEL.</p>
--	---

## ANEXO D

Tabela sobre a prevalência de uso na vida, nos últimos 12 meses e nos últimos 30 dias de substâncias psicoativas, conforme o tipo de IES

Substância Psicotrópica/ Tipo de IES	Uso na vida (%)		Uso nos últimos 12 meses (%)		Uso nos últimos 30 dias (%)	
	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
Álcool	88	85,7	75	71,2	61,1	60,3
Produtos de Tabaco	35,6	49,7	19,6	29,9	13,2	23,7
Uso de Drogas Ilícitas	36,5	52	27,2	37,9	16,1	28,4
Maconha/ Haxixe/ Skank	18,2	28,3	11,8	14,3	7	9,6
Inalantes e Solventes	17	21,4	6,6	6,5	1,7	3,2
Cocaína (Pó)	3,9	8,8	2,1	3,2	0,7	2,1
Merla	0,2	0,9	0	0,2	0	0,2
Crack	0,5	1,4	0,3	0,1	0,3	0,1
Alucinógenos	4,3	8,5	3,2	4,8	1,3	3,2
Cetamina®	0,3	0,9	0,1	0,7	0,1	0,8
Chá de Ayahuasca	1	1,5	0,6	0,9	0,4	0,1
Ecstasy	3,2	8,7	1,2	3,5	0,3	2,3
Esteróides Anabolizantes	1,6	4,4	1,1	0,9	0,1	0,6
Tranquilizantes e Ansiolíticos	9,1	13,3	5,7	9	3,6	6,3
Sedativos ou Barbitúricos	1	1,9	0,7	1,2	0,6	1
Analgésicos Opiáceos	3,7	6	2,8	4	1,4	2,1
Xaropes à Base de Codeína	1,3	3	0,9	1,1	0,4	0,8
Anticolinérgicos	0,6	1,3	0,3	0,6	0,1	0,5
Heroína	0	0,3	0	0,1	0	0,1
Anfetamínicos	5,5	16	3	12,3	2	10,3
Drogas Sintéticas	0,7	2,6	0,4	1,2	0,1	1

Fonte: SENAD

## ANEXO E

Tabela sobre prevalência de uso na vida de substâncias psicoativas, conforme Região Administrativa.

Substância Psicotrópica/ Região Administrativa	Uso na vida (%)					
	Total	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Álcool	86,2	73,5	84,9	86,8	92,1	86,8
Produtos de Tabaco	27,8	17,9	18,1	30,7	32,2	24
Uso de Drogas Ilícitas	48,7	30	39	52,6	47,4	44,1
Maconha/ Haxixe/ Skank	26,1	12,3	14,3	29,9	32	21,7
Inalantes e Solventes	20,4	6,6	22	21,3	14,1	18,5
Cocaína (Pó)	7,7	4,8	3,5	9,1	7,5	6,2
Merla	0,8	1,3	0,2	0,8	0,3	1,4
Crack	1,2	0,2	0,5	1,5	1,4	1
Alucinógenos	7,6	2,4	3,3	8,6	10,4	8,8
Cetamina®	0,8	0,6	0,4	0,9	0,2	0,9
Chá de Ayahuasca	1,4	1,6	0,6	1,6	1,3	0,9
Ecstasy	7,5	2,4	2,7	9	7,8	6,5
Esteróides Anabolizantes	3,8	2,6	2,7	4,3	0,8	3,1
Tranquilizantes e Ansiolíticos	12,4	7,4	11,7	13	12,4	10,5
Sedativos ou Barbitúricos	1,7	0,8	1,1	1,8	2,1	2,3
Analgésicos Opiáceos	5,5	5,2	4,4	5,7	6,9	5,9
Xaropes à Base de Codeína	2,7	2,5	1,4	2,9	2,4	3,3
Anticolinérgicos	1,2	0,8	0,7	1,3	0,9	1,3
Heroína	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,4
Anfetamínicos	13,8	5,3	6,2	16,8	9,5	8,8
Drogas Sintéticas	2,2	0,7	0,4	2,8	1,5	1,4

Fonte: SENAD

## ANEXO F

Tabela sobre a prevalência de uso na vida, nos últimos 12 meses e nos últimos 30 dias de substâncias psicoativas, conforme área de estudos

Substância Psicotrópica/ Área de Estudos	Uso na vida (%)			Uso nos últimos 12 meses (%)			Uso nos últimos 30 dias (%)		
	Biológicas	Exatas	Humanas	Biológicas	Exatas	Humanas	Biológicas	Exatas	Humanas
<b>Álcool</b>	86,5	86,1	86,2	73,3	74,7	71,3	59,7	64,9	59,7
<b>Produtos de Tabaco</b>	43,3	41	48,9	19,9	26,4	29,9	15,8	19,9	23
<b>Uso de Drogas Ilícitas</b>	46,9	43,9	50,5	33,3	34,1	37,3	23,9	20,9	27,9
<b>Maconha/ Haxixe/ Skank</b>	17,8	25,6	28,3	10	15,9	14,3	6,6	8,7	9,8
<b>Inalantes e Solventes</b>	19,1	21,9	20,4	6,4	7,1	6,6	2,2	2,8	3,1
<b>Cocaína (Pó)</b>	5,7	6,8	8,5	2,6	2,5	3,1	1,2	1,2	2
<b>Merla</b>	0,4	0,9	0,8	0,1	0	0,2	0	0	0,2
<b>Crack</b>	0,1	1,6	1,3	0	0,2	0,2	0	0,2	0,2
<b>Alucinógenos</b>	5,1	8,9	7,8	3,1	5,9	4,4	1,5	2,7	3,3
<b>Cetamina®</b>	0,2	0,4	1	0,1	0	0,9	0	0	0,9
<b>Chá de Ayahuasca</b>	0,6	1,8	1,4	0,3	0,2	1,1	0,1	0	0,2
<b>Ecstasy</b>	4,8	8,9	7,8	2,2	4,3	2,9	0,9	1,9	2,2
<b>Esteróides Anabolizantes</b>	2,1	4,8	3,9	1,4	1,2	0,8	1	0,8	0,3
<b>Tranquilizantes e Ansiolíticos</b>	14,4	9,9	12,2	7,3	4,8	9,4	5,2	3,8	6,3
<b>Sedativos ou Barbitúricos</b>	0,7	2	1,9	0,2	0,7	1,5	0,3	0,7	1,1
<b>Analgésicos Opiáceos</b>	7,8	2	5,9	4,8	1,8	4	3,1	0,8	2
<b>Xaropes À Base De Codeína</b>	4,3	1	2,7	0,7	0,7	1,2	0,4	0,5	0,9
<b>Anticolinérgicos</b>	0,8	0,3	1,6	0,8	0,1	0,7	0,7	0,1	0,4
<b>Heroína</b>	0,2	0,9	0,1	0,2	0	0	0,2	0	0
<b>Anfetamínicos</b>	14,2	8,6	15,3	11,3	6,4	11,5	10	4,2	9,5
<b>Drogas Sintéticas</b>	0,9	2,1	2,5	0,6	0,2	1,4	0	0	1,2

Fonte: SENAD